ISSN 1413-4063

psicologia revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Dispositivo da sexualidade e psicanálise

Informações, crenças e atitudes sobre drogas

Eu, minha mulher e os filhos dela

Manifesto-latente: reflexões contemporâneas

Restaurando o espelho

Mulher na meia idade

Volume 12 – Número 2
Novembro 2001

educ

FAÇA SUA ASSINATURA DA Psicologia Revista

A Faculdade de Psicologia da PUC-SP iniciou em 1995 a edição do periódico *Psicologia Revista*, que tem por objetivo contribuir com a produção de conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas e por uma revisão editorial que verifica a adequação do texto às normas. A Revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

A assinatura inclui dois números, que compõem o volume anual.

Solicite sua assinatura através do formulário anexo, seguindo as instruções nele apresentadas.

Os valores para assinatura são variáveis, de acordo com sua opção. Para números avulsos, o valor é de R$ 24,00.

Psicologia Revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP
Formulário para aquisição – Assinatura ou Avulsa

O valor da assinatura é variável de acordo com sua opção. Veja opções abaixo.
O valor do número avulso é de R$ 24,00.

Envie este formulário preenchido, anexando cheque nominal a **Maria da Graça Marchina Gonçalves**, no valor da opção feita, ao endereço abaixo:

Faculdade de Psicologia da PUC-SP
Psicologia Revista
a/c – Luci Cristina S. D'Aloisio
Rua Monte Alegre, 984 – sala T.54 – Perdizes
Cep 05014-001 – São Paulo – SP

Telefone para contatos: (11) 3670-8155

Nome .....

Endereço .....

Cep ..... Cidade ..... Estado .....

Telefone ..... Profissão .....

Data ..... Assinatura .....

Indique abaixo a opção desejada	**Quantidade**	**Preço Unit.**	**Total**
Assinatura "A" – nºs 11 e 12		R$ 40,00	
Assinatura "B" – nºs 8, 9 e 10		R$ 64,00	
Assinatura "C" – nºs 7 e 8		R$ 40,00	
Publicadas de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (pacote)		R$ 200,00	
Números avulsos – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (cada)		R$ 24,00	
TOTAL	//////////////	//////////////	

Cheque nº ..... Agência ..... Banco .....

psicologia revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor
Antonio Carlos Caruso Ronca

Vice-reitora Acadêmica
Raquel Raichelis Degenszajn

Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Direção
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Vice-direção
Kátia El Id

A *Psicologia Revista* tem por objeto contribuir com a produção de conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância realizada por pareceristas e por uma revisão editorial que verifica a adequação do texto às normas. A Revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.
Tiragem: 350 exemplares.
Forma de difusão: assinatura, doação, permuta e vendas avulsas.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfouri – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Psicologia da PUC-SP – N. 1 (1995) – São Paulo: EDUC

1995 –

Semestral

ISSN 1413-4063

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexada no LILACS, Index Psi Periódicos, Ulrich's Periodicals Directory

ISSN 1413-4063

Sumário

Editorial 7

Artigos

O dispositivo da sexualidade e a psicanálise: uma leitura de M. Foucault a respeito da psicanálise
(The dispositif of sexuality and psychoanalysis: a reading of Michel Foucault regarding psychoanalysis)
Marcus Cesar Ricci Teshainer 11

Estudo exploratório das informações, crenças e atitudes de alunos e seus professores a respeito das drogas e seu uso
(An exploratory study on students' and teachers' knowledge, beliefs and attitudes concerning drugs)
Fabíola F. S. Melo, Mariana Telles Silveira e Hilda Regina Ferreira Dalla Déa 23

Eu, minha mulher e os filhos dela
(Me, my wife and her children)
Maria Thereza de Alencar Lima, Rosane Mantilla de Souza e Patrícia Cristófaro David 41

Manifesto-latente: reflexões contemporâneas
(Manifest-latent: contemporary reflections)
Maria Cristina Borja Gondim 63

Restaurando o espelho
(Restoring the mirror)
Fabiana Haddad Kurbhi 81

Trabalho, família e a mulher na meia idade: velhos dilemas em novos contextos
(Work, family and women's mid life: old dilemmas in new contexts)
Ida Kublikowski e Rosa Maria S. de Macedo 99

Normas 109

Projeto Editorial 113

Editorial

Este número completa o volume 12 dentro do novo Projeto Editorial de nossa revista. São trabalhos que chegaram durante o ano de 2001 e tiveram de ser adaptados às novas normas.

Os artigos apresentam contribuições teóricas originais no campo da psicanálise, uma pesquisa sobre o uso de drogas, assunto extremamente atual, contribuições para o entendimento das novas perspectivas para a relação de gênero e para o envelhecimento, temas bastante atuais e pertinentes.

Neste número já contamos, de acordo com o novo Projeto Editorial, com um relato de experiência – Restaurando o espelho –, em que a autora apresenta um interessante trabalho com idosos.

Esperamos que a leitura dessas contribuições acrescente conhecimento e informação atualizados para todos os interessados na área de Psicologia.

Aproveitamos para agradecer a nossos pareceristas que contribuíram nos dois números deste volume com suas sugestões, sempre pertinentes e que garantem a qualidade de nossa publicação. São eles os professores Fábio de Oliveira, Maria Bethânia Paes Norgren, Camila Pedral Sampaio, Flávia Hime, Sandra Gagliardi Sanches, e os professores doutores Ana Mercês Bahia Bock, Franklin Winston Goldgrub e Rosane Mantilla de Souza.

As Editoras

artigos

O dispositivo da sexualidade e a psicanálise: uma leitura de M. Foucault a respeito da psicanálise*

Marcus Cesar Ricci Teshainer**

RESUMO: Este trabalho procurou investigar na obra de Michel de Foucault, a *História da sexualidade – A vontade de saber*, como o dispositivo da sexualidade é estudado por esse autor negando a hipótese repressiva e verificando uma produtividade em torno do discurso do sexo e uma incitação, ao invés de uma repressão, o que representa, para uma psicanálise, um lugar dentro do mecanismo de poder e entendida como uma produtora de discurso e de verdades sobre o sexo. A psicanálise traz na interpretação e na fala do paciente o núcleo dessa produção.

Esse trabalho visa organizar dentro da citada obra os elementos que tornam a psicanálise um mecanismo de poder.

Palavra-chave: subjetividade; sexualidade; poder; psicanálise.

ABSTRACT: The project aims to investigate in Michel Foucault work *History of sexuality* how the dispositif of sexuality is approached by this author, denying the repressive hypothesis and verufying productivity regarding the discourse on Sex as well as stimulation rather than repression. This indicates for psychoanalysis a definite place inside the power mecahnism and the role of producer of discouse and truths about Sex. Psychoanalysis carries the core of this production on the levels of interpretation and patient's speech.

This project aims to organize and present inside the work mentioned above the elements which turn psychoanalysis into na instrument of power.

Key-words: subjectivity; sexuality; power; psychoanalysis.

Pretendo aqui, através da leitura de *História da Sexualidade – A vontade de saber*, de Michel Foucault, verificar como a sexualidade, objeto da psicanálise, é colocada em discurso e traz a ela um lugar de poder no discurso científico. Para tanto, é necessário elucidar um conceito central nessa obra de Foucault: o dispositivo.

O primeiro aspecto do dispositivo é seu caráter heterogêneo, que engloba "discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (Chaves, 1988, p. 91), ou seja, o dito e o não dito. O dispositivo é como uma rede que estabelece relações entre esses elementos.

* Este artigo é a reformulação de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo autor, como exigência para a graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Odair Furtado e co-orientação de Márcio Alves da Fonseca.

** Psicólogo graduado pela PUC-SP em 2000. Atualmente cursando Mestrado em Filosofia na mesma universidade. Atua como psicólogo em consultório particular.

Um segundo aspecto do dispositivo diz respeito à natureza dessas relações, ou seja, ela não é fixa, podendo um mesmo elemento assumir várias posições. Existe, portanto, entre os elementos, uma espécie de jogo ou, melhor, mudanças de posições e modificações de funções; existe, então, um confronto, um afrontamento desses elementos.

O terceiro aspecto se refere à função estratégica do dispositivo, "função política que, num determinado momento histórico, responde a uma urgência, a uma necessidade" (Chaves, 1988, p. 93). Tal como é a disciplina em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1998), um dispositivo tem como objetivo estratégico tornar os corpos dóceis e úteis, respondendo às exigências políticas, econômicas, jurídicas e médicas.

O dispositivo pode ser entendido, então, dentro de uma estratégia que sustenta tipos de saberes e, através de relações de força, é sustentada por eles. O dispositivo da sexualidade envolve "práticas discursivas e não discursivas referentes ao sexo" (Fonseca, 1995, p. 79).

Chaves (1988) afirma que Foucault, na argumentação sobre o dispositivo, dá à psicanálise ou, melhor, ao discurso médico-psiquiatrico, um lugar dentro da rede do dispositivo da sexualidade, como sua condição de existência. Foucault, em *A vontade de saber*, afirma que a emergência do dispositivo da sexualidade, presente ainda hoje nas sociedades ocidentais, precisa ser elucidada, para tanto é necessário destruir a representação da sexualidade associada a uma repressão. Para Foucault, é essa hipótese repressiva que precisa ser criticada e denunciada.

A hipótese repressiva pressupõe, no discurso sobre o sexo, uma sexualidade trans-histórica e trans-cultural, que teria sido interditada e reprimida por formas diversas de poder, e, segundo Rabinow e Dreyfus (1995), o interessante é que essa repressão, "para aqueles que a sustentam, é que ela se liga facilmente ao surgimento do capitalismo" (p. 142), pois ela vai a favor do trabalho ético exigido pelo capitalismo, ou seja, as energias deveriam estar voltadas para uma produção e não para a realização do prazer.

Outro fator de importância dentro da hipótese repressiva é que a liberação sexual, ou a resistência à repressão, apesar de difícil, deveria ser realizada, ou seja, é condizente com a hipótese repressiva e interior a ela a tentativa de liberar o sexo e se opor à repressão, tentativa que, antes, pressupõe que haja uma repressão, e que teve no discurso científico alguns representantes, como a psicanálise, porém essas opiniões opositoras não conseguiram a pretendida liberação. "Até mesmo Freud teve poucos ganhos com esta opinião, pois seu trabalho foi rapidamente recuperado através de sua inclusão no estabelecimento científico da medicina e da psiquiatria"(Rabinow e Dreyfus, 1995, p. 143).

A hipótese repressiva entende o poder, então, como coação, negatividade, coerção e correção. É o poder que se dá àquele que o possui, que se sanciona. É o poder dentro de uma forma tradicional de pensá-lo.

Essa hipótese trabalha com a noção que Foucault chama de jurídico-discursiva do poder, em que este produz apenas limites. É o poder como dominação. O poder que opera dentro das engrenagens da lei: tudo o que ele exige é obediência e o que ele faz é proibir.

Para Foucault existem três aspectos que trazem à hipótese repressiva "efeitos de verdade": o primeiro é que coincide a repressão com o capitalismo, pois o sexo vai contra as exigências deste, já que todas as energias humanas devem ser destinadas à produção e não desperdiçadas em práticas sexuais. O segundo é o que ele chama de "benefício do locutor" (Foucault, 1997b, p. 12), que se refere ao fato de que quem fala sobre sexo ganha pompas de transgressor e, junto com esse discurso, a promessa de libertação. Mas, contudo, não é importante a incitação do discurso chulo, mas sim nos campos de exercício do poder: uma incitação institucional. Cria-se então uma forma de falar sobre o sexo, rituais e locais onde se possa falar do tema, e quem fala ganha pompas; afinal, fala-se de sexo fazendo pose, pois, acredita-se, é falar contra os poderes. "O terceiro revela que a hipótese repressiva se fundamenta em uma concepção jurídica do poder segundo o qual é sempre coerção e negatividade" (Chaves, 1988, p. 97).

Foucault questiona a hipótese repressiva perguntando como pode haver uma repressão ao sexo, fato que traria um silêncio sobre o tema, se, na realidade, há, em torno do sexo, uma explosão discursiva;

> (...) afinal de contas, somos a única civilização em que certos prepostos recebem retribuição para escutar cada qual fazer confidências sobre seu sexo: como se o desejo de falar e o interesse que disso se espera tivessem ultrapassado amplamente as possibilidades da escuta, alguns chegam até a colocar suas orelhas em locação. (Foucault, 1997b, p. 13)

O que existe são lugares onde não se pode falar de sexo, como, por exemplo, entre pais e filhos; existe aí uma economia restritiva, porém, em nível de discurso acontece o inverso, os discursos específicos não param de proliferar; "uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII" (id., ibid., p. 22). O sexo tornou-se interesse público de

> (...) tal forma a concernir simultaneamente ao indivíduo e ao Estado. A vida privada e a esfera pública disputam o discurso sobre o sexo como objeto comum dentro de uma variedade de formas, aparelhos e métodos de falar, escutar, registrar e armazenar saber sobre este objeto. (Fonseca, 1995, p. 80)

Foucault opõe-se à hipótese repressiva de forma a "muito menos mostrar que esta hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discur-

sos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII" (Foucault, 1997b, p. 16). Ele propõe, então, perguntar-se sobre os saberes que sustentam o poder sobre o sexo e determinar o regime de poder–saber–prazer que sustenta o discurso da sexualidade humana, ou seja, perguntar sobre e investigar a "colocação do sexo em discurso". Um ponto importante será saber sob que formas, por quais canais e por quais discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas e de que maneira o poder controla o prazer cotidiano. Seria, portanto, revelar a "vontade de saber", ou seja, a intenção de produzir um discurso científico sobre o sexo a fim de revelar sua verdade, que serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento de poder; buscar, então, as produções discursivas de poder e de saber, sendo que essa vontade de saber pode criar uma ciência da sexualidade.

A psicanálise se insere aqui como uma dessas ciências, que nascem a partir do século XIX, a fim de produzir um discurso médico-científico em torno do sexo, fazendo ocorrer uma distinção entre a medicina do corpo e a medicina do sexo, assim "permitindo o surgimento de sexualidades periféricas" (Fonseca, 1995, p. 80), fazendo com os discursos sobre o sexo se expandam para além das relações matrimoniais, sendo, dessa maneira, suporte e instrumento de poder.

Faz-se necessário, portanto, expor o que é o poder para Foucault, concepção que difere das tradicionais.[1] Foucault pensa o poder não como algo que se adquira nem como algo essencialmente proibitivo. Na realidade, ele é produtor, não é uma relação bipolar entre detentores e aqueles que querem poder. Para Foucault, poder é sempre uma relação, ou seja, o poder é visto como uma correlação de forças e onde há poder há resistência. E há pontos de resistência presentes em toda a rede de poder. Não existe resistência e sim resistências, no plural, que não existem a não ser no campo estratégico das relações de poder. Então, para estudar o poder, Foucault sugere algumas estratégias: não há nenhuma exterioridade entre técnicas de saber e estratégias de poder, existem, sim, focos locais de poder-saber. Não se deve procurar quem tem poder ou quem é dele privado, nem quem tem o direito de saber, mas sim buscar as modificações que, através do jogo de correlações de forças, esquematizam-se, deve-se ter em mente que esse esquema de forças ou um foco local de poder funcionam através de uma série de encadeamentos sucessivos que se inserem numa estratégia global. E, finalmente, que é no discurso que se articula a relação poder-saber. O discurso ao mesmo tempo funciona como instrumento e

1 Foucault descreve duas concepções, uma jurídica, onde o poder é pensado no âmbito do Direito e das leis, e outra no poder do soberano, onde o poder é pensado como posse de um chefe de Estado, ou seja, as concepções tradicionais identificam o poder em um lugar em que ele possa ser pensado, existe aquele que detém o poder e aquele que sofre as sanções do poder, é um poder dentro do discurso da hipótese repressiva .

efeito do poder, veicula e produz poder. Dentro desse conceito podemos inserir a psicanálise como um discurso de poder-saber, ou seja, um foco local onde se produz um saber, e um discurso de saber que traz modificações consideráveis nos jogos de correlações de forças.

O que Foucault nos mostra é que o discurso de uma repressão do sexo trouxe muito mais uma explosão discursiva do que um silêncio sobre o tema. Deve-se entender, então, essa aparente contradição dentro da lógica produtiva do poder.

> Nessa lógica, a repressão pode ocupar um lugar estratégico: na sua "negatividade" ela também é produtiva, uma vez que sua função, ao mascarar os mecanismos positivos do poder, é torná-los mais eficazes, dando-lhes maior liberdade de ação e fazendo com que eles apareçam como neutros e ingênuos. (Chaves, 1988, p. 99)

Essa incitação de discurso acerca do sexo constitui novos ramos de saberes e, portanto, uma nova tecnologia do poder, que Foucault chamará de biopoder. "Tal tecnologia está centrada em dois aspectos: o corpo, como objeto a manipular, e a espécie humana, relativamente à qual a consideração dos processos biológicos se faz a partir de suas finalidades políticas" (id., ibid., p. 99). Os governos, segundo Foucault, percebem que estão diante de populações, e não simplesmente de sujeitos e, portanto, tendo que lidar "com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, mortalidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat" (Foucault, 1997b, p. 28). O sexo torna-se então um problema que deve ser administrado, regulado, pois está dentro do âmbito político e econômico da população, deve-se então nomear uma sexualidade normal.

Dentro desse contexto em que o sexo é colocado, como já vimos, criam-se rituais e locais para se falar sobre sexo, e um desses rituais é a penitência (confissão católica), que envolve regras meticulosas de exame de si mesmo, incitando à confissão da carne, na qual todas as experiências carnais devem ser ditas. Cria-se aí um campo de saber sobre o sexo. No século XIX, no Ocidente, a marca do sexo é o discurso. Aquilo que parece ser uma censura sobre o sexo, na realidade constitui uma aparelhagem de produzir discursos sobre o tema; "no século XVIII surge uma incitação política, econômica, técnica a falar do sexo" (id., ibid., p. 26), e nasce então uma análise de contabilidade, classificação e de especificação da sexualidade, através de pesquisas quantitativas ou causais. O sexo deve ser regulado por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição. Cria-se, então, uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos.

Uma pequena descrição de práticas de atos sexuais ativou na sociedade mecanismos de saber e poder; de saber, pois se criou uma minuciosa descri-

ção clínica do acontecimento e do praticante; e do poder, pois disso se pode julgar o caso e criar teatro e um discurso solene. Cria-se um acréscimo discursivo sobre a sexualidade, fala-se muito nesse tema nas mais diferentes áreas, inclusive ou, principalmente, na psicologia, na psiquiatria e na medicina.

Freud, então, cria um espaço para as pessoas falarem sobre "seus sexos", mas, juntamente, cria um espaço para fazer nascer uma racionalidade sobre o sexo ou, ainda, um espaço para o sexo falar, ao mesmo tempo um espaço para se ouvir o sexo.

A psiquiatria do século XIX, e também o surgimento da psicanálise, elaboram critérios de separação entre instintos que funcionam normalmente e instintos perversos, ou anormais, e então passaram a classificar essas perversões segundo "quadros detalhados de formas e condutas sexuais. Toda conduta pode ser normalizada e medicalizada" (Fonseca, 1995, p. 82).

Através dos discursos que negam uma sexualidade fecunda, "multiplicaram-se as condenações judiciárias das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental"(Foucault, 1997b, p. 37). Mas com isso não se buscou reduzir as práticas sexuais, pelo contrário, o século XIX foi a idade da multiplicação: "uma dispersão de sexualidade, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das 'perversões'. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais" (id., ibid., p. 38).

Na realidade, o que se interroga é a sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos. Essas figuras têm agora de tomar a palavra e confessar o que são, são escutadas, a sexualidade regular será interrogada a partir dessas sexualidades periféricas. A repressão, que antes era de posse da justiça, passa, no século XIX, aos cuidados da medicina. Nesta, o importante não é em que nível de indulgência ou repressão, mas sim na forma de poder exercido, forma essa que não é da interdição, mas sim o de especificar e distribuir regionalmente cada uma das sexualidades ditas aberrantes. Para se exercer essa forma de poder, exige-se presença constante, atenta e curiosa. Ela "requer um intercâmbio de discursos através de perguntas que extorquem confissões e de confidências que superam a inquisição" (id., ibid., p. 44).

O poder que toma a seu cargo a sexualidade vai cair diretamente como um olhar sobre o corpo ou sobre a carne. Há uma sensualização do poder.

O dispositivo da sexualidade coloca "uma relação entre poder e prazer em que o corpo, lugar da sexualidade, torna-se objeto de conhecimento"(Fonseca, 1995, p. 83). Devem ser desvendados e codificados os segredos biológicos e psíquicos.

O exame médico, a investigação psiquiátrica e o relatório pedagógico têm por objetivo dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas

na realidade funcionam como uma dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona e investiga e, por outro lado, escapa dele. Poder de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir.

O crescimento das perversões é o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. A fisionomia rígida das perversões se configurou a partir de novas regras no jogo dos poderes e dos prazeres.

Ao redor do sexo construiu-se um imenso aparelho a fim de produzir uma verdade. O sexo não é mais só objeto de sensação e prazer, mas também de verdade e falsidade. A verdade do sexo tornou-se essencial, o sexo tornou-se objeto de verdade. Deve-se considerar que as descobertas de Freud não marcam uma nova racionalidade, mas sim a formação progressiva desse jogo da verdade e do sexo. Nossa sociedade produziu uma *scientia sexualis* que é marcada pela prática da confissão, a fim de se chegar à verdade sobre o sexo.

Freud recomenda que

> (...) deve-se dizer-nos não apenas o que pode dizer intencionalmente e de boa vontade, coisas que lhe proporcionarão um alívio semelhante ao de uma confissão, mas também tudo o mais que sua auto-observação lhe fornece, tudo o que lhe vem à cabeça, mesmo que lhe seja desagradável dizê-lo, mesmo que lhe pareça sem importância *ou realmente* absurdo. (1989, p. 201)

E Freud (ibid.) faz, antes, a seguinte recomendação:

> Isso soa como se estivéssemos apenas visando ao posto de um padre confessor. Mas há uma grande diferença, porque o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que ele sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos também o que não sabe. (p. 201)

Temos aqui uma incitação do discurso na forma da confissão. Para criar um saber sobre o sexo dentro de um mecanismo de produzir verdade deve-se dizer o que se sabe e, principalmente, o que não se sabe!

A confissão da verdade torna-se então um procedimento de individuação pelo poder, além de uma das principais técnicas de produção de verdade. A confissão permite, assim, que o poder individualize. A confissão produz assim a sujeição dos homens, isto é, "sua constituição como 'sujeitos' nos dois sentidos da palavra" (Foucault, 1997b, p. 60), ou seja, o sujeito que fala de sua sexualidade e o sujeito de um saber.

"A confissão é um ritual do discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado" (id., ibid.). É uma relação de poder, pois não se confessa sem a presença do outro e não se trata de dizer somente o que foi feito, mas como foi feito.

A vontade de saber no século XIX faz os rituais da confissão funcionarem nos esquemas de regularidade científica, combinando-a com o exame clínico, uma narração de si mesmo; "Um interrogatório cerrado, a hipnose com evoca-

ção das lembranças, as associações livres" (id., ibid., p. 64). Construindo um postulado de uma causalidade difusa: o sexo como causa de tudo e de nada. O dever de dizer tudo e o poder de interrogar sobre tudo, solicitando que se confesse aquilo que se esconde ao próprio sujeito. E criando um método de interpretação em que àquele que confessa incumbe a tarefa de dizer a verdade dessa obscura verdade, é preciso duplicar a revelação da confissão pela decifração daquilo que ela diz, aquele que escuta será o dono da verdade.

A confissão ocupa um lugar privilegiado ao dizer a verdade sobre o sexo, afinal, baseia-se na idéia de que as verdades profundas do ser humano se encontram dentro do corpo e dos seus desejos, e aí podem ser encontradas. "É assim que os desejos, os pensamentos e as práticas sexuais se tornam matérias privilegiadas de confissão"(Fonseca, 1995, p.87).

Dentro desse contexto, se o indivíduo objetivado como dócil e útil deve ser mudo, aqui o indivíduo sujeito da sexualidade, ao contrário, deve falar, deve confessar, "se sua contingência de objeto o permitia mudo, a sua contingência de sujeito o requer falante" (id., ibid.).

O que temos então é um ritual da confissão no qual se dá a relação de poder, já que não se confessa sem a presença de um ouvinte capacitado a interpretar o objeto da confissão.

Freud, em sua prática, propõe a interpretação dos sonhos. O processo de interpretação levanta uma dinâmica de poder na qual quem sonha, ou fala, não conhece a verdade do que diz, ela é propriedade daquele que interpreta, que representa o pólo do poder que completa a verdade do sujeito; é na realidade um mecanismo de subjetivação como maneira de construção de uma individualidade.

Dessa forma, estabelecem-se duas instâncias dentro da confissão, uma representada pela dominação daquele que escuta e interpreta, e outra por aquele que representa quem fala, quem sofre os efeitos da prática.

O caráter interpretativo da confissão traz a idéia de que a revelação da verdade é uma tarefa que se realiza em conjunto entre aquele que fala e aquele que ouve ou, melhor, diz que a revelação da verdade só se mostra através de uma decifração. "O sexo confessado se constitui, assim, em matéria a ser interpretada" (id., ibid., p. 91).

A confissão também torna a verdade do sexo científica, pois há uma medicalização dos efeitos, que coloca o sexo dentro de um regime do normal e do patológico.

O discurso científico sobre o sexo a fim de produzir uma verdade guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva.

> A interpretação é a modalidade científica da confissão, uma maquinaria de poder, um mecanismo de subjetivação e uma das formas mais insidiosas de manutenção do poder do psicanalista, mascarada que é pela suposta ignorância deste. (Chaves, 1988, p. 121)

Com a psicanálise, pode-se fazer uma denúncia da vontade de saber normalizadora em Freud. Ele procurou fazer uma tecnologia médica própria do instinto sexual, opondo-se rigorosamente aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência. Ela nasce como "teoria da mútua implicação essencial entre a lei e o desejo e, ao mesmo tempo, técnica para eliminar os efeitos da interdição lá onde o rigor a torne patogênica" (Foucault, 1999, p. 121). A psicanálise apresenta um papel diferenciador dentro da história da sexualidade, na medida em que ela desempenha vários papéis simultâneos dentro do dispositivo de sexualidade.

Segundo Rabinow e Dreyfus (1995), foi com Freud que "o lugar onde operam o poder e a eficácia do terapeuta ganhou sua verdadeira importância, e foi, ao mesmo tempo, encoberto pelo mito da cientificidade como ele o percebera" (p. 11).

Podemos entender então que a psicanálise, como coroação da hipótese repressiva, nas palavras de Rabinow e Dreyfus (ibid.), era o elo entre o desejo e lei, do velado e do desvelado, era o remédio para a repressão. A psicanálise afirmou que o fundamento universal da civilização era a conexão entre sexualidade e lei como repressão. E essa ciência permitiu que os desejos incestuosos que fundaram todas as sociedades no ato da repressão pudessem ser postos em discurso.

Em *A vontade de saber* (Foucault, 1997b), Foucault analisa a psicanálise mais pontualmente, mas não inteiramente, ele não se propõe a escrever um texto exclusivo à psicanálise, mas esse saber não deixa de estar presente dentro do discurso foucaultiano, ora com referências claras, mas mais freqüentemente de forma bastante indireta.

O que podemos notar é que para Foucault não se pode misturar Freud e a psicanálise, para ele são dois temas diferentes. Freud é entendido, como pode-se ler em *Freud, Nietzsche e Marx* (Foucault, 1997a), como alguém que traz para o campo da ciência e da filosofia uma forte marca e uma grande inovação, que é um novo método hermenêutico: nesse momento Freud é um dos grandes autores do fim do século XIX e um anunciador do século XX. Freud é também aquele que, corajosamente, com a criação desse método interpretativo, coloca a sexualidade em discurso livre da teoria da degenerescência, ele se atreve a falar sobre sexo. Já a psicanálise, principalmente em seu âmbito clínico, torna-se facilmente uma tecnologia de poder. Quanto a esta, Foucault (1999) afirma:

> (...) a psicanálise não é uma ciência, é uma técnica de trabalho de si sobre si, fundada na confissão. Neste sentido, é igualmente uma técnica de controle, dado que ela cria um personagem estruturando-se em torno de seus desejos sexuais. Isso não implica que a psicanálise não possa ajudar ninguém. O psicanalista tem pontos em comum com o xamã nas sociedades primitivas. Se o cliente confere credibilidade à teoria praticada pelo xamã, ele pode ser ajudado. Assim também acontece com a mistificação, porque ela não pode ajudar ninguém que não creia nela, o que subentende relações mais ou menos hierárquicas. (p. 310)

Podemos perceber nesse trecho toda a crítica de Foucault à psicanálise, o seu lugar na sociedade e o seu lugar dentro de mecanismos de poder. A psicanálise como uma técnica de poder, juntamente com o Direito, a Medicina, a Psiquiatria e outras Ciências Humanas tem por objetivo uma subjetivação do indivíduo moderno, juntamente com seus mecanismos hierárquicos que colocam à disposição da sociedade uma técnica disciplinar que colabora no funcionamento de um poder disciplinar, a fim de objetivar os corpos.

O que se pode concluir é que a psicanálise ocupa um lugar estratégico, tanto na análise de Foucault quanto dentro de um mecanismo de poder. Pelo seu caráter normalizador, ela levanta um caráter disciplinar, à medida que, ao anunciar qual é a sexualidade anormal, anuncia qual deve ser a normal. Dessa forma, diz quais são as condutas sexuais aceitáveis e quais os corpos devem seguir. Visa, então, criar indivíduos objetivados como dóceis e úteis. A psicanálise possibilita um lugar para as pessoas falarem dos seus sexos e tentar encontrar, através da interpretação, uma verdade sobre esse sexo. Temos então mais um mecanismo de poder, que agora autoriza ao analista ouvir os discursos e, através da interpretação, trazer a verdade sobre o sujeito que os enuncia. E, finalmente, ao perceber as sexualidades anormais e fazer sua interpretação, esses dois pontos visam a um tratamento do sujeito da sexualidade desviante. A psicanálise apresenta então um papel regulamentador, ou seja, que visa regular a vida coletiva e evitar as aberrações, tornando-se assim um instrumento do biopoder.

Referências

CHAVES, E. (1988). *Foucault e a psicanálise.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (1998). *Vigiar e punir – História da violência nas prisões.* Petrópolis: Vozes.

____ (1997a). *Freud, Nietzsche, e Marx.* São Paulo: Princípio.

____ (1997b). *História da sexualidade – A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal.

____ (1999). *Ditos e escritos – Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise,* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FONSECA, M. A. (1995) *Michel Foucault e a constituição do sujeito.* São Paulo: Educ.

FREUD, S. (1989) Esboço de Psicanálise. In: *Obras Completas de Sigmund Freud,* Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago.

RABINOW, P. e DREYFUS, H. (1995). *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Estudo exploratório das informações, crenças e atitudes de alunos e seus professores a respeito das drogas e seu uso

Fabíola Freire Saraiva Melo*
Mariana Telles Silveira**
Hilda Regina Ferreira Dalla Déa***

RESUMO: Este trabalho representa uma tentativa de compreensão de alguns dos fatores relativos ao abuso de drogas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de programas preventivos mais consistentes e efetivos. Quinze professores e 784 alunos de uma escola pública da cidade de São Paulo, Brasil (da 8ª série do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio) participaram do estudo. Os objetivos do trabalho foram: (1) mapear suas informações, crenças e atitudes com relação às drogas e (2) avaliar o consumo de drogas pelos estudantes. As informações, crenças e atitudes foram mapeadas através de atividades como grupos de discussão, entrevistas e dramatizações. O consumo de drogas foi avaliado através do aplicação do Inventário de Triagem de Uso de Drogas (ITUD). Os resultados indicam que professores e alunos carecem de conhecimentos básicos sobre as drogas. Embora a droga pareça integrada ao cotidiano escolar, tanto professores quanto alunos sentem-se despreparados para lidar com essa questão. As drogas mais consumidas pelos alunos foram álcool, maconha e tabaco. As ações preventivas concebidas pelos professores basearam-se principalmente no modelo de amedrontamento-repressão, enquanto os alunos propuseram ações baseadas no modelo de oferecimento de alternativas. Tomados no seu conjunto, esses dados sugerem que a visão dos professores e alunos sobre as drogas é permeada pelos mesmos mitos e crenças que caracterizam a visão da sociedade como um todo sobre esse tema. Sugerem ainda que, para o desenvolvimento de ações preventivas mais efetivas, é necessário levar em conta os conhecimentos, crenças e atitudes, tanto dos jovens, quanto dos professores e educadores que as irão implementar.

Palavras-chave: drogas; estudantes; adolescentes; professores; escola; prevenção.

ABSTRACT: This paper aims to present a comprehensive view of some of the factors related to drug abuse, in order to contribute to the development of more consistent and effective drug prevention programs. 15 Brazilian teachers and 784 students from a public school in São Paulo (8th to 11th grades) participated in the study. Our objectives were to map their knowledge, beliefs and values with respect to drugs and to evaluate students' drug consumption. The knowledge, beliefs and attitudes were mapped through activities like discussion groups, interviews and role-playing. Drug consumption was evaluated through the use of the Drug Use Screening Inventory (DUSI). Our results suggest that both teachers and students lack basic knowledge about drugs. Although drugs seem to be integrated into their daily activities, both teachers and students feel unprepared to deal with this matter. Alcohol, marijuana and tobacco were the most consumed drugs among the students. The preventive actions conceived by the teachers were based mainly on the frightening-repression model, while the students proposed actions largely based on the offering alternatives model. Taken together,

* Bolsista Fapesp e aluna de graduação da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. E-mail: fafreire@terra.com.br

** Bolsista Fapesp e aluna de graduação da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. E-mail: mtellessilveira@yahoo.com.br

*** Professora associada do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: hildareg@uol.com.br

these data suggest that the teachers' and the students' view about drugs is largely influenced by the same myths and beliefs which influence the view of our society as a whole about this matter. They also suggest that, to develop more effective preventive actions in the school environment, it is necessary to take into account the knowledge, the beliefs and the attitudes of both the students and the education workers who will implement them.

Key-words: drugs; students; adolescents; teachers; school; prevention.

Introdução

O uso de drogas é comum em nossa sociedade – em geral, as pessoas fumam, bebem ou utilizam algum tipo de medicamento. Porém, o envolvimento com a droga pode ocorrer em vários graus. Se nos basearmos na freqüência de utilização e, ao mesmo tempo, tomarmos como ponto de referência a manutenção ou não de determinados equilíbrios (socioprofissional, escolar, afetivo, familiar), poderemos definir tipos diferentes de usuários, como o experimentador, o usuário recreativo ou ocasional, o usuário habitual ou funcional e o disfuncional (dependente ou toxicômano).

Adolescência e droga têm sido relacionadas com muita freqüência. A rebeldia característica do adolescente muitas vezes é expressa através de comportamentos transgressivos, e o uso de drogas é um deles. O pânico, muitas vezes experimentado pelos adultos ante essa situação, alimenta-se de mitos e informações incorretas e acaba favorecendo, em vez de evitar, o abuso de drogas pelos jovens.

O primeiro levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas foi realizado por Galduróz, Noto e Carlini (1999), em 24 cidades de São Paulo com mais de 200 mil habitantes. Foram avaliadas 2.411 pessoas com idades entre 12 e 65 anos. Todas as classes sociais foram incluídas na amostra. O objetivo desse levantamento foi verificar a prevalência do uso de drogas ilícitas, álcool e tabaco, além de medicamentos psicotrópicos e anabolizantes.

Seus resultados retratam o comportamento dos brasileiros que moram nas grandes cidades: 53,2% da população usou bebidas alcoólicas pelo menos uma vez na vida. O álcool é consumido regularmente, de três a quatro vezes por semana ou diariamente, por 4,5% da população, e uma grande parte dos que bebem com essa freqüência, tornam-se dependentes.

Em relação ao tabaco, 39% já fumaram e cerca de 20% fumam diariamente. O número de dependentes chega a 10% da população. Em relação à maconha, ela foi experimentada por 6,6% dos entrevistados. Esse valor é considera-

do baixo, quando comparado a dados da literatura americana, em que a maconha foi experimentada por 32% da população. A cocaína foi utilizada no último mês por 2,1% e o crack, por 0,4% dos sujeitos estudados.

Os autores chamam a atenção para as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, e salientam que, embora todos estejam expostos da mesma maneira ao álcool e às drogas, os homens utilizam muito mais essas substâncias. No caso do álcool, um a cada seis homens torna-se dependente, enquanto que, para as mulheres, essa razão é de um para dezessete.

Em cada quatro usuários de maconha, três são homens. Somente em relação ao tabaco é que isso se inverte, pois uma a cada quatro mulheres que experimentam cigarro torna-se dependente, contra um a cada cinco homens.

Outro dado apontado pelos autores diz respeito à percepção da população quanto à facilidade em se conseguir drogas, pois é alta a porcentagem dos entrevistados que acham fácil obtê-las.

O estudo mais amplo sobre as tendências ao uso de drogas por estudantes brasileiros (Galduróz, Noto e Carlini, 1997) reúne os resultados obtidos nos quatro levantamentos realizados pelo Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) sobre o consumo de drogas psicotrópicas por estudantes do 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras (1987, 1989, 1993 e 1997).

Segundo esse trabalho, o álcool é a droga mais amplamente utilizada pelos estudantes brasileiros, muito à frente do segundo colocado, o tabaco. O uso de álcool tem início ainda em idade precoce, sendo que cerca da metade dos alunos entre 10 e 12 anos já fez uso dessa droga. O uso freqüente (seis a dezenove vezes no mês) e o uso pesado (vinte ou mais vezes no mês) vem aumentando na maioria das capitais estudadas. A cerveja é a bebida mais utilizada (36,5%), seguida pelo vinho (15,3%). Quase 30% dos estudantes já utilizaram bebidas alcoólicas até a embriaguez. No último levantamento (1997), 11% dos estudantes relataram já ter brigado e 19,5% ter faltado à escola depois de beber.

O uso inicial de tabaco também é bastante precoce – aos 10-12 anos de idade, cerca de 12% já fizeram pelo menos uso experimental. Há tendência de aumento no uso freqüente e no uso pesado de tabaco em quatro das dez cidades estudadas.

Em todos os levantamentos realizados, os inalantes só foram superados pelo álcool e pelo tabaco. Os inalantes são substâncias presentes em produtos industrializados como esmalte, cola de sapateiro, corretivos de tinta, fluídos de isqueiro, lança-perfume, entre outros.

No levantamento de 1997, a maconha mostra tendência de aumento do uso na vida. O uso freqüente e o uso pesado também cresceram significativamente. Segundo os autores, esses resultados podem ser interpretados de duas

maneiras: ou o uso dessa substância realmente aumentou, ou a mudança de atitude da sociedade ante a maconha, possibilitando os atuais debates sobre a sua descriminalização e seu uso terapêutico fez com que os jovens passassem a relatar mais freqüentemente seu uso, que sempre foi elevado.

O uso de cocaína vem se popularizando entre os estudantes. Das dez capitais estudadas, apenas no Rio de Janeiro e em Recife não se observou tendência de aumento do uso na vida. O uso freqüente cresceu em oito capitais (inclusive em São Paulo). Da mesma forma, o uso pesado apresentou aumento em quase todas as capitais. Por outro lado, o uso de "crack" aparece muito raramente. As baixas porcentagens encontradas entre os estudantes possivelmente significam que, como a dependência do "crack" é sempre muito severa, aqueles que começam a usar essa droga acabam perdendo o vínculo com a escola.

Os tranqüilizantes e os anfetamínicos (moderadores do apetite) apareceram entre as drogas mais consumidas pelos estudantes nos quatro levantamentos realizados. Em algumas capitais, há tendência para o aumento do uso freqüente e do uso pesado de ambos os tipos de drogas.

Embora, quando comparados aos dados de outros países, os resultados desses levantamentos não sejam catastróficos, como muitas vezes a mídia alardeia, eles apontam claramente para a necessidade de trabalhos preventivos. O desenvolvimento de propostas de intervenção mais consistentes e efetivas requer, além do conhecimento dos fatores de risco para o uso de drogas, o reconhecimento das crenças, informações e atitudes de professores e alunos sobre esse tema.

Ao desempenhar seu trabalho educativo, o professor pode contribuir decisivamente para a prevenção ao uso de drogas. Daí surgiram as questões que deram origem ao presente trabalho: quais as informações que professores e alunos possuem a respeito das drogas? Quais as crenças dos professores a respeito do uso de drogas por seus alunos? E quais as crenças dos alunos? Que atitudes professores e alunos têm em relação a essa questão? E, ainda, quais são as principais drogas efetivamente usadas pelos alunos e os problemas associados a esse uso?

Desse modo, o presente trabalho propõe-se a realizar esse mapeamento, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de uma metodologia de capacitação que leve em conta a forma como os diversos aspectos relacionados ao tema drogas são percebidos e articulados pelos professores na sua relação com os alunos.

Seus objetivos específicos são: (1) estudar as informações, crenças e atitudes dos professores em relação ao tema drogas e ao seu uso pelos alunos; (2) fazer um levantamento do uso de drogas pelos alunos e dos problemas associados a esse uso.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido em uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio da cidade de São Paulo, durante os anos letivos de 1999 e 2000. A escola contava, então, com cerca de mil alunos e trinta e cinco professores. Foram incluídos no estudo todos os alunos (784) e professores (15) que concordaram em participar da pesquisa.

Informações, crenças e atitudes – os dados de professores e alunos sobre suas informações, crenças e atitudes a respeito das drogas foram coletados através de atividades como grupos de discussão, entrevistas, questionários e psicodrama educativo.

A coleta de dados dos professores foi desenvolvida em nove reuniões quinzenais ao longo de todo o ano letivo. Seus resultados serão descritos mais detalhadamente em outro trabalho.[1]

A coleta de dados dos alunos desenvolveu-se em quatro encontros, com grupos de 8 a 10 alunos, sobre os seguintes temas: a droga no imaginário dos alunos, a droga no cotidiano da escola, a prevenção na escola e perguntas e respostas acerca das drogas.

A idéia inicial era trabalhar, a cada encontro, com alunos diferentes, sempre um representante de cada classe. Esse procedimento visava a aumentar a representatividade dos alunos, pois, desse modo, o trabalho seria realizado com quatro alunos de cada classe do período noturno, no qual, de acordo com as informações fornecidas pela direção da escola, concentravam-se os problemas com drogas.

Para o primeiro desses encontros, foi convidado um representante de cada classe da 8ª série do Ensino Fundamental e da 1ª série do Ensino Médio. Entretanto, ao término dessa atividade, os alunos manifestaram a expectativa e o desejo de prosseguir no trabalho, em função de seu interesse pelo tema. Atendemos a essa solicitação, considerando que, embora pudesse comprometer a representatividade da amostra, essa modificação no plano inicial aumentaria,

1 Dalla-Déa, H. R. F., Melo, F. F. S., Silveira, M.T. Atitudes, crenças e valores de professores sobre as drogas e seu uso pelos alunos, pesquisa em andamento.

por outro lado, a qualidade e a fidedignidade dos dados obtidos. Além disso, imperativos de ordem ética também nos compeliram a atender a essa solicitação, o que acabou imprimindo ao trabalho um caráter de pesquisa-intervenção.

Nos encontros seguintes, participaram espontaneamente alguns alunos novos, em substituição aos que haviam faltado naquele dia. No total, participaram do trabalho 16 alunos, dos quais três participaram das quatro atividades, dois, de três delas e os demais, de duas ou de apenas uma das atividades.

O uso de drogas pelos alunos e os problemas associados a esse uso foram avaliados através do Inventário de Triagem do Uso de Drogas (ITUD), adaptado e validado para o Brasil por De Michelli e Formigoni (2000) a partir do Drug Use Screening Inventory (DUSI), um instrumento desenvolvido nos Estados Unidos para triagem do uso de drogas em adolescentes.

O ITUD é um questionário de autopreenchimento, que contém questões sobre diversas áreas: uso de substâncias, comportamento, saúde, desordens psiquiátricas, sociabilidade, família, escola, trabalho, relacionamento com amigos e lazer.

O instrumento contém ainda uma escala de mentiras, que avalia a seriedade e sinceridade das respostas fornecidas. São consideradas fidedignas as respostas de alunos com pontuações de 0 a 4 (numa escala de 10 pontos).

Para a aplicação do ITUD, foi feito um contato prévio com a escola, que reservou um dia inteiro para esse trabalho. Todos os alunos presentes naquele dia preencheram o questionário. A aplicação do questionário a todos os alunos no mesmo dia visava a garantir o mínimo de influência da comunicação entre alunos, sobre suas respostas ao questionário.

O trabalho foi realizado por seis aplicadores previamente treinados para homogeneizar o procedimento de aplicação dos questionários. Esse procedimento consistia em informar os alunos de que essa atividade fazia parte de um projeto de pesquisa sem vínculos com a escola, garantir-lhes o anonimato e o sigilo e fornecer-lhes instruções de preenchimento.

As respostas foram digitadas numa planilha do Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Foi feito um levantamento das freqüências de respostas a cada item e calculada a densidade de problemas em cada área do questionário.

Resultados

Informações, crenças e atitudes dos professores

Através das atividades desenvolvidas com os professores, verificou-se que seu nível inicial de informações era baixo. Suas afirmações eram baseadas no senso comum e tinham forte apelo moralista. Ao longo do trabalho, houve a

aquisição de uma quantidade apreciável de informações referentes ao tema e, ao seu término, os professores haviam mudado substancialmente seu discurso, embora ele ainda não se traduzisse em suas atitudes.

Quando os professores foram solicitados a criar histórias com o tema drogas, as substâncias mais representadas foram maconha e álcool. Os personagens criados por eles pertenciam ou à classe média, ou a um nível socioeconômico mais baixo. Cabe ressaltar ainda que, enquanto a maconha aparecia associada ao jovem, o álcool sempre aparecia relacionado aos adultos. Também é significativo o fato de que a escola e o professor não apareceram em nenhuma das histórias.

As histórias sempre ocorriam no contexto de desestruturação familiar. Filhos que não são objeto de atenção dos pais e da sociedade, exclusão do usuário, solidão e frustação. Tinham sempre um forte apelo moralista e o usuário sempre acabava mal. Em todas as histórias criadas, a droga aparecia associada à destruição, decadência, separação e exclusão do sujeito de seu meio social. Para os professores, a droga claramente tem duas facetas – inicialmente alivia desconfortos e conflitos e depois causa dependência e destruição. A ênfase é sempre nos aspectos negativos do uso de drogas.

Na opinião dos professores, as drogas mais usadas pelos estudantes são álcool, tabaco, maconha e cocaína/crack. Segundo eles, os jovens usam drogas porque têm problemas familiares, por curiosidade, falta de informação e de perspectivas. Em sua opinião, os principais problemas decorrentes do uso de drogas por seus alunos são mudanças de comportamento, agressividade, falta de responsabilidade e de interesse nas aulas.

A maior parte das ações preventivas propostas pelos professores baseava-se numa visão preconceituosa, repressiva e amedrontadora. Nesse sentido, eles reproduzem a visão da sociedade como um todo sobre essa questão.

Informações, crenças e atitudes dos alunos

Quando solicitamos aos alunos que criassem histórias ou dramatizassem sobre o tema drogas, pôde-se observar que, em seu imaginário, a droga é algo fundamentalmente prejudicial e destrutivo. Revelou-se seu temor quanto aos efeitos e conseqüências que a droga pode acarretar. Apesar dessas concepções permearem o seu imaginário, a droga ou foi experimentada, ou continua sendo consumida. As atividades evidenciaram também que a droga está muito presente no cotidiano dos alunos, chegando já a estar integrada à sua realidade escolar. Ficou evidente que os alunos sentem-se despreparados para lidar com as situações que envolvem o uso de drogas.

Em uma das atividades, solicitamos aos alunos que se imaginassem diretores da escola e pensassem nas medidas de prevenção que usariam para tentar

reduzir o uso de drogas pelos alunos. Eles propuseram soluções que não lidam diretamente com o problema, como mais opções de lazer e cultura, psicólogos nas escolas, melhorar o relacionamento entre diretor/professores e alunos, dentre outras alternativas. Afirmaram claramente que medidas repressivas não resolvem o problema, pois eles burlam ou são estimulados por elas. E, ainda, salientaram o despreparo de seus professores e da direção da escola para lidar com o assunto.

Em relação às informações e conhecimentos dos alunos acerca das drogas, solicitamos desde o primeiro encontro que eles fossem conversando com seus colegas de classe e trouxessem perguntas suas e deles sobre o tema, que seriam respondidas ao final do trabalho. As questões demonstraram o interesse dos alunos sobre o tema e revelaram uma quase total ausência de conhecimento e um grande interesse por questões práticas, presentes no seu cotidiano.

Essa atividade foi coordenada pela orientadora do trabalho, que respondeu às perguntas e ofereceu aos alunos folhetos informativos para serem distribuídos aos seus colegas. Esse material foi muito bem aceito pelos alunos, que demonstraram interesse em levá-lo, para si e para algum amigo.

Uso de drogas pelos alunos

O ITUD é um instrumento padronizado para a população adolescente na faixa de 11-19 anos. Por isso, dos 784 alunos que preencheram os questionários, 129 foram excluídos da análise porque estavam fora dessa faixa etária. Além disso, 333 sujeitos foram excluídos porque fizeram mais do que 4 pontos na escala de mentiras do instrumento. Assim, foram analisados os dados de 322 alunos, com idades entre 11 e 19 anos (média de 15,1 $\pm$ 2,0). A Tabela 1 mostra as características da amostra estudada. Com relação à situação familiar, aproximadamente a metade vive com o pai e a mãe (49,7%). A maior parte dos alunos (70,8%) relata ter um bom relacionamento com a família.

A Tabela 2 mostra os dados obtidos sobre o uso de drogas por essa população. Os resultados referem-se ao número de vezes que cada uma delas foi usada no último mês. Sem dúvida, o álcool é a substância de mais ampla utilização. Seu uso no último mês foi relatado por 185 alunos (57,5%). Vale ressaltar que 30 alunos (9,3%) relataram um uso quase diário dessa substância.

Entre as drogas ilícitas, a maconha foi a mais usada. Noventa e um alunos (28,3%) relataram seu uso no último mês e vinte e nove (9,0%), uma freqüência de uso nesse período superior a dez vezes.

O uso de cigarro também merece atenção, uma vez que setenta alunos (21,7%) relataram seu uso no último mês e quarenta e oito (14,9%) um uso superior a dez vezes.

O uso de inalantes foi relatado por cinqüenta e dois alunos (16,1%), dos quais dezesseis (5,0%) utilizaram essas substâncias pelo menos dez vezes no último mês.

As três substâncias consideradas preferidas pelos alunos foram tabaco (6,5%) álcool (6,2%) e maconha (2,8%), o que concorda com os dados sobre o uso dessas substâncias descritos anteriormente. Apenas 14 alunos (4,3%) reconhecem ter problemas com qualquer droga. O tabaco é a droga com a qual mais alunos (nove) reconhecem ter problemas. Apesar de um número significativo de alunos (9,3%) utilizar álcool quase diariamente, apenas quatro deles (1,2%) reconhecem ter problemas com essa droga. O mesmo acontece em relação à maconha. Embora noventa e um alunos (28,3%) tenham relatado seu uso no último mês, nenhum deles considerou ter problemas em relação a esse uso.

A curiosidade aparece como a razão mais importante do uso inicial, mencionada por 39,1% dos sujeitos pesquisados, seguida pela procura de prazer (15,5%) e pela influência dos amigos (14,3%).

A principal razão do não uso é "nunca teve vontade de experimentar" (41,0%). Chama a atenção o fato de que, com exceção dessa primeira razão, todas as mais escolhidas envolvem o medo: de decepcionar outras pessoas (34,5%), da dependência (33,2%), de overdose (24,5%) e de sentir os efeitos (22,0%). Só depois aparece, como razão do não uso, o fato de a droga ser ilegal (18,0%). Apenas 10,2% dos alunos apontaram como razão do não uso o fato de as drogas nunca terem sido oferecidas a eles. Isso revela a grande disponibilidade dessas substâncias para essa população.

Densidade de problemas em cada área

A Tabela 3 mostra a densidade média de problemas em cada área. As áreas com maior densidade de problemas são relacionamento com amigos (41,4), padrões de comportamento (38,2), lazer (37,3), escola (32,2), competência social (31,4) e desordens psiquiátricas (31,3). A Tabela 4 mostra os problemas mais freqüentes em cada uma das áreas estudadas.

Discussão

As drogas mais consumidas pelos alunos foram álcool, maconha e tabaco, o que corresponde à crença dos professores. No entanto, a seguir não vem a cocaína, como crêem eles, mas os inalantes, que não foram sequer menciona-

dos pelos professores. Na realidade, a freqüência de alunos que relataram o uso de inalantes, pelo menos uma vez no último mês, foi de 16,1%, enquanto o uso de cocaína foi relatado por 3% dos alunos.

Galduróz e colaboradores (1995) verificaram que, depois do álcool e do tabaco, os inalantes são as drogas mais consumidas pelos jovens brasileiros, e que há uma tendência de crescimento do uso na vida e no uso freqüente. Segundo Dalla-Déa e colaboradores (1999), o consumo de inalantes por jovens da classe média indica que esse fenômeno não se explica por fatores como a fome e a marginalização social, como seu uso por crianças de rua e jovens marginalizados pode fazer crer, mas relaciona-se também a fatores como a personalidade do usuário, suas vivências e conflitos, tanto individuais quanto familiares.

Neste estudo, o uso de inalantes foi subavaliado pelos professores, como, aliás, pela população e pelas autoridades de saúde em geral. Por se tratar de drogas de fácil acesso, que oferecem grandes riscos à saúde, o uso de inalantes demanda um trabalho preventivo específico.

Embora 13,3% dos alunos tenham relatado um uso freqüente[2] de álcool, 14,9% de tabaco e 9% de maconha, quando inquiridos sobre problemas com o uso dessas substâncias, apenas 1,2% deles reconheceram problemas com o uso de álcool e 2,8% de tabaco. Nenhum aluno mencionou problemas com o uso de maconha.

Entretanto, como mostra a Tabela 4, sinais de abstinência, "fissura", mudanças bruscas de humor por causa das drogas e dificuldades para lembrar o que fez enquanto estava sob o efeito de drogas foram relatados por um número bem mais elevado de alunos. Esses dados revelam a dificuldade dos jovens em reconhecer seu grau de envolvimento e de problemas com essas substâncias.

Um número razoável de alunos declarou ainda gostar de "brincadeiras" envolvendo o uso de álcool ou outras drogas, um comportamento reconhecidamente perigoso, asssociado a superdosagens acidentais, acidentes e violência em geral.

Em relação ao comportamento, os alunos se descrevem como pessoas teimosas, sensíveis a críticas, tímidas, que se aborrecem e se irritam facilmente e que, muitas vezes, agem sem pensar nas conseqüências.

Descrevem-se ainda como preocupados, tristes e nervosos, com dificuldade para receber elogios, para pedir ajuda e dizer não. Boa parte deles relata roer as unhas. Chama a atenção o elevado grau de ansiedade relatado por esses jovens.

2 Uso de 10 vezes ou mais no último mês.

Seus problemas de saúde mais freqüentes estão associados ao sono e à perda ou ganho de peso. Também foram relatados problemas de respiração ou tosse ou a sensação de que têm pouca energia. Parte deles expressa também preocupação em relação ao sexo ou a seus órgãos sexuais.

Na área familiar, chamam a atenção os problemas associados à ausência dos pais e seu desconhecimento em relação aos gostos e idéias dos filhos. Também é relevante o número de alunos que relatam ter familiar alcoolista, o que se constitui num fator de risco para abuso de drogas (Carlini, Pires, Fernandes e Masur, 1986).

Em relação à escola, um número apreciável de alunos relata ter colegas diferentes dos do ano passado. Isso pode indicar evasão escolar, repetência, ou remanejamento de turmas ou escolas. Quase todos os alunos afirmam que seus amigos "colam" nas provas. Mais da metade deles já foi suspensa e um número preocupante relata ter sono, problemas para se concentrar e sentir-se entediado quando está na escola. Apesar disso, apenas um quarto dos alunos relatam não gostar da escola.

É relevante o fato de que mais da metade dos alunos relata ter amigos mais velhos, que usam álcool/drogas regularmente e faltam muito à escola. Boa parte deles (39%) afirma que os pais não gostam dos seus amigos.

Quase 40% dos pesquisados revela-se insatisfeito com seu lazer. A grande maioria assiste televisão mais do que duas horas por dia e, nas horas vagas, simplesmente fica com os amigos. Quase a metade não pratica nenhum esporte.

Quando se compara a densidade de problemas nas diferentes áreas, nota-se que as áreas mais críticas são relacionamento com amigos, comportamento, lazer, escola, sociabilidade e amigos.

Esses dados possibilitam delinear o perfil de um jovem tímido, impulsivo, inseguro, oriundo de um lar marcado pela ausência dos pais. Um jovem entediado, insatisfeito com a qualidade de seu lazer, cujos amigos usam álcool/drogas regularmente e que, apesar de suas mazelas, ainda gosta da escola.

Se, por um lado, esse perfil reúne vários fatores de risco para o uso de drogas, por outro, revela o grande potencial da escola como espaço para a prevenção.

No discurso dos professores, a droga aparece sempre como algo avassalador. No estudo qualitativo, verificou-se que eles desconsideram o prazer, ao menos imediato, que a droga pode proporcionar, colocando toda a ênfase nos seus efeitos negativos. Isso também se evidencia nos resultados do levantamento com os alunos. Apenas 15,5% dos alunos refere busca de prazer como razão para o primeiro uso, enquanto 22% a 65,2% dos alunos referem algum medo como razão para não usar drogas.

Para os professores, a droga aparece sempre representada como algo marginal, algo a ser coibido através de campanhas que salientem os riscos e as conseqüências maléficas que ela pode trazer. Vale ressaltar que esse tipo de abordagem pode estar sendo efetiva para parte dos alunos – aqueles que referem não usar drogas por medo. Apesar disso, para mais da metade deles, a curiosidade e a busca de prazer são as principais razões para o primeiro uso.

Ao término do trabalho, os professores haviam mudado substancialmente seu discurso, que, entretanto, ainda não se traduzia em suas atitudes. Essa observação sugere que, da mesma forma que a simples informação não é capaz de provocar a decisão de usar e nem de deixar de usar drogas, ela também é insuficiente para alterar fundamentalmente a atitude das pessoas em relação a elas.

Nas crenças dos alunos, a droga também aparece como algo ruim, destruidor e, portanto, perigoso. Entretanto, por seu próprio relato, percebe-se que, apesar dessas concepções permearem suas crenças, a droga foi experimentada ou continua a ser consumida.

As atitudes de professores e alunos foram comparadas, através de um exercício em que ambos foram convidados a planejar ações preventivas para serem implementadas na própria escola. A grande maioria dos professores propôs ações baseadas no modelo de amedrontamento-repressão. Várias de suas propostas sugeriam filmes e palestras, feitas por policiais ou ex-viciados, que enfatizassem os efeitos nefastos das drogas, privilegiando as ilícitas. Nesse sentido, suas atitudes reproduziram a visão da sociedade como um todo sobre essa questão.

Uma avaliação das ações preventivas semelhantes às sugeridas pelos professores (Klitzner et alii,1991, apud Bucher, 1996) mostrou que ações inspiradas nessa "pedagogia do terror" só surtem resultados em crianças até sete ou oito anos de idade. Depois disso, não funcionam mais. E, pior, além de ineficazes, têm um efeito colateral extremamente perigoso – comprometem a confiança dos jovens nos educadores e na própria escola.

Embora partilhem das mesmas crenças a respeito das drogas e seu uso, a visão dos alunos sobre a prevenção contrasta diametralmente com a dos professores. Eles percebem claramente que, para uma redução do uso de drogas, seria necessário recorrer a outras alternativas que não a repressão. Fica evidente que os alunos consideram a melhoria da qualidade de vida um aspecto fundamental para a prevenção do uso de drogas. Assim, enquanto professores recorrem, fundamentalmente, à repressão como medida de prevenção, os alunos percebem o oferecimento de alternativas como um modelo mais eficiente. Eles têm clareza de que a intervenção não deve ser dirigida ao uso de drogas

em si, pois ele faz parte de um contexto mais amplo, que envolve a qualidade de vida dos indivíduos, suas características pessoais e questões sociais. Em sua opinião, muitas vezes as drogas seriam procuradas como escape e alívio para a frustração e a insatisfação.

O trabalho com os professores e os alunos aponta para uma banalização do uso de drogas, que já aparece integrado ao cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, revela que tanto os professores, quanto os alunos sentem-se despreparados para lidar com as questões relacionadas ao uso de drogas. Em seus relatos, os professores afirmam ter dificuldades para lidar com alunos que apresentem problemas com drogas. Já os alunos sentem-se vulneráveis às pressões do grupo, de modo que a escola acaba se tornando um ambiente propício ao uso de drogas, o que acarreta dificuldades para os não-usuários.

Embora a escola pública brasileira viva imersa em grandes e profundas dificuldades, a escola ainda se coloca como o principal espaço de socialização do jovem e, portanto, como um espaço privilegiado para o trabalho preventivo.

Os resultados do presente estudo apontam para uma concentração de problemas nos relacionamentos interpessoais dos jovens na escola e fora dela, o que sugere que propostas que visem melhorar a qualidade de relacionamentos possam reduzir significativamente o uso de drogas por essa população.

Segundo um estudo de Carlini-Cotrim e Rosemberg (1990), nas escolas do estado de São Paulo, a prevenção ao abuso de drogas vem sendo feita através de atividades esporádicas, dirigidas diretamente aos alunos, de forma improvisada e amadora. Ou seja, o despreparo para se abordar essas questões reflete-se em ações inadequadas e ineficientes. Nesse mesmo estudo, as autoras constataram que em apenas 10% das escolas pesquisadas as autoridades escolares consideravam, como medida de prevenção importante, a melhoria das condições econômicas e sociais da população, como maiores opções de lazer e cultura aos jovens, melhores condições de ensino, etc.

E ainda, conforme Carlini-Cotrim e Pinsky (1989), a literatura internacional aponta com freqüência para outra dificuldade – em vários programas alternativos europeus observou-se pouca disposição dos professores para mudar. Esse estudo mostra ainda que, no Brasil, a produção acadêmica sobre o assunto, até o final dos anos 1980, estava centrada no Direito ou na Medicina. Essa situação se modificou um pouco, e atualmente já se encontram trabalhos sobre drogas nas áreas de História, Sociologia, Educação, e Psicologia.

Tomados no seu conjunto, esses dados, ainda que preliminares, sugerem que a visão dos professores sobre a droga é permeada pelos mesmos mitos e crenças que caracterizam a visão da sociedade como um todo. Isso, somado

ao despreparo da escola e dos professores para lidar com essa questão vem fazendo com que a escola, espaço potencialmente ideal para o trabalho preventivo, transforme-se num espaço que propicie o uso de drogas.

Os resultados do presente estudo sugerem que, para o planejamento de ações preventivas mais eficientes, é fundamental considerar os conhecimentos, crenças e atitudes tanto dos jovens, quanto dos professores e educadores que as implementam. Revelam ainda a urgente necessidade de se capacitar professores e educadores para o diálogo genuíno e produtivo com o principal foco das medidas de prevenção ao abuso de drogas – o adolescente.

Referências

BUCHER, R. (1996). *Drogas e sociedade nos tempos da Aids.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

CARLINI-COTRIM, B. e PINSKY, I. (1989). Drogas: prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente. *Cadernos de Pesquisa, 69*, 48-52, São Paulo.

CARLINI-COTRIM, B. e ROSEMBERG, F. (1990). Drogas: prevenção no cotidiano escolar. *Cadernos de Pesquisa, 74*, 40-46.

CARLINI, B. H.; PIRES, M. L. N.; FERNANDES, R. e MASUR, J. (1986). Alcohol use among adolescents in São Paulo, Brazil. *Drug and Alcohol Dependence, 18*, 235-246.

DALLA-DÉA, H. H. F.; ALMEIDA, F.; SILVEIRA, M. T. e TOLEDO, V. C. (1999). Você já cheirou lança-perfume? Um estudo sobre o uso de inalantes por alunos das escolas públicas dos bairros de classe média da cidade de São Paulo. *Psic. Rev. 8*, 23-40, São Paulo.

DE MICHELLI, D. e FORMIGONI, M. L. O. S. (2000). Screening of drug use in teenage Brazilian sample using the Drug Use Screening Inventory (DUSI). *Addictive Behaviors, 25* (5), 683-691.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R. e CARLINI, E. A. (1995). A adolescência, o ensino e o abuso de drogas: reflexões. *Temas, 25* (49), 48-57.

____ (1997). *Tendências do uso de drogas no Brasil: síntese dos resultados obtidos sobre o uso de drogas entre estudantes do 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras (1987-1989-1993-1997)* – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid. São Paulo: Afip, Confen, Abifarma.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R. e CARLINI, E. A. (1999). *I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas.* São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid, Unifesp.

Tabela 1 – Características da população estudada

Características	Total	
	N	%
Sexo		
Masculino	175	54,3
Feminino	147	45,7
Nível Escolar		
Ens. Fundamental: 5ª série	33	10,2
6ª série	51	15,8
7ª série	81	25,2
8ª série	94	29,2
Ensino Médio: 1ª série	63	19,6
Período		
Manhã	338	52,8
Tarde	141	28,0
Noite	176	19,3
Defasagem escolar		
Não tem	174	54,0
Um ano ou mais	148	46,0
Nível socioeconômico		
A	27	8,4
B	69	21,4
C	104	32,3
D	104	32,3
E	18	5,6
Totais	322	100,0

Tabela 2 – Freqüência do uso de drogas no último mês (em porcentagem)

	Nenhuma vez	1-2 vezes	3-9 vezes	10-20 vezes	Mais que 20 vezes
Álcool	**42,4**	**28,9**	**15,2**	**4,0**	**9,3**
Tabaco	**78,3**	**4,0**	**2,8**	**4,0**	**10,9**
Maconha	**71,7**	**12,4**	**6,8**	**4,7**	**4,3**
Analgésicos	89,1	7,1	1,9	0,6	1,2
Inalantes	83,9	6,8	4,3	4,0	0,9
Cocaína/Crack	96,9	0,9	1,2	0,6	0,3
Anabolizantes	99,1	0,3	0,3	0,3	0
Anfetaminas	98,4	0,4	0	O	0,3
Tranqüilizantes	98,1	1,9	0	0	0
Alucinógenos	98,8	0,9	0	0,3	0
Êxtase	99,4	0	0,3	0,3	0
Opiáceos	99,1	0,3	0,3	0,3	0
PCP	100,0	0	0	0	0

Obs.: Destaque em negrito para as substâncias mais utilizadas.

Tabela 3 – Número e densidade de problemas nas diferentes áreas

Área	Nº de problemas		Densidade	
	Média	Desvio	Média	Desvio
I. Uso de substâncias			12,14	18,02
II. Comportamento	11,18	13,01	38,2	43,4
III. Saúde	8,2	5,3	27,3	17,6
IV. Desordens psiquiátricas	9,1	5,0	31,3	16,4
V. Sociabilidade	9,4	5,21	31,4	17,2
VI. Família	8,5	5,9	28,4	20,0
VII. Escola	9,4	4,6	32,2	15,3
VIII. Trabalho	3,5	4,6	11,6	15,2
IX. Amigos	4,6	3,0	41,4	21,4
X. Lazer	11,0	5,7	37,3	18,9

Tabela 4 – Problemas mais freqüentes

Área	Problema	N	%
1	Já teve sintomas de abstinência.	98	30.4
	Em festas, gosta de brincadeiras que envolvem bebidas.	83	25.8
	Já sentiu "fissura" ou forte desejo por álcool ou drogas.	60	18.6
	Muda rapidamente de estado de humor por causa das drogas.	46	14.3
	Já teve amnésia alcoólica.	44	13.7
2	É teimoso.	243	75.5
	Chateia-se ou aborrece-se facilmente.	213	66.1
	É muito sensível a críticas.	193	59.9
	Geralmente se sente irritado ou nervoso.	158	49.1
	É muito tímido.	151	46.9
	Faz muitas coisas sem antes pensar nas conseqüências.	149	46.3
3	Problemas com o sono (dorme demais ou pouco).	161	50.0
	Perda ou ganho de peso.	122	37.9
	Preocupação com sexo ou com seus órgãos sexuais.	119	37.0
	Tem menos energia do que acha que deveria ter.	114	35.4
	Problemas de respiração ou tosse.	110	34.2
4	Preocupa-se demais.	222	68.9
	Sente-se triste muitas vezes.	189	58.7
	Tem dificuldade em deixar de pensar em determinadas coisas.	184	57.1
	É nervoso.	152	47,2
	Rói unhas.	151	46.9
5	Preocupa-se em como suas ações afetam os outros	215	66,8
	Tem dificuldade em dizer "não" para as pessoas.	185	57.5
	Sente-se desconfortável se alguém o elogia.	180	55.9
	Prefere atividades com amigos bem mais velhos.	149	46.3
	Tem dificuldade em pedir ajuda aos outros.	122	37.9
	Tem dificuldade em fazer amizades num grupo novo.	97	30.1
6	Pais estão fora de casa a maior parte do tempo.	146	45.3
	Pais desconhecem o que o filho sente ou pensa.	142	44.1
	As pessoas da família dificilmente fazem coisas juntas.	133	41.3
	Pais desconhecem o que o filho gosta e o que não gosta.	124	38.5
	Familiar usa álcool a ponto de causar problemas em casa.	118	36.6
7	Os colegas deste ano são diferentes dos do ano passado.	185	57.5
	Já foi suspenso.	180	55.9
	Freqüentemente sente-se sonolento na escola.	160	49.7
	Tem problemas para se concentrar na escola e no estudo.	159	49.4
	Freqüentemente deixa de fazer os deveres escolares.	131	40.7
8	Precisa de ajuda dos outros para procurar emprego.	97	30.1
	Já foi despedido de emprego remunerado.	61	18.9
	Parou de trabalhar porque não se importava	48	14,9
9	Amigos "colam" nas provas.	309	96.0
	Amigos usam álcool ou drogas regularmente.	204	63.4
	A maioria dos amigos é mais velha.	197	61.2
	Amigos costumam faltar muito na escola.	153	47.5
	Acha que os pais não gostam dos amigos.	125	38.8
10	Assiste mais do que duas horas de televisão por dia.	236	73.3
	Nas horas livres, simplesmente fica com os amigos.	191	59.3
	Na maioria das festas, os pais estão ausentes.	157	48.8
	Tem pouca atividade esportiva.	137	42.5
	Insatisfeito com a maneira como passa seu tempo livre.	124	38.5

Eu, minha mulher e os filhos dela

Maria Thereza de Alencar Lima*
Rosane Mantilla de Souza**
Patrícia Cristófaro David***

RESUMO: A situação gerada pela união conjugal de um homem ou uma mulher que já foi casada/o e tem filhos dessa união conjugal anterior, embora cada vez mais freqüente, sujeita a conflitos e rompimento, tem sido objeto de poucas pesquisas em todo o mundo. Na busca de uma melhor compreensão dessa experiência no Brasil, foi realizado um estudo exploratório usando entrevistas livres, com cinco homens, de idade variando entre 27 e 49 anos, que, há pelo menos um ano, viviam conjugalmente com mulheres que tinham filhos menores. Os depoimentos puderam ser organizados segundo os principais temas identificados na literatura, a saber: complexidade da vida familiar, conjugalidade, parentalidade e relacionamento com o ex-parceiro da cônjuge. Trata-se de um relacionamento no qual o homem busca realizar seu projeto amoroso-conjugal, mas do qual os filhos da parceira fazem parte desde o início, sendo em torno deles que tendem a se concentrar a maioria das dificuldades conjugais. Os depoimentos permitem identificar também temas de vulnerabilidade e proteção que merecem melhores estudos.

Palavras-chave: recasamento; relacionamento amoroso; paternidade.

ABSTRACT: The situation created by the conjugal union of a man and a woman that had already been married and have children from this previous relationship is very frequent and, despite the conflicts and disruptions, has been the object of little research all over the world. In order to achieve a better comprehension of this experience in Brazil, the authors conducted an exploratory research study with five men between 27 and 49 years old, who had been living at least for one year with a woman who has young children. The interviews were organized according to the main themes identified in the literature: the complexity of family life; conjugality; parenthood and relationship with the woman's ex-husband. This is a relationship where the man is trying to accomplish his love-conjugal project but his partner's children are part of the relationship since the beginning, and the majority of the conjugal problems are related to this matter. The interviews also allow the identification of other themes, such as vulnerability and protection, which deserve to be the focus of further studies.

Key-words: stepfamilies; love relationship; stepfather.

* Doutoranda no núcleo de Família e Comunidade do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mail: mtal@aol.com.br

** Departamento de Psicologia do Desenvolvimento PUC-SP. E-mail: rosane@pucsp.br

*** Mestranda no núcleo de Família e Comunidade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mail: patydavi@sti.com.br

"Conta para ela que pai é pai e marido é marido..."
R, 27 anos, ao conversar com sua companheira sobre como introduzi-lo à filha dela.

A situação das famílias geradas pela união conjugal de um homem ou mulher que já foi casado e que tem filhos é extremamente complexa e ainda não suficientemente estudada, apesar de ser acontecimento cada vez mais comum e de relato freqüente. Afinal, quem não se lembra de Branca de Neve, Cinderela e Baba Yaga, histórias que têm em comum as madrastas más, injustas e impiedosas?

As princesas desses contos, personagens principais, viveram agruras nas mãos dessas mulheres, substitutas maternas que, no mínimo, eram insatisfatórias e incapazes de considerar os sentimentos ou as características pessoais dos filhos de seus cônjuges, quando não eram retratadas como intrusas maldosas, as "bruxas" do conto de fadas.

O padrasto sempre teve uma imagem mais preservada, sendo retratado, muitas vezes, como um sujeito um tanto ingênuo, que por amor, bondade ou falta de opção aceitou a companheira e seu "pacote" de filhos. Lembre-se, por exemplo, que o pai de Cinderela se casa com uma viúva que tem duas filhas, das quais é, portanto, padrasto. Sua missão no enredo, no entanto, é desaparecer de cena e deixar sua filha exposta aos sofrimentos impostos pela madrasta.

Reflexo de uma mentalidade tradicional, que identifica o cuidado da criança com o feminino, tais contos não se detêm no papel paterno e, muito menos, na descrição da experiência dos substitutos parentais e seus conflitos. Mas, desses contos herdamos uma certa animosidade inicial às madrastas e uma certa tolerância indiferente aos padrastos.

Todavia, desde que o divórcio se tornou um evento cada vez mais freqüente, a função parental dos padrastos e madrastas deixou o foro da viuvez e generalizou-se para um número grande, embora não muito preciso, de famílias. E mesmo os termos madrasta e padrasto são pouco usados pelas crianças para descrever essa situação (Souza, 1998). Distanciamo-nos, neste último século, de um modelo de família nuclear/biológica e sabemos que nos dias de hoje um novo membro em uma família não substitui, necessariamente, um genitor falecido/ausente. Ao contrário, compartilha novas funções, novos papéis, investindo seu afeto e seu tempo na construção de uma relação com o próprio cônjuge e com os filhos dela(e).

Os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE[1] mostram que, no Brasil, um casamento rompe-se em média após dez anos. Um em cada quatro ca-

1 Dados disponibilizados via Internet: www.sidra.ibge.gov.br

samentos termina em separação. O número de separações e divórcio cresce a cada ano: em 1996, a quantidade de separações judiciais e divórcios foi 12% maior do que em 1991. No ano de 1984, de um total de 30.847 divórcios, 52% aconteceram entre casais que tinham filhos menores. Os dados referentes a 1998 mostram que o total de divórcios passou a ser 105.102, sendo 63% envolvendo filhos menores. Nesses divórcios, a guarda dos filhos foi materna em 89,5% dos casos, conjunta em 2,8% e paterna em 6,5% dos casos.

O divórcio gera uma situação de transição múltipla. Dos casamentos legalmente contraídos no Brasil no ano de 1994, 7% envolveram pelo menos um divorciado (homem ou mulher). Mas deve-se notar que esse número expressa apenas a parte menor dos padrões conjugais desses indivíduos. A prática clínica e mesmo as amostra de pesquisa da literatura nacional (por exemplo, Souza, 1998, 1999; Féres-Carneiro, 1997) permitem perceber que é uma parcela menor desses homens e mulheres que chegam a formalizar uma união, sendo prática mais comum as relações informais ou coabitação.

Outras estatísticas ao redor do mundo também informam a tendência à busca de conjugalidade entre os divorciados. Segundo Thèry (1987) e Festy (1988), no ano de 1982, na França, 12% dos casamentos envolviam divorciados. Festy refere ainda que, enquanto, no início do século XX, menos de 40% dos divorciados se casavam novamente, em 1965 esse número era de mais de 60%. Em 1985, no entanto, a tendência se modificou, reduzindo-se a menos de 40% e sendo substituída por relações informais, o que faz com que o autor aponte o declínio da união legal como validação dessas relações. Crosbie-Buernett (1994) descreve que, nos EUA, em 1983, 72% das mulheres divorciadas e 80% dos homens divorciados casaram novamente.

Parceiros em segunda união conjugal não são os mesmos de um primeiro casamento. Homens e mulheres que ganham o *status* de divorciados não são mais solteiros, mas também não são casados. Embora a afirmação seja óbvia, é importante ressaltar a especificidade dessa situação de transição, uma vez que a conjugalidade dos divorciados implica, sobretudo, a satisfação do projeto amoroso individual, mas no contexto de uma família complexa e plurinuclear. É em grande parte nas bases dessa busca individual amorosa/conjugal dos parceiros que se definem os novos laços familiares e que se instalam os maiores conflitos e riscos, relacionados freqüentemente aos filhos.

No âmbito da relação do casal, o difícil equilíbrio entre individualidade e conjugalidade é destacado principalmente pelos investigadores brasileiros (Bucher 1996; Coleta, 1991; Féres-Carneiro, 1987, 1998; Pascual, 1992; Woods 1988). Questões como relacionamentos mais igualitários, qualidade de relacionamento sexual, companheirismo, são sistematicamente mencionadas. Pasley (1989), Keshet (1990) e Woods (1988) também referem que esses relaciona-

mentos tendem a ser mais realistas, destacando a flexibilidade e a adaptabilidade à complexidade da situação. Essa demanda de flexibilidade também é foco do estudo realizado por Crosbie-Burnett (1994) e associado ao sucesso da união.

Por serem essa conjugalidade e as famílias decorrentes, diferentes das de primeira união conjugal em sua história e circunstância, tais demandas nem sempre são fáceis de atingir. Assim, Martin e Bumpass (1989) apresentam o dado de que o divórcio ocorre com mais freqüência e mais rapidamente nessas relações do que no primeiro casamento, ou seja, em menos de 5 anos. Casamentos que envolvem mulheres divorciadas têm uma probabilidade duas vezes maior de chegar ao divórcio do que aqueles de homens divorciados, em parte porque 50% dessa alta taxa de dissolução implica a presença de filhos (Tzeng e Mare, 1995). Embora esses dados sejam norte-americanos,[2] a freqüência de não oficialização desses vínculos conjugais, no Brasil, e a busca de atendimento psicológico por parte dos indivíduos envolvidos, sugere, ao menos, as dificuldades encontradas.

O divórcio rompe um casal, mas não rompe a família. A família se modifica, estrutura-se de uma nova forma, reorganiza-se enquanto núcleo monoparental. O novo casamento desestabiliza o equilíbrio anteriormente atingido. Cherlin e Furstenberg (1994) identificaram em seu trabalho que todo esse processo envolve cinco a sete anos de adaptação, ou seja, uma nova separação pode ocorrer antes mesmo que a família encontre um novo nível de homeostase.

A trajetória adaptativa dessa nova família é modificada pela interação de múltiplos fatores que atuam, ora aumentando a vulnerabilidade, ora definindo-se como proteção, e incluem: a necessidade de integrar relações e experiências familiares anteriores e novas, a qualidade e a estabilidade da relação conjugal atual, circunstâncias práticas como mudanças econômicas, de residência, emprego, escola das crianças e as características individuais de todos os cônjuges, famílias extensas, bem como os filhos envolvidos (Hetherington e Stanley-Hagan, 1999; Andenson, Greene, Hetherington e Cingempeel, 1999). Os adultos precisam estabelecer uma relação marital positiva, ao mesmo tempo em que se ajustam as relações pais/filhos prévias, e construir uma relação de cuidado com a prole, característica do sistema emergente. O todo se torna ainda mais complexo pela necessidade de integrar histórias e tradições familiares, às vezes díspares, e negociar um novo modelo familiar viável (Keshet,1990).

Diferentes autores (Hetherington e Stanley-Hagan, 1999; Keshet, 1990; Féres-Carneiro 1995, 1997, 1998; Bucher e Rodrigues, 1990; Anderson, Greene, Hetherington e Cingempeel, 1999) apontam a inexistência de modelos para tais

2 Não foram encontradas estatísticas acerca do Brasil.

famílias, destacando que a vivência de seus membros ocorre sem muitos rituais ou normas sociais que os validem ou orientem. Seu processo de construção é difícil, já que os parâmetros conhecidos na sociedade não lhe são aplicáveis, exigindo a busca de novas possibilidades e a criação de um novo modelo familiar.

Bray e Berger (1993a, b) e Fine, Coleman e Ganong (1999) demonstram que a maioria dessas famílias tenta se forçar a um funcionamento tradicional, ou seja, o da família de primeira união conjugal, ao invés de construir uma imagem do como um novo cônjuge deve se comportar nessa família, que está inserida em particularidades e situações delicadas, como a diferença de opiniões dos membros, a indefinição de papéis, histórias diversas de cuidado e diferentes perspectivas acerca do conteúdo dos papéis parentais.

O alto índice de rompimento e a tensão entre esses novos casais poderia ser atribuído, então, a fatores que incluem a maior negatividade que pode caracterizar a interação conjugal, os desafios de integrar diferentes atitudes e histórias maritais e a complexibilidade única das relações de moradia. Além disso, a insatisfação e a instabilidade conjugal pode ser exacerbada pelas dificuldades enfrentadas, pelo indivíduo que casa com um divorciado, em assumir um papel parental ativo (Bray, 1999; Cherlin e Furstenberg 1994; Crosbie-Burnett e Giles-Sims, 1994; Hetherington e Stanley-Hagan 1999; Bray e Burger 1993b; Booth e Edwards, 1992).

A despeito da diversidade das estruturas familiares envolvendo ex-casados, a maioria delas ocorre quando uma mulher que tem a guarda de seus filhos se casa novamente, como já foi mencionado. Segundo Fine, Coleman e Ganong (1998, 1999), existe um consenso entre a literatura clínica e teórica, no sentido de que a maioria dos desafios, das oportunidades e questões que envolvem os membros dessas famílias orbitam em torno do papel do homem em sua relação com os filhos da companheira.

Em tempo de mudança na estrutura e na função familiar, quando a paternidade tem despontado como particularmente importante, tanto para os homens (Souza, 1994; Meirelles, 2001; Faria, 2001), quanto para os outros membros da família, a vivência de parentalidade dos homens que se casam com mulheres que têm filhos de outras uniões conjugais é ainda subestudada no mundo todo, talvez porque permaneçam como depositários de nossa indiferença em relação aos padrastos.

Nesse sentido e nesse contexto, ouvir o homem que vive uma relação conjugal com uma mulher que já foi casada e teve filhos pareceu-nos de extrema relevância. Não tendo encontrado estudos dessa natureza no Brasil, propu-

semo-nos o objetivo amplo de descrever os principais temas da experiência de vida conjugal e familiar desses homens, buscando identificar se as informações obtidas na literatura se reproduziam e se emergiam novos temas.

Método

Tratou-se de um estudo qualitativo e exploratório, realizado através de entrevistas abertas, nas quais solicitava-se que o indivíduo relatasse sua experiência conjugal e familiar atual. Os depoimentos foram gravados e depois transcritos, tendo-se identificado os principais temas, analisados à luz da literatura disponível.

Participantes

Foram entrevistados cinco homens, com idades entre 27 e 49 anos. A fim de ampliar o alcance da problemática, escolhemos indivíduos pertencentes a configurações familiares distintas. Três professores (de curso pré-vestibular, de universidade e colegial), um psicólogo e um produtor de televisão, tendo em comum a situação de morar na mesma casa com os filhos das companheiras há mais de um e menos de 8 anos. Todas essas mulheres tinham filhos menores (entre 3 e 8 anos) no momento em que conheceram seus novos parceiros. Eram viúvas, separadas ou divorciadas e profissionais que também trabalham fora de casa. Três desses homens eram divorciados, outro era solteiro e outro, viúvo de uma primeira união e separado de uma segunda, estando em seu terceiro casamento. Três deles já tinham filhos, cuja guarda, no entanto, era materna. Apenas um entre eles não formalizou a união atual.

Resultados

De início, devemos destacar que encontramos homens extremamente dispostos a falar de sua história pessoal e familiar, partilhar suas emoções e sentimentos, e que aderiram à nossa proposta, mobilizados por diversas razões:

> *(...) deve ser um assunto importante, deve ser estudado, entendido, porque é uma coisa que causa certa polêmica (...) para mim, está sendo polêmico, está sendo difícil, uma coisa que no início não parecia complicada.*

> *Me vem à cabeça que isto deve ser complicado. Eu tinha uns fantasmas na minha cabeça antes de iniciar a relação e que para mim se mostraram fantasmas, mas que para muita gente conhecida eu vi se concretizar em monstros, às vezes indestrutíveis. Minaram, acabaram com a relação. Antes de entrar nesta, eu tinha estes temores também.*

(...) achei (este tema) interessante, porque na realidade a gente é pouco ouvido e a carga que se joga, as expectativas, as frustrações são muito grandes, esta carga é muito pesada...

Assunto importante, polêmico, complicado, o que contam nossos entrevistados é a própria percepção de uma extensa problemática, sobre a qual também se debruçam autores norte-americanos (Rallings, 1976; Crosbie-Burnett, 1991; Stern, 1978), relatando que um funcionamento paternal por parte dos novos companheiros em relação aos filhos de um outro casamento dependerá de variáveis da história de vida dos mesmos, entre as quais: relação com sua família de origem, primeiro eventual casamento, questões tensas do divórcio como a legalização da separação, guarda dos filhos, mudança de casa, transição de estilos de vida dos filhos, idade dos filhos, adoção, além da capacidade de lidar com um lento reconhecimento, tanto legal quanto social, da autoridade desse novo arranjo e desse novo membro da família. As questões de gênero dos filhos da companheira, assim como a aceitação por parte da família extensa da nova relação também influenciará no sucesso da relação dos novos companheiros com as crianças.

Em termos gerais, reproduziram-se os temas apontados pela literatura disponível, de modo que escolhemos explorar mais profundamente a rede intrincada de questões que se estabelece em torno de quatro grandes temas: a complexibilidade familiar, a conjugalidade, a parentalidade e a presença/ausência do ex-marido.

Em relação à complexibilidade do sistema familiar e ao homem que está vivenciando essa situação, deparamo-nos com, pelo menos, duas dificuldades específicas. A primeira refere-se a um confronto entre o que esse homem ouviu dizer sobre a situação familiar em que está envolvido e a própria convicção a respeito do que vê e sente sobre a nova família. Amigos e, sobretudo, família de origem do novo casal costumam temer por seu envolvimento e atuação. Muitos fantasmas e preconceitos permeiam o início do relacionamento.

Com relação às famílias... as crianças aceitaram muito bem minha família... Óbvio, minha mãe nunca fala nada, eu sinto. Então eu perguntei e aí? Ela me disse: olha, aquelas coisas que a gente já está careca de saber... Eu falava: eu sei tudo isto, mas eu vou correr o risco... eu estou achando que o caminho não vai ser este. Por uma série de razões, pelo que eu já tinha visto. Então eu achava que o caminho não seria o caminho das trevas. Meus pais ficaram preocupados. No caso dos pais dela, a mãe ficou assustadíssima, porque ela dizia: minha filha, mas vai casar de novo? Como? A mãe dela ficou que parecia que havia tido uma morte. A M. (esposa) *ficou superpreocupada que eu ficasse superchateado com a mãe dela...*

No enfrentamento desses "avisos sociais" recebidos pelos homens, eles colocam como importante auxiliar alguns aspectos de sua história pessoal, como, por exemplo: maturidade para assumir um relacionamento familiar "*eu não era tão jovem assim*", o gostar de crianças, o resgate de valores próprios,

da vida pessoal, medos e desejos e, sobretudo, a concordância entre os próprios valores e os que identifica nas atitudes e comportamentos da companheira em relação aos filhos dela.

Pela primeira vez na vida pessoal, eu tomei as rédeas da minha vida, eu falei: Eu quero que aconteça. Uma coisa que até então eu nunca tinha feito. Foi diferente, foi um resgate da minha vida pessoal... Eu nunca fiz nada pela minha vida pessoal! A minha vida pessoal foi assim... acontecia tal coisa e eu já estava lá, era sempre assim os desafios iam acontecendo, eu ia chegando, ia fazendo... Pela primeira vez eu decidi que queria fazer isso, quis ficar com a M (esposa), *namorar a M, morar e casar; e ela também quis tudo isso. Foi um processo que pela primeira vez eu senti que era dono da minha vida pessoal! Foi muito legal essa sensação de se sentir dono da vida, não mais a vida te levar!...*

Primeiro que eu entrei nessa já não tão jovem, mas acho que os homens que se envolvem com mulheres que já tiveram um primeiro casamento já são mais velhos, não é uma coisa que um cara de 20 e poucos anos faz... Eu tinha problemas meus, que eu não conseguia superar nem pra ter vontade de ter filhos. Mas eu nunca tive problemas de conviver com crianças...

A gente conversou muito... O que ela queria para os filhos dela, o que ela não queria, e eu acho que só entrei nesta história porque eu concordei em grande parte com o que ela disse. Porque senão eu não entraria numa família que eu discordasse de cabo a rabo, por mais que eu gostasse dela. A gente tem que ter também um pouco de discernimento. Adoro uma mulher, estou apaixonadíssimo. Só que a perspectiva que ela tem de família e de educação de filhos é totalmente diferente da minha. E, ali, eu não precisava ter os filhos para descobrir isto. Ela já os tinha. Bastava eu olhar o jeito como ela lidava com as crianças. Diferente de um casal que está se conhecendo, nenhum dos dois tem filhos, e nenhum dos dois sabe direito como é que é. Então eles vão descobrir juntos. E aí que aparecem as diferenças, muitas vezes. No meu caso não, porque eu pude ver, eu vi ela cuida dos filhos desta forma, e conversamos muito sobre isto. E como cuidaremos...

O segundo tema, que se refere diretamente à complexidade familiar, é o não reconhecimento dos esforços cuidadores desses homens por parte de uma sociedade que ainda cultua os laços biológicos em detrimento dos afetivos. Crosbie-Burnet (1994), em estudo realizado na Inglaterra com crianças membros de dois diferentes lares e que conviviam com três ou quatro figuras parentais, diz-nos que as práticas escolares e policias remetem unicamente aos pais legais, ignorando a importância, para as crianças, de ser o pai ou a mãe não-biológicos que tenha sido assumido afetivamente por elas. Muitas vezes, o lugar que a criança considera "lar" não recebe, por exemplo, informações escolares. E em São Paulo?

A escola é extremamente preconceituosa, outras instituições eu não sei, mas a escola é. O pai da N na escola, é o pai que morreu. Eu conto como responsável, mas não como pai. A escola não me trata como pai, muito embora eu tenha ido a todas as reuniões, embora eu pague a mensalidade junto com a mãe, embora eu cobre lição da N... isso quando eu não levo baile. Mas, por exemplo, se a N tiver passando mal na escola, eles vão ligar procurando

a mãe, se a mãe não tiver, eles querem o celular dela, se eles não conseguirem achar a mãe no celular, eles vão ligar e deixar um recado para mim. Eles não vão ligar para mim e falar: A N tá passando mal, vem buscar! Eles sabem que estão falando comigo, mas eles querem procurar a mãe... Então, você não se sente pai. Para você se sentir pai, você teria que se sentir pai nessas coisas. Se seu filho está doente na escola, eles ligam pra você também. A terapia quer falar com a família da paciente, quer falar com você também. Se você é pai (biológico) e vem lá desde a gravidez, cumprindo todo o ritual, você tem acesso a esses direitos, é o crachá! E o crachá é ter engravidado a mulher.

Fine, Coleman e Ganong (1999) também constataram que os homens, geralmente, acreditam que deveriam exercer um papel parental mais ativo com os filhos da mulher com quem estão morando e ter as mesmas obrigações de um pai, pagando o que precisa para essa(s) criança(s) que estão morando com ele. A dificuldade desse homem em ter claro o seu papel advém, entre outras razões, do fato de que todos os dias ele tem que tomar decisões sobre como se comportar com aquela(s) criança(s), sempre tomando cuidado e se preocupando muito mais do que qualquer outro membro da família, mas não sendo, muitas vezes, reconhecidos por isso. Esse cuidado com os filhos dela é também (e sobretudo) um cuidado com a relação conjugal.

Uma conjugalidade marcada pelo diálogo e por uma certa igualdade entre os parceiros parece ser aspectos que também auxiliam no suporte da complexibilidade familiar (Ganong e Coleman, 1994; Hetherington, 1993, 1999; Hetherington e Jold, 1994; Peck, Waldren e Sorrel, 1988). A mulher sinaliza afetivamente como o homem deve atuar em relação aos cuidados com os filhos, dá as regras da casa, autoriza ou não o comportamento de seu companheiro em relação aos filhos. Quanto mais valorizado ele se sente, melhor a relação marital e o cuidado das crianças (Costa, Penso e Féres-Carneiro, 1992; Bucher e Rodrigues, 1990, Marsiglio, 1992, Marsiglio, Day e Lamb, 2000; Bray, 1999). Segundo Bray e Burger (1993b), um comportamento parental desses homens só pode ser atingido gradualmente, e nem sempre ocorre em todas as famílias.

Ela (esposa) *pede minha opinião sobre o dia-a-dia escolar... Reunião ou coisas com a escola, é com a mãe. Ela toma muito cuidado com isso. Não chega até mim. Eu diria até que é excessivo. Ela centraliza mesmo as coisas, os afazeres das crianças, burocráticos, ela centraliza. Os domésticos são difíceis, mas esses: matricular, pagar, ir à reunião, ela centraliza isso. Talvez para me aliviar, talvez porque ela ache que eu não tenha saco, eu não sei se ela tem razão ou não. Mas é aliviante, alivia mesmo, é obvio. Estas coisas são chatas... ...Com relação aos dois filhos, ela dá as regras, as regras da casa. Existia uma dinâmica. Quanto menos eu mexer nessa dinâmica, melhor. Se eu mexer muito nisso, estou querendo não ser muito bem-vindo. Você pode até mexer a longo prazo, mas a curto prazo, em hipótese alguma. Então, evidentemente, as regras são as dela, não há dúvidas disso. Mas gradativamente vai se impondo, vão se misturando as coisas, vai ocorrendo uma homogeneização das coisas... Ela me sinaliza essas coisas e eu acho importante, porque eu não estou acostumado. Então, muitas vezes, eu estou perdendo a paciência com uma determinada coisa e ela me sinaliza, me cutuca: calma...*

Eu e a M (esposa) *conversávamos bastante. Nós bolamos um jeito de, vagarosamente eu entrar, embora tenha sido tudo muito rápido. Em dois anos nós estávamos casados e daí com um bebê. E tudo muito rápido. Mas, mesmo assim, foi o mais lento que a gente pôde, que a gente conseguiu fazer. Então, gradativamente, eu fui primeiro apresentá-los à minha casa, porque eu morava sozinho, então eles conheceram minha casa, iam passear lá e tal, depois fomos fazer uma viagenzinha com eles, não fiquei no mesmo lugar, mas eles estavam lá, para eu ir tomando contato com eles. E, brincando, levei-os à festa de um amigo, festa de criança, ir tomando contato. Então a gente fez isto o mais rápido possível, porque a gente também tinha uma certa urgência, particularmente eu. Eu acho que dentro do possível a gente fez a coisa bem lentamente...*

Os homens também assinalam em seu discurso a falta de rituais que marquem a passagem para essa conjugalidade (como o casamento, por exemplo). Ou, mais especificamente, a questão: qual o ritual que auxiliaria esse processo tão particular? Suas preocupações perpassam por sua aceitação na nova família, tanto pela cônjuge quanto pelos filhos dela.

A gente tá chamando isso de ritual, mas podia estar chamando de qualquer coisa... eu acho que etapas que você deixa de cumprir te dão problema. A gente deixou de cumprir uma etapa quando a gente foi morar junto, por exemplo. Era a etapa de namorar, de se encontrar e eu fui direto para casa da M. Logo, a M teve que me esconder da N como namorado dela. Então, é assim, eu vivia na casa da M (esposa) *sem a N* (filha) *saber quê eu morava lá, eu era um intruso na casa dela. Se a gente tivesse namorado, não sei o que e tal... acho que teria sido melhor assimilado pela M mais do que pela N, mas teria sido melhor assimilado nem que fosse só pela M. Então, eu acho que essas etapas são importantes; e os casais, as novas uniões passam por esse problema...*

Nós não queríamos fazer uma festa de casamento, um casamento. Porque para gente não teria muito sentido. A gente queria fazer uma festa para os amigos. Comemorar a união da gente. Mas a gente não queria igreja, não queria bolo de casamento, aquela festa formal. Cerveja, amendoim, bater papo, uma reunião. Isso a gente queria fazer. A gente não fez, porque não deu, por causa da gravidez e tal. E a gente acabou se casando mesmo no civil, consultamos um advogado por causa da questão técnica mesmo do casamento. Ela vem de um casamento, já tinha bens, já tinha dois filhos, eu tinha bens, um filho vindo, como é que isto funciona... então a gente achou que o contrato podia resolver esta questão patrimonial da união. Aí a gente resolveu casar, fomos ao cartório, marcamos o casamento. Não teve um ritual. O pai fez um ritual e foi terrível. A menina não queria olhar na cara do pai. Então a menina pegou pesado com ele, e não com a mãe. Porque o pai casou de novo com uma mulher que tinha uma filha..."

Vuchinich, Hetherington, Vuchinich e Clingempell (1991) afirmam, ainda, que a variabilidade e as inconsistências no desempenho de papel desses homens está associada às expectativas de papel parental comunicada a eles pelas mulheres, às respostas das crianças às suas tentativas de aproximação e ao fato de o homem ter ou não filhos próprios de outras uniões. Visher e Visher (1978) falam de "mitos" comuns à nova união, que deveriam ser melhor compreendidos e cuidados. Para os homens, as dificuldades estariam relaciona-

das a conflitos de disciplina (a mãe biológica "supervisionando" o comportamento do companheiro), sua participação monetária na nova família (principalmente se o novo cônjuge também tem outros filhos: como é dividido esse dinheiro?) e o sentimento de culpa por ter "deixado" os filhos biológicos para ser aberto e amigo dos filhos da companheira. O mesmo sentimento de culpa é o de ter ocasionado dor às próprias crianças pela situação da família, o que torna mais difícil ao homem o trânsito relacional na nova família.

Eu e a S., a gente se conheceu e eu disse: eu tenho uma filha e espero que você entenda, ela é minha prioridade. Ela disse o mesmo em relação ao filho dela. Mas o marido dela não tinha uma ex-mulher, não tinha um outro filho, então está sendo mais difícil para ela. Porque eu tenho pensão para pagar, uma filha para ver, uma ex-mulher que eu tenho que conversar sobre a educação da minha filha... quanto ao filho dela, gostaria muito de gostar dele tanto quanto da minha filha... ia ser muito bom, mas não sei o que acontece, não rola. A coisa fica meio empacada. E tem também uma coisa, que só agora veio na minha cabeça: eu vou fazer as coisas e sinto a falta da minha filha. Tem certas vezes que minha esposa diz: vamos levar ele tem tal lugar? Aí eu penso: poxa, levar ele... mas eu poderia levar minha filha. Vou levar ele, que não é meu filho e a minha filha, se eu levasse ia se divertir um bocado, não vou poder fazer?

Ganong (1989) verificou que os homens de seu estudo mencionaram a disciplina em relação aos filhos da companheira como sua preocupação mais freqüente. Outros estudos dizem que famílias em nova união com clima emocional mais tranqüilo são aquelas em que os novos companheiros da mulher não se dispõem muito a desempenhar o papel de autoridade: eles ficam no relacionamento afetivo com os enteados e deixam a questão da autoridade para ser estabelecida pelo pai ou mãe biológico da criança. Sugerem que a amizade entre os novos companheiros e os filhos da mulher é um pré-requisito importante para que esses filhos aceitem a disciplina desses novos componentes da família (Stern, 1978; Marsiglio, 1992; Fine, Colman e Ganong, 1998). A forma de conquistá-los, por parte dos novos cônjuges, parece ser um avançar lento, relaciona-se à presença constante e principalmente ao quanto esses homens possam sentir-se participantes e importantes nessa família.

Principalmente na questão formal, eu não consigo ser formal com a N, mas cumpro o papel que o pai cumpre, eu dou bronca nela e isso também é complicado; quando você é legal, tudo bem, você é legal! Mas quando você tem que dar uma bronca; qual a autoridade que você tem pra dar uma bronca ou qual é autoridade que te dão pra dar bronca? Nem é a que você tem, é a que te dão. E aí, falando sociologicamente até, nenhuma autoridade é criada, autoridade pra ser de fato uma autoridade, ela precisa ser revestida de poderes, de reconhecimento e de poder, até poder de repressão... É difícil, se você não tem, por exemplo, o poder de dar, de fazer, de ter um tipo de represália que pode ser de um tapa na bunda a falar mais grosso, você não tem autoridade. Então, isso é muito difícil! Eu dou a bronca e às vezes pago caro porque às vezes eu dou a bronca do meu jeito, que se eu fosse pai de verdade poderia dar a bronca do mesmo jeito que eu dou, só que eu teria autoridade e poder pra dar a bronca.

Como eu não sou pai de verdade, eu dou a bronca e posso ser cobrado (pela mãe/esposa) porque eu poderia ter dado a bronca de outra forma. Mas não é assim: Você poderia ter falado dessa forma. É assim: VOCÊ PODIA TER FALADO DESSA FORMA...

Uma vez ele (o filho dela, de 5 anos) manifestou ciúmes do meio irmão juntamente com a questão do poder em relação a mim. Ele me questionou. Eu chamei a atenção dele em relação a alguma coisa e ele falou assim: mas você não é meu pai. Bravo. Eu perdi a paciência, me tranquei com ele no banheiro e falei tudo o que tinha para falar para o menino. Eu falei para a mãe dele: deixa que eu tenho que resolver esta parada. Todo mundo chamou a atenção dele, e eu chamei mais rispidamente. Eu lembro (foi tão engraçadinho) de dizer: e daí que eu não sou seu pai? Você também não é meu filho... e daí?, mas eu gosto muito de você mesmo assim... sem ser meu filho... E quanto ao seu irmãozinho, fique sabendo, eu gosto muito mais de brincar com você do que com ele. Porque ele não responde quando eu brinco com ele, fica só lá dormindo, e você joga bola e etc... Ele ficou só olhando com os olhos cheio de lágrimas... e aí eu voltei de novo na questão de não ser pai dele e disse de novo, e daí que eu não sou seu pai? Eu gosto de você mesmo assim. Quer falar alguma coisa? Ele respondeu: agora, eu não quero falar mais nada. Meia hora depois ele desceu para brincar. Nunca mais este menino repetiu você não é meu pai, você não manda em mim. Nunca mais aconteceu...

Particularmente sobre a idade das crianças, as falas desses homens chamam a atenção por expressarem suas dificuldades em criar laços afetivos com uma criança que já conheceram mais velha, pela maior facilidade nas relações de afeto quando as crianças são menores e porque a pouca idade das crianças significa um menor convívio com o pai biológico, o que facilitaria também essas relações.

Eu teria que ter uma ligação espiritual muito grande para que o lado carnal não fizesse tanta diferença. Mesmo vendo as fotos dele pequenininho eu não consigo ver aquele menino de dois, três anos. Só vejo este cabeçudo, teimoso, respondão e mimado. Sei que ele é muito inteligente e esperto, já disse isto para ele, mas só com as coisas que são convenientes para ele. Disse para ele: acho que você deveria aproveitar esta tua esperteza e inteligência para as coisas do coração também. Só nestas horas ele me ouve, mas já ouve me respondendo: não enche...

Eu ensinei o L a tirar fralda, tirar chupeta, e isto ninguém nunca ensinou ela (mãe/esposa). Porque meu relacionamento não era com ele, mas com ela. Minha vida era conjugal. Mas se tinha ele, não dava para fazer negação disto. E coincidiu com uma necessidade dele de uma figura paterna. Figura paterna mesmo. A gente se dá bem. Ele gosta de mim e eu gosto dele. Partiu muito dele. Tinha dias que ele olhava pra mim e queria cuspir. Mas isto em uma criança de três anos você aceita. Foi este movimento dele de precisar e querer e também minha receptividade em cima disto. Porque acabei construindo um relacionamento com ela e com ele...

Existe uma família, que é claro, quando eu me aproximei era uma família de 3. Mãe e dois filhos e tia que morava junto (irmã da mãe). E isto foi desfeito no momento em que eu entrei na família. Era um lar desfeito. Com o pai já havia sido antes, dois anos antes. Também tem um outro facilitador aí. A idade deles. Eles não tiveram tempo de criar laços com o pai. Embora o pai os veja, adoram o pai, a gente estimula isto, é importante, tem lá seus limites. Depois se resolverem odiar, problema deles, faz parte, estas diferenças vão aparecer mais cedo ou

mais tarde. Mas na infância o pai ainda é um ídolo, eles respeitam, têm saudades, a recíproca é menos verdadeira. Mas da parte das crianças é. Mas mesmo assim eles não tiveram muito tempo de ter laços muito intensos com o pai. Eu acho que isto deve interferir muito. Por exemplo, se o pai tivesse tido muito contato com eles enquanto moravam juntos, atenciosíssimo, brinca, estuda junto, se fosse um cara mais atencioso, talvez não fosse tão fácil assim. Em momento nenhum a minha aproximação deles ameaçou não ver o pai ou coisas assim. Em hipótese alguma. Inclusive porque eles já estavam separados. Há dois anos quando os conheci. A menina nem lembra da época em que morava com ele, o menino, vagamente. O pai saía cedinho para trabalhar, era médico, voltava meia-noite, então quase nem via as crianças. Então isto também foi um facilitador para que as crianças não tivessem uma grande oposição a uma nova constituição familiar. Em outros casais eu ouço histórias onde os meninos são mais velhos, aí pronto. Quem é este cara? Porque aí já existe muita conotação sexual. Estas crianças não têm, mas um adolescente tem. Eu já ouvi este tipo de história: quem é este cara que está comendo a minha mãe? Um adolescente. Como assim? Uma questão machista até. Os adolescentes parecem estar tendo uma recaída neste aspecto. No conservadorismo e tal. Então já ouvi coisas escabrosas.

Uma fonte de tensão sempre presente está vinculada à figura do pai biológico. Estando ele vivo ou morto, os estudos apontam que esse ex-esposo e pai, não raramente, aparece como uma constante ameaça à integridade e autonomia do novo lar. A literatura chega a chamar os pais biológicos de "a história interminável ou o espectro do ex-esposo" (Thèry, 1987). Furstenberg, Wiquiat-Nord, Peterson e Zill (1983), em uma amostra representativa de crianças e adolescentes entre 11 e 16 anos que viviam com a mãe, fornecem-nos os seguintes dados: a maioria deles vê raramente ou nunca seu pai. Um terço somente o viu ao menos uma vez por mês durante o ano em que a pesquisa foi realizada, e um sexto deles viu seu pai regularmente, ao menos uma vez por semana em média. Segundo esse estudo, a freqüência dos encontros está ligada a um certo número de fatores como, por exemplo, o casamento do pai (nesses casos os contatos semanais são duas vezes menos numerosos) e o da mãe. Se os dois pais casam novamente, somente 11% dos filhos tem um contato semanal com seu pai, em comparação a 49% daqueles entre os quais nenhum dos pais casou-se novamente.

Difusão da autoridade entre os diferentes adultos, rivalidades e ciúmes entre os adultos, entre as crianças, e também entre os adultos e crianças seriam outros focos consideráveis de dificuldades relacionais, afetando a família inteira através de alguns de seus membros.

(...) teve um momento, que ele (o ex-marido) julgou, claro, quem é este cara que está indo morar com meu filho, e acho que ele ficou meio enciumado. Ele criou um caso comigo, fez uma acusação tola, tinha uma diferença com a minha esposa em relação às crianças, e um dia, sei lá por que razão, ele disse que eu tinha agredido o menino. E como eu sou meio espanhol, sangue quente, aí a coisa ficou feia. Era mentira, eu entendi o que ele estava fazendo. Ele estava ameaçado, fantasiando esta história. Eu pensei: não vou deixar este cara ir longe nesta fantasia... Eu entraria na família da M. obedecendo as regras que ela me passou. Eu disse a ele: eu não sei se são as mesmas que você gostaria, mas não me importa. Quem

cuida dos seus filhos e dela é ela. O que me importa é o que ela pensa. Se você concorda ou não, não me interessa, eu vou seguir estas regras. Vou seguir as regras que a M. delimita. Mas vai surgir outra família e esta outra família terá outras regras. E seus filhos vão ter que seguir. Conversamos isto aos berros. Acho que ele se intimidou um pouquinho por causa do meu tamanho. E aceitou. Mais ouviu do que falou.

Acho que como pai ele tem que se preocupar. Este cara é íntegro? Recentemente eu acho que as mulheres fantasiam mais. Que as (novas) mulheres dos maridos não vão cuidar dos filhos. Eu acho que as mulheres neste quesito pegam mais pesado, por razões óbvias, biológicas, fisiólogicas, psicológicas. Pelo que eu estou vendo e vivendo com a M. em relação a ele, que também está casado com outra mulher, ela pega mais pesado, eu acho. Ele menos.

Porque tem que ser tudo para ele (o filho dela)? Tudo bem, já tem a rotina, tem, mas quem tá trabalhando, quem está sustentando? Os adultos da casa somos nós, não tem que ser como ele quer. Muitas vezes ele fala: eu vou fazer. Ela diz não vai fazer, e ele grita mais alto do que ela. Aconteceu uma vez na rua, ele vinha reclamando do bendito patinete, dizendo que era uma porcaria. Ele tinha ganho dos avós. Ela disse: porque você veio com o patinete então? Vamos entregar para os seus avós. Ele disse Não! Fez um escândalo, gritou, ela deu uns tapas nele, ele foi revidar, ele acabou acertando a unha sem querer no rosto dela, já eu falei, apontando o dedo no rosto dele: olha, se eu fosse o seu pai, você ia levar um couro agora. Não importa se foi sem querer ou não, mas você foi revidar sua mãe, você ia apanhar e feio agora. Ela até falou para ele: se seu pai estivesse vivo você também ia apanhar. Você ia ver se ele não ia te bater também. Mas... SE o pai estivesse vivo. O pai não está vivo ele não vai apanhar. Então deixa como está...

Podemos perceber, em meio a essas falas e teorias, que a parentalidade, conjugalidade e individualidade se encontram intrinsecamente relacionadas nas famílias de uniões pós-divórcio. A situação particular desses homens parece eleger a relação conjugal como prioridade sobre toda a dinâmica familiar. E sobre essa dinâmica complexa, eles também percebem e relatam vantagens. A não responsabilidade psicológica sobre a existência dos filhos dela, o que levaria à possibilidade de serem mais verdadeiros nas relações. A desmistificação de fantasias pessoais ao conviverem no quotidiano da mãe com seus filhos, e até vantagens para os filhos dela, em relação a terem lares diferentes, pessoas diferentes, lidando com elas.

Você não se sente responsável por ele (filho dela) existir. Todas as outras responsabilidades você tem, mas essa não. Então isto é de certa forma um alívio. Não racionalmente, mas acho que lá no caldeirão que nós somos, isto aí deve aliviar um pouco a mistura. Você não é responsável. Ele não está no mundo por sua causa, por uma gozada sua, por um desejo seu. Seja lá o que for. Não...

Cheguei em casa, do trabalho, o mais novinho (filho biológico do casal) estava lá brincando, o mais velho (filho dela) também e a menina (filha dela) tinha ido para ginástica com a mãe. Estávamos brincando e, de repente, do nada, o pequeno fez alguma coisa errada e eu disse para o mais velho, a respeito do pequeno: Daqui a uns anos ele vai crescer e eu vou dar uns cascudos nele. Então ele disse: Coitado dele. Em casa ele vai tomar cascudo de dois, eu

tomo de um só. Tá ferrado. Eu respondi: É, se depender de mim ele vai levar... e perguntei: E na casa do seu pai? Ele num dá uns cascudos não? Ele respondeu: dá, mas na casa dele também eu só tomo de um. Legal não é? Ele vê vantangens nisto, ele leva menos broncas...

Parece ser realmente no quesito disciplina que as queixas dos homens se avolumam, mostram-se mais evidenciadas, sobretudo quando não contam com o apoio das companheiras, quando um acordo a esse respeito não existe. Dar limites diferentes do das mulheres, carregados de outros valores, seria certamente imprimir uma marca pessoal às relações que estão se estabelecendo, e raramente os homens o fazem. Ao mesmo tempo em que acham que sua presença poderia ser benéfica para esse "ninho desfalcado" de uma presença masculina. Seria a possibilidade de trazer o diferente para as relações, o masculino. Porque parece que, mais do que ser pai enquanto função, esses homens consideram que ser uma pessoa – homem – diferente, e presente, seria o melhor ganho para essas crianças e para o relacionamento amoroso. Poder ser o que se é e ser reconhecido por isso.

Outra coisa que complica a vida de uma criança que vive nessa situação é que a partir do momento que você exclui uma dessas pessoas... da correção, não vou nem dizer da correção; é dos limites dessa criança; você tá eliminando as diferenças entre o pai e a mãe, essa diferença é sentida quando você vai impor esse limite. Então, é assim, você tira da criança a oportunidade da criança de conviver com essa diferença, é você mata nela um outro referencial que para ela pode ser muito importante e pode fazer falta. Eu tenho uma forma de agir e sou completamente diferente da M, muito embora a gente seja muito parecido nas coisas. Mas a partir do momento que eu não posso interferir nos limites da N, da forma como eu gostaria; eu tô tirando da N oportunidades de conhecer isso, o diferente. É, assim, ela só tá tendo um limite que é o da mãe; e o que isso vai acarretar?

(...) no começo era uma relação mais tumultuada porque eu não conseguia ser o que eu era, isso começou a me aprisionar na relação com a N, comecei a ficar refém do que a M queria. Eu tinha que lidar com a N da forma que a M achava ideal e não da forma como eu achava ideal. Isso cria uma camisa de força no relacionamento, que te distancia naturalmente da outra pessoa porque, se eu não posso ser o que eu sou, eu tenho que ser uma coisa que eu não sei ser, então é melhor que eu não seja nada porque pode ser que eu me atrapalhe mais anda nesse outro papel...

Eu sou uma diferença, como todo adulto que convive com uma criança. Eu sou uma referência. Um norte. Então eles têm comigo todas as fantasias que eles teriam com qualquer pessoa que tivesse perto... se fosse o pai, um adulto do sexo masculino. Me acham incrivelmente forte, o que é uma fantasia, se você olhar vai ver que... eles acham que eu sou gigantesco, eu tenho um metro e noventa, é alto, mas para eles... sabe aquelas coisas que... fantasias de criança... este cara é poderoso... isto eles teriam com qualquer homem que estivesse perto, eles têm comigo. É muito interessante, curiosíssimo. Entrar numa relação em que você é bem vindo, dá prazer... É o fato de ser bem-vindo. De estar tendo sucesso em uma relação na nova família que se montou...

Em síntese, o contato com o mundo dos homens que decidem partilhar de relacionamentos familiares preexistentes leva à conclusão de que o que chamamos de complexibilidade, risco e resiliência não são meros conceitos abstratos, mas evidenciam em si uma multidão de afetos que acontecem ao mesmo tempo, embaralhados entre si. Nessas famílias (e, se pensarmos mais detidamente, não apenas na situação de recasamento), a paternidade remete à conjugalidade que remete à parentalidade que a tensiona. E muitas vezes gera tantos conflitos que o encontro com o amor desejado, a construção de uma família sobre as bases de relações afetivas se desfaz rapidamente e se reflete nas estatísticas.

Algumas considerações acerca de pesquisas futuras

São encontrados poucos estudos voltados a conhecer aspectos da experiência do homem que convive com os filhos de sua parceira, embora os estudos existentes demonstrem ser relação fundamental para a qualidade do funcionamento do sistema familiar. Várias reflexões, mas, principalmente, convites à pesquisa, evidenciaram-se a partir desse estudo exploratório que, em termos gerais, reproduziu as conclusões de outros autores, mas que de modo algum esgotam o tema ou são suficientes para fundamentar o atendimento, a mediação, a terapia familiar, os grupos de apoio ou outros processos de apoio e promoção de saúde familiar.

Foi possível verificar que a decisão de unir-se a uma mulher que já tem filhos é marcadamente pessoal, afetiva. É a mulher que o homem escolheu para ter com ela o germe dessa família. É a mulher que o mobiliza a transformar o "sonho" em projeto de ação. Esse projeto, no entanto, inclui os filhos dela, por serem "parte dela" e, sobre isso, temas individuais, do homem e da mulher, suas histórias pregressas de relacionamento amoroso, conjugal e familiar, a dinâmica de cada filho e os ex-cônjuges incidem tanto como fatores de risco como possibilidades de proteção, mas muito ainda deve ser investigado acerca de como tudo isso atua e interatua.

Nossos entrevistados descreveram-se, em linhas gerais, satisfeitos com o produto de sua empreitada conjugal-familiar, eles próprios identificando temas pessoais (idade, maturidade, gostar de crianças, resgate de valores e desejos pessoais) e conjugais (relacionamento igualitário, marcado pelo diálogo, concordância de valores) como fatores de proteção do relacionamento conjugal. Não sabemos se há outros facilitadores, sendo importante conhecer mais, e mais profundamente, os conflitos pessoais, conjugais e familiares, tanto dos homens satisfeitos, quanto dos insatisfeitos com a conjugalidade.

Os medos e impedimentos identificados foram descritos no foro pessoal: medo de constituir uma família, de ter um filho biológico, de fracassar na conjugalidade e de ser rejeitado pelas crianças (e, dessa forma, como ficaria a conjugalidade escolhida?), mais do que de intrusão, de serem estranhos em um ninho já formado. Escolhendo a mulher, tomam, também, a decisão de relacionarem-se com sua família, porque acreditam que podem fazer parte da mesma. Mas aceitam as regras e normas estabelecidas pela mulher e as primeiras decisões sobre unir-se "novamente" são também as primeiras decisões parentais em relação aos filhos dela. Referem-se ao espaço físico de moradia, apresentações graduais aos amigos e famílias extensa, ao que pertence a ele, a ela, até a busca por um consenso sobre regras, pelo que será comum a todos.

Como já apontado pela literatura, a relação e os conflitos conjugais tendem a orbitar sobre o relacionamento com as crianças e o papel parental desses homens. Embora a aceitação das regras da companheira seja o que é descrito como o realizável, esses homens vêem-se participando menos do que poderiam, o que consideram uma perda para todo o sistema familiar. Não se sabe o suficiente, por exemplo, sobre as diferentes visões que os membros da família têm sobre o papel do novo cônjuge, suas responsabilidade e obrigações. Qual será a perspectiva da mulher e dos diferentes filhos acerca do papel parental/disciplinador desses homens? Coincidirá com o dos homens?

Nossos entrevistados relacionavam-se primordialmente com filhos crianças: como será isso no caso de adolescentes? E como a relação se modifica ao longo das diferentes fases do ciclo da vida familiar? E com o nascimento de novas crianças?

A convivência com o ex-marido, dê-se ela no plano pessoal ou simbólico, faz com que esse homem exercite novamente sua percepção global acerca das necessidades familiares e as suas próprias. Substituir o pai biológico é tarefa na qual não acreditam e rejeitam. Dizem nossos entrevistados que não dá para proteger do pai quando ele não telefona e, ao mesmo tempo, não têm como fazer de conta que não está acontecendo com eles, que não estão implicados nessa situação tão delicada. No entanto, como mostra nossa epígrafe, os filhos são dela e pai é pai, eles são maridos. Talvez esteja incluída, na afirmação, uma tentativa de melhor delimitar papéis e ser mais claros nas relações. E essa maior clareza poderia ser decodificada como: eu, marido, tenho um lugar nesta família. Fui escolhido amorosamente para estar entre vocês. E sem querer roubar o espaço de ninguém, quero e tenho contribuições a fazer. Será que todos concordam? Ou, mesmo, é assim com todos os homens?

A flexibilidade do olhar do homem sobre o sistema familiar como um todo e o questionamento sobre si mesmo enquanto pessoa/atitude/comportamento

parece apontar para temas de resiliência, em todo este contexto. Quanto aos riscos, além dos pessoais e conjugais, não se deve desconsiderar aqueles provenientes da rede social mais ampla, no que se refere à valorização extrema dos laços biológicos, em detrimento das relações afetivas que vão se construindo (ou deixando de existir) no decorrer do caminho, as expectativas de funcionamento familiar identificadas à família de uma primeira união conjugal e a ambigüidade e desinteresse em relação à paternidade em geral.

Referências

ANDERSON, E. R.; GREENE, S.; HETHERINGTON, E. e CINGEMPEEL, W. (1999). The dynamics of parental remarriage: Adolescent, parent, and sibiling influences. In: LAMB, M. E. (org.). *Parenting and Child Development in "Non Traditional" Families.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 137-161.

BOOTH, A. e EDWARDS, J. N. (1992). Starting over: Why remarriages are instable. *Journal of Family Issues, 13* (2), 179-194.

BRAY, J. H. (1999). From marriage to remarriage and beyond: findings from the developmental issues in stepfamilies research project. In: HETHERINGTON, E. M. (org.). *Coping with divorce, single parenting, and remarriage: a risk and resiliency perspective.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 253-273.

BRAY, J. H. e BERGER, S. H. (1993a). Nonresidential family-child relationships following divorce and remarriage. In: DEPNER, C. E. e BRAY, J. H. (orgs.), *Noncustodial parents: New vistas in family living,* Newbury Park, CA: Sage, 156-181.

____ (1993b). Developmental issues in stepfamilies research project: Family relationships and parent-child interactions. *Journal of Family Psychology, 7*, 76-80.

BUCHER, J. e RODRIGUES, M. (1990). Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 6* (2), 155-159.

BUCHER, J. (1996). Vínculo conjugal: da união à separação e o controle mútuo do destino. *Coletânea da ANPEPP*, setembro, *1* (1), 59-70.

CHERLIN, A. e FURSTEMBERG, F. F. (1994). Stepfamilies in the United States: A reconsideration. J. Blake Hagens (org.). *Annual Review of Sociolgy,* Palo Alto, CA, 359-381.

COLETA, M. F. D. (1991). Causas atribuídas ao sucesso e fracasso no casamento. *PSICO, 22*, (2), 21-39.

COSTA, L.; PENSO, M. e FÉRES-CARNEIRO, T. (1992). Reorganizações familiares: As possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 8* (supl.), 495-503.

CROSBIE-BURNETT, M. (1991). Marital power in stepfather families: A test of normative – resource theory. *Journal of Family Psychology, 4*, 43-58.

_____ (1994). "Remarriage and recoupling". In: MCKENRY, P. C. e PRICE, S. J. (orgs.). *Families and change.* Londres: Sage Publications, 22-34.

CROSBIE-BURNETT, M. e GILES-SIMS, J. (1994). Adolescent adjustment and stepparenting styles. *Family Relations, 43*, 394-399.

FARIA, D. L. (2001). *O pai possível.* Tese de doutorado. Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1987). Aliança e sexualidade no casamento e recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 3* (3), 250-261.

____ (1995). Casais em terapia: um estudo sobre a ruptura e a manutenção do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 44*, 67-70.

____ (1997). A escolha amorosa e a relação conjugal na homossexualidade e na heterossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 10* (2), 351-368.

____ (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 11* (2), 379-394.

FESTY, P. (1988). Le cadre de constituition de la famille. *Revue Française des Affaires Sociales,* Hors-série, 15-27.

FINE, M. A.; COLEMAN, M. e GANONG, L. H. (1998). Consistency in the perceptions of the stepparent role among stepparents, biological parents and stepchildren. *Journal of Social and Personal Relationships, 15*, 811-829.

____ (1999). A social constructionist multi-method approach to understanding the stepparent role. In: HETHERINGTON, E. M. (org.). *Coping with divorce, single parenting and remarriage: A risk and resiliency perspective.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 273-294.

FURSTENBERG, F. F.; WIQUIAT-NORD, C.; PETERSON, J. L. e ZILL, N. (1983). The life-course of children of divorce: marital disruption and parental contact. *American Sociological Review, 38*, 96-107.

GANONG, L. H. (1989). Preparing for remarriage: antecipating the issues, seeking solutions. *Family Relations, 38*, 28-33.

GANONG, L. H. e COLEMAN, M. (1994). Adolescent stepchild-stepparent relationships: changes over time. In: PASLEY, K. e IHINGER-TALLMAN, M. (orgs.). *Stepparenting: issues in theory, research and practice.* Westport, CT: Greenwood, 87-104.

HETHERINGTON, E. M. (1993). An overwiew of the Virginia longitudinal study of divorce and remarriage with a focus on early adolescence. *Journal of Family Psychology, 7*, 1-18.

____ (1999). Should we stay together for the sake of the children? In: HETHERINGTON, E. M. (org.). *Coping with divorce, single parenting, and remarriage: a risk and resiliency perspective.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 93-116.

HETHERINGTON, E. M. e JODL, K. M. (1994). Stepfamilies as settings for child development. In: BOOTH, A. e DUNN (orgs.). *Stepfamilies: who benefits? Who does not?* Hillsdale, N. J.: Lawrence Erbaum Associates, 55-79.

HETHERINGTON, E. M. e STANLEY-HAGAN, M. (1999). Stepfamilies. In: LAMB, M. E. (org.). *Parenting and child development in "non traditional" families.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 137-161.

KESHET, J. K. (1990). Cognitive remodeling of the family: How remarried people view stepfamilies. *American Journal of Orthopsychiatric, 60* (2), 196-203.

MARSIGLIO, W. (1992). Stepfathers with minor children living at home: Parenting perceptions and relationship quality. *Journal of Family Issues, 13*, 195-214.

MARSIGLIO, W.; DAY, R. D. e LAMB, M. E. (2000). Exploring fatherhood diversity: implications for conceptualizing father involvement. *Marriage e Family Review, 29* (4), 269-293.

MARTIN, T. e BUMPASS, L. (1989). Recent trends in marital disruption. *Demography, 26*, 37-51.

MEIRELLES, V. (2001). *O feminino superlativo.* Dissertação de mestrado. Estudos de Pós Graduação em Psicologia Clínica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PASCUAL, J. G. (1992). Interação das dimensões de individualidade e conjugalidade no recasamento. *Revista de Psicologia, 9* (1/2), 129-144.

PASLEY, B. K. (1989). Boundary ambiguity in remarriage: does ambiguity differentiate degree of marital adjustment and integration? *Family Relations, 38*, 46-52.

PECK, C.; Bell, N.; Waldren, T. e Sorrel, G. (1988). Patterns of functioning in families of remarried and first-married couples. *Journal of Marriage and the Family, 50*, 699-708.

RALLINGS, E. M. (1976). The special role of stepfather. *The Family Coordinator.* Special Issue: Fatherhood, 445-449.

SOUZA, R. M. (1994). *Paternidade em transformação.* Tese de doutoramento. Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, R. M. (1998). Família, minha família, a família do papai, uma família sem Papai e outros desafios à compreensão infantil. *Psicologia Revista, 7*, 23-45.

____ (1999). As crianças e suas idéias sobre o divórcio. *Psicologia Revista, 9*, 103-120.

STERN, P. (1978). Stepfather families: Integration around child disciplines. *Mental Health Nursing, 1*, 49-56.

THERY, I. (1987). Remariage et familles composées: des évidences aux incertitudes. *L'Anée Sociologique, 37*, 119-152.

TZENG, J. M. e MARE, R. D. (1995). Labor market and socioeconomic effects on marital stabity. *Social Science Research, 24*, 329-351.

WOODS, E. (1988). Um estudo sobre o recasamento no Brasil. *Psicologia Clínica: Pós Graduação e Pesquisa, 3*, 75-81.

VISHER E VISHER (1978). Common problems of stepparents and their spouses. *American Journal of Ortopsychiatric, 48* (2), 252-261.

VUCHINICH, S.; HETHERINGTON, E. M.; VUCHINICH, R. A. e CLINGEMPEEL, W. C. (1991). Parent and child interaction and gender differences in early adolescents adaptation to stepfamilies. *Developmental Psycholgy, 27*, 618-626.

Manifesto-latente: reflexões contemporâneas*

Maria Cristina Borja Gondim**

RESUMO. Estimulada pela leitura de uma revista que afirmava estar fora de moda a tradução do conteúdo manifesto em idéias latentes, a autora buscou reexaminar essa formulação freudiana utilizando os referenciais da discussão contemporânea, pós-moderna. Para tal, adotou como guia epistemológico o texto "Três concepções acerca do conhecimento humano" (1972), no qual Popper discute como as formulações e o manejo de uma teoria evidenciam seus pressupostos fundantes. Alguns autores foram escolhidos para uma interlocução com Popper. Dentre eles, privilegiou-se Umberto Eco, pois, como todos sabem, é uma pessoa vinculada à semiótica, que também está muito interessada na problemática da interpretação.

Sabemos que Freud introduziu a discriminação entre conteúdo manifesto e idéias latentes em 1900, no texto "A interpretação dos sonhos". Podemos intuir que entre nós e essas considerações há mais que simples distância temporal. Por isso, na sequência da exposição é realizada uma aproximação entre as propostas freudianas e as dos autores anteriormente mencionados, com o intuito de verificar o que pode ser extraído do texto freudiano à luz das referências contemporâneas apresentadas.

Palavras-chave: interpretação; essencialismo; instrumentalismo; deriva hermética; semiose ilimitada.

ABSTRACT. The author has read a paper that argues that the translation of the manifest content into the latent one is out-of-date nowadays. This assumption has stimulated the search for parameters in the foundations of the contemporaneous, post-modern discussion, in order to take a new look at the Freudian formulation.

Two authors were adopted as the main references for this discussion: Karl Popper and Umberto Eco. At the beginning, we visit with them the historical roots of the post-modern propositions. Then, we are invited to explore the controversy about the existence, or not, of the essences and of the essential (real) knowledge and theories. In the sequence of the argumentation, we are introduced to the instrumentalist position and to different kinds of drive (hermetic, unlimited and deconstruction).

We know that in "*The Interpretation of Dreams*"(1900) Freud introduced the concept of manifest and latent contents. From then to now, there is more than temporal distance. This will be shown through the dialogue between the authors.

Key-words: interpretation; essentialism; instrumentalism; hermetic drive; unlimited semiosis.

Ao ler o artigo de uma revista, deparei-me com o comentário de que a tradução do conteúdo manifesto em conteúdo latente está, atualmente, fora de moda. Numa perspectiva epistemológica, tal apreciação nada tem a ver com a

* Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Psicanálise, setembro de 2001.

** Psicanalista da Soc. Bras. Psic. de São Paulo, professora da Fac. de Psicologia da PUC-SP. E-mail: mcbgondim@ciblis.net.

escolha de uma forma antiquada. Na verdade, o que estava sendo posto em pauta eram as concepções e os usos das teorias que elaboramos, já que eles são evidenciados pela posição que o autor adota em relação à construção do conhecimento.

Sabemos que Freud trabalhou utilizando-se dos recursos culturais disponíveis à sua época. É claro que, além de conhecimentos específicos sobre as atividades psicológicas, esse acervo de informações incluía em seu bojo posições epistemológicas (positivismo mecanicista). Isso implica que, enquanto ele realizava o trabalho de elaboração da teoria psicanalítica, fazia-o imbuído dos pressupostos vigentes no seu momento histórico.

Falar de manifesto e latente remete-nos imediatamente à "Interpretação dos sonhos", estudo apresentado por Freud há pouco mais de cem anos (1900). Nele expôs um método de acesso ao significado dessa produção psíquica, descrevendo-o como consistindo de um conjunto de associações aos diversos elementos do conteúdo manifesto, a partir dos quais viabilizar-se-ia a revelação do conteúdo latente. Diferentemente das teorias científicas da época, que tentavam uma explicação mais centrada nas condições do funcionamento psíquico estrutural, Freud levou em consideração o conteúdo, vendo nele um significado. Alinhava-se, portanto, à tradição do Oriente e da Antiguidade, que elaborara chaves para a interpretação dos sonhos. Porém inova, na medida em que não adota decodificadores universais, mas enfatiza a dimensão singular do simbolismo, vinculando-o à história da pessoa. Esse método era, igualmente, o recomendado para desvelar as significações inconscientes presentificadas pela associação livre do analisando, na sessão.

Desse modo, a interpretação foi concebida como equivalente à comunicação, pelo psicanalista, do resultado da investigação do sentido latente existente nas palavras e nos comportamentos dos analisandos. Em Freud, o que vem à tona, nessa atividade, não é qualquer conteúdo, mas as modalidades do conflito defensivo no qual o desejo está envolvido. Como forma de evidenciar o sentido latente, a interpretação está no centro da doutrina e da técnica freudiana (Laplanche e Pontalis, 1977).

Isso nos coloca diretamente em contato com o problema filosófico da interpretação, ou seja, em relação com as elaborações sobre as condições de interação do sujeito, não só com as mensagens criadas intencionalmente por outros seres humanos mas, também, com toda forma de interação do homem com o mundo. Poderemos, então, retornar à observação mencionada no início e dar-lhe nova configuração: que relação pode ser estabelecida entre essa forma de trabalho recomendada por Freud e a discussão pós-moderna sobre a construção do conhecimento?

Para tratar dessa questão, foi adotado como guia epistemológico o texto "Três concepções acerca do conhecimento humano" (1975). Nesse trabalho, Popper discute como as formulações e o manejo de uma teoria evidenciam seus pressupostos fundantes, permitindo-nos, ao mesmo tempo, discriminar e diferenciar a posição assumida por seus autores e usuários. Isto é o mesmo que afirmar que a proposta de Freud traz, imbuída nela mesma, conteúdos dessa natureza e que a reflexão poderá extraí-los e avaliá-los.

Alguns autores foram escolhidos para uma interlocução com Popper. Privilegiei Umberto Eco (1999a, 1999b, 1997) dentre eles, pois, como todos sabem, é uma pessoa que também está muito interessada na problemática da interpretação. Embora possamos notar em algumas de suas afirmações que ele possui posições alinhadas com o pensamento de Popper, o interesse nos seus textos deve-se principalmente à possibilidade de estabelecer um diálogo com outra área do conhecimento (a semiótica), que partilha com a psicanálise o interesse pela investigação do sentido.

Raízes

A primeira e instigante surpresa da leitura do texto de Popper é nos depararmos com o fato de que a presença de certas características que compõem a visão epistemológica denominada pós-moderna, e que tem dado origem a tantos debates, possui, na verdade, raízes antigas. Vamos reencontrá-la numa querela muito famosa: a disputa entre Galileu e a Igreja. A ciência de Galileu venceu, avisa Popper. Mas, qual era o fundamento dessa discussão?

Para Galileu, assim como para a Igreja, o aspecto mais importante da questão era a colocação do sistema copernicano como uma *descrição verdadeira* do mundo. Foi em relação a isso que ele precisou se retratar. O cardeal Bellarmino, e através dele a Igreja, não viam nenhum problema nas afirmações de Galileu, se ele concordasse em dizer que a teoria que estava propondo tinha apenas um valor instrumental; ou seja, que ela nada mais era do que uma suposição, uma hipótese matemática, inventada e assumida para facilitar os cálculos astronômicos e as predições. A posição epistemológica de Bellarmino é a mesma sugerida em 1543 por Andreas Osiander (no prefácio ao *De Revolutionibus Orbis Terrarum* de Copérnico)[1] e que será adotada, um século mais tarde, por Berkeley em sua crítica a Newton.

1 "Não existe nenhuma necessidade de que essas hipóteses sejam verdadeiras, ou mesmo que se assemelhem à verdade; ao contrário, apenas uma coisa é suficiente para elas – que permitam cálculos que concordam com as observações" (Osiander, apud Popper, p. 386).

Popper sugere que essa crítica revela que a razão principal pela qual a Igreja contestou Galileu não foi simplesmente a não aceitação de uma teoria que divergisse de uma passagem do velho testamento (Jos 10, 12 e ss.). O perigo é o mesmo que, anos depois, ficará evidente no texto de Berkeley: o temor do declínio da fé e da autoridade religiosa. Do seu ponto de vista, se essas teorias fossem admitidas como verdadeiras, elas funcionariam como prova de que o intelecto do homem tinha poder para descobrir os segredos do mundo (a realidade oculta através das aparências) e não dependia da revelação divina – e seus intérpretes – para fazê-lo. Defensivamente, Berkeley (como Bellarmino) concluiu que a teoria de Newton só poderia ser admitida como uma hipótese matemática, ou seja, como um instrumento conveniente para o cálculo e a predição dos fenômenos tal como eles se dão a conhecer. Não podia ser considerada uma descrição verdadeira de alguma coisa real.

Similarmente a Popper, Eco também revisitará as raízes arcaicas do debate contemporâneo sobre o significado de um texto. Ao acompanhá-lo, reencontraremos a problemática da busca da verdade oculta, que deverá ser revelada debaixo da superfície do texto. Essa excursão irá nos conduzir até os referenciais gregos e latinos.

De início, constataremos que, para o racionalismo grego, conhecer significava entender as causas; e definir o mundo em termos causais implicava construir uma cadeia que, partindo de A, fosse exclusivamente na direção de B. Para conseguir que isso se realizasse, foi necessário adotar os princípios de identidade (A=A), de não-contradição (uma coisa não pode ser A e não A ao mesmo tempo) e do terceiro excluído (ou A é verdadeiro ou é falso). A esses referenciais gregos o racionalismo latino acrescentou o princípio de limite, fronteira e norma: o "modus". Dele decorre a idéias de moderação, que supõe o comportar-se dentro dos limites e das medidas, em contraposição a uma atitude irracional, que ultrapassa o limite preestabelecido por um padrão. Porém, não só as definições estavam balizadas por uma norma; o tempo também estava submetido a fronteiras, implicando que o que foi feito não poderia ser cancelado. "A direção e a ordem do tempo, que são linearidades cosmológicas, fazem-se sistema de subordinações lógicas na *consecutio temporum*" (Eco, 1999b, p. 22). É a essa dimensão que propõe a linearidade das causas e dos efeitos ordenados temporalmente, herança do racionalismo greco-latino, que pertence a ciência quantitativa galileana.

Mas a herança grega envolve igualmente a idéia daquilo que não tem "modus", de infinidade, de metamorfose contínua. Essa é simbolizada por Hermes, em cujo mito encontramos a anulação de todos os princípios anteriormente citados. O hermetismo triunfa no século II depois de Cristo, uma época de paz entre os povos que compõem o Império Romano que, todavia, configura-se

como "um cadinho de raças e línguas; uma encruzilhada de povos e idéias, onde todos os deuses são tolerados" (Eco, 1997, p. 23). Isso gera, de um lado, a constatação de que muitas coisas podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, mesmo que se contradigam entre si, e, de outro, a busca de uma Verdade desconhecida. Tudo de que eles dispõem para encontrá-la são os livros. Como pensam que em cada livro existe uma faceta da verdade sendo revelada, esperam que ela seja reafirmada através da confirmação do conteúdo dos textos entre si. Mas, defrontaram-se com o fato de que os livros, ao mesmo tempo que diziam a verdade, contradiziam-se, não se confirmando mutuamente.

Para resolver esse problema, não duvidaram do que estava escrito nos livros. Por isso, não tiveram alternativa senão rejeitar o princípio do terceiro excluído, ou seja, aquele que afirmava que A só poderia ser verdadeiro ou falso. Afastado o princípio, puderam fazer um arranjo para conter as verdades contraditórias. Adotaram a perspectiva de que tudo o que encontravam escrito nos livros, suas palavras, eram uma alusão e, portanto, eles estavam dizendo algo diferente do que pretendiam dizer. Essa mensagem misteriosa deveria ser procurada além da fala humana, fruto de uma revelação direta da divindade em sonhos, oráculos e visões ou por sacerdotes que, conhecedores dos elos secretos, poderiam revelar a mensagem. Desse modo, o conhecimento secreto tornou-se o conhecimento profundo e

> a verdade passa a identificar-se com o que não é dito ou com o que é dito de forma obscura e deve ser compreendido além ou sob a superfície de um texto. Os deuses falam (hoje diríamos: o Ser fala) através de mensagens hieroglíficas e enigmáticas. (Eco, 1997, p. 24)

Na tentativa de encontrar o sentido último, "o universo torna-se um grande teatro dos espelhos onde cada coisa, qualquer que ela seja, reflete e significa todas as outras" (id. ibid., p. 4). Fala-se no predomínio da simpatia e da semelhança universais, ou no paradigma da similaridade, já que tudo pode ser signatura de tudo. Dessa forma, são rejeitados os princípios de identidade e de não-contradição e, com eles, a linearidade temporalmente ordenada das cadeias causais. A verdade agora era, principalmente, um segredo que não podia ser explicado.

A tradição de que "quanto mais esotérica se consegue provar uma forma de conhecimento, tanto mais valorizada ela se torna, e onde cada camada retirada ou segredo decodificado mostra ser apenas a antecâmara de uma verdade mais argutamente oculta" (Collini, 1997, p. 10), vence o racionalismo dos escolásticos medievais e retorna a partir do Renascimento, passando a informar grande parte da cultura moderna, chegando até a alimentar muitas concepções pós-modernas do deslizamento contínuo do sentido. Popper identifica a tradição

fundada por Galileu como o renascimento do modelo do racionalismo grego para o qual, como vimos, a procura da verdade através da discussão crítica desembocava no encontro de sua explicação causal.

Há lugar para essências?

Uma questão que, hoje em dia, tem sido o foco de muita polêmica, gerando argumentos a favor e contra, é se existe uma natureza essencial ou realidade última do universo, ou dos textos, que as teorias e as interpretações deveriam revelar. Em outros termos: podemos esperar construir teorias/interpretações verdadeiras? Existe a explicação última das coisas?

O exame da perspectiva galileana revela que ela claramente adota uma perspectiva essencialista, pois propõe que a função do cientista é descobrir a regularidade e as leis do mundo ocultas nas aparências, ou seja, as realidades presentes atrás dos fenômenos. Essas teorias, freqüentemente, estão em contraste marcante com o mundo diário da experiência comum e em total oposição à evidência de nossos sentidos, como as concepções do sistema heliocêntrico, do ar invisível, da circulação do sangue e outras. A fim de serem reconhecidas como verdadeiras, e como a explicação última, a metodologia exige que elas sejam submetidas a severos testes.

Do ponto de vista do debate sobre o sentido do texto, essa concepção pode ser encontrada até a década de 1960 nas metodologias estruturalistas, que viam "o texto como objeto dotado de caracteres estruturais próprios, passíveis de serem descritos através de um formalismo mais ou menos rigoroso" (Eco, 1999b, p. 1). Nessa época, pensava-se em poder examinar o texto na sua objetividade de objeto lingüístico, assumindo-se que interpretá-lo seria colocar em evidência sua essência e sua natureza, independentes da interpretação do leitor.

Identificaremos, também, na deriva hermética, a defesa de uma verdade oculta atrás das aparências. Lembremo-nos de que, com ela, entra em crise "a idéia de uma linearidade, ordenada temporalmente, das causas e dos efeitos" (id., ibid., p. 25). Ela supõe a existência de um sujeito universal, transcendente, fonte de todas as coisas, um Uno neoplatônico, que dará sustentação ao paradigma de similaridade, possibilitando que todas as coisas pudessem ser concebidas como semelhantes. Ou seja, busca-se através da interpretação, "o que o autor queria realmente dizer, ou então o que o Ser diz através da linguagem..." (id., ibid., p. 7).

Mesmo alinhado com a tradição científica galileana, Popper não vai defendê-la totalmente, pois concorda com a crítica que lhe fazem, quanto ao seu aspecto essencialista, admitindo ser impossível chegar-se à explicação última. Ele

arrola argumentos numa dupla perspectiva: de um lado, que nunca podemos estar seguros de que novos testes não levarão à modificação ou rejeição de uma teoria; de outro, que a crença nas essências e na natureza última das coisas tem um papel obscurantista, uma vez que cria obstáculos ao pensamento, pois, adquirindo as feições de um credo, impede o questionamento e a formulação de novos problemas.

Umberto Eco, por sua vez, faz coro à tendência obscurantista apontada por Popper. Enfatiza que, na deriva hermética, o que era descoberto sob o véu da semelhança, apontava para outra semelhança, e assim sucessivamente. Tal simpatia universal se expressava através dos aspectos formais das coisas e, como toda analogia era transformada em signatura, se duas coisas fossem semelhantes, uma delas podia tornar-se signo da outra e vice-versa. Assumindo uma verdade secreta e profunda cuja chave só os iniciados possuíam, o significado de um texto convertia-se em algo sempre buscado por meio de uma teia labiríntica de múltiplas influências e, por isso mesmo, configurava-se como um objetivo inatingível.

Por isso, ele define a deriva hermética como um caso de neoplasma conotativo, posto que ela acaba se reduzindo a uma cadeia de associações meramente fonéticas, na qual o novo termo já não guarda nenhuma relação de conteúdo com o anterior, a não ser o de participante daquela rede de semelhança. Não mais se efetua a separação entre as semelhanças pertinentes e relevantes e outras, casuais e ilusórias. Se o conteúdo do signo precedente foi abandonado e o último termo de uma rede já não mantém nenhuma relação com o primeiro, isso sinaliza que o objetivo em pauta não era outro senão o prazer no deslizamento de um termo para outro.

Eco também chama nossa atenção para o fato de a atitude de suspeita ou desdém para com o significado visível ser um elemento psicológico comum nessa tradição interpretativa. Isso gera casos de interpretação paranóide, decorrente da qual a própria acessibilidade do texto e aparente concordância com o bom senso arruinam fatalmente seu *status*. Essa conduta de desconfiança é, por sua vez, incentivadora da busca do segredo que, para essas pessoas, certamente, estaria sendo aí aludido. Admite também que a semiótica hermética vai longe demais porque superestima a importância das pistas, utilizando-se de um princípio de falsa transitividade,[2], permitindo que uma consequência possa ser assumida como a causa de sua própria causa.

Também os instrumentalistas, pragmatistas e relativistas afirmam que não existem essências ocultas atrás dos fenômenos cotidianos, pois o mundo é sim-

2 Afirma "que, se A mantém uma relação x com B, e B mantém uma relação y com C, então A deve ter uma relação y com C" (Eco, 1997, p. 60).

plesmente o que parece ser. As teorias são instrumentos que permitem deduções operacionais; são fórmulas matemáticas úteis e não descrições ou explicações. Por conseguinte, também não faz o menor sentido pretender alcançar a explicação última das coisas ou aspirar descobrir o mundo real por trás das aparências.

Berkeley, por exemplo, afirmou, na defesa do instrumentalismo, que a "força de atração" (Newton) devia ser uma expressão carente de significado, pois o que era passível de observação era o movimento, não as forças. Desse modo, o que não era observável e não informava sobre eventos e fatos constatáveis, não era considerado valioso. Os instrumentalistas, para não concluírem que todas as expressões disposicionais (às quais pertencem as leis da ciência) são carentes de significado, resolveram o problema admitindo-lhes um significado instrumental e um certo tipo de significado descritivo. Para isso, aceitaram que as palavras disposicionais descrevem o que pode acontecer a uma coisa sob certas circunstâncias; mas, acentuam, essa capacidade descritiva tem uma função puramente instrumental, correspondente à ajuda que presta para prever outros enunciados não-disposicionais.

Mais tarde, alguns pragmatistas

> (...) basearam toda a sua filosofia sobre a concepção de que a idéia do conhecimento puro era um erro; que não podia existir conhecimento em qualquer outro sentido além do sentido de um conhecimento *instrumental*; que o conhecimento era poder, e que a verdade era utilidade. (Popper, 1975, p. 387)

O pragmatismo norte-americano, associado a filósofos como William James e John Dewey, tem hoje como um dos seus representantes de maior destaque Richard Rorty. Numa linha claramente instrumentalista, ele defende que devemos abandonar o propósito de buscar "como as coisas realmente são" e adotar a perspectiva de compreender as diferentes posições como uma conversa cultural para a qual convergem várias contribuições. Cabe a nós, ante esse leque de possibilidades, escolher as nossas preferidas, tendo em vista nossos propósitos. Rorty (1997) expressa seu antiessencialismo afirmando que não há códigos a decifrar, nem realidades a serem reveladas por trás do véu das aparências. Não existe também uma natureza dos textos ou da leitura, nem significados profundos escondidos, "que só os suficientemente felizes para terem conseguido decifrar um código muito difícil podem conhecer" (p. 105).

> Para nós, pragmatistas, a noção de que há algo sobre o que um determinado texto *realmente* é, é tão errada quanto a idéia aristotélica de que há algo que uma substância é, realmente, intrinsecamente, em contraposição ao que ela é apenas aparentemente, acidentalmente ou relacionalmente. (Rorty, 1997, p. 121)

Esses motivos são também os fundamentos nos quais ele irá se basear para abjurar o estruturalismo, uma vez que o pragmatista só admite propriedades relacionais, não aceitando a existência de qualquer propriedade intrínseca, não-relacional.

Lembro-me de encontrar posição semelhante, na psicanálise, nos textos de Wallerstein (1988) e Sandler (1984), quando tentam resolver as divergências entre as múltiplas formulações teóricas, afirmando que nossas teorias nada mais são do que metáforas explicativas, heuristicamente úteis para dar sentido aos dados clínicos. Por isso, sugerem que as grandes teorias da psicanálise sejam simplesmente consideradas como nossas metáforas prediletas. Aslan (1989), lidando com o problema da multiplicidade das escolas, detecta o que ele denominou uma posição eclética, descrita como aquela adotada por analistas que se utilizam, para um paciente ou para sessões específicas, alternativamente, do conjunto de referências freudians, kleinianas, lacanianas, etc. selecionadas de acordo com aquilo que o analista acha mais apropriado para a ocasião. Também Anna Freud, referindo-se à revisão de 1923, dizia utilizar-se da teorias topográfica ou estrutural conforme lhe parecesse ser a conceituação mais adequada para lidar com o conteúdo da sessão. Nesses casos, as teorias têm a função de instrumentalizar o analista na compreensão do fenômeno psíquico, não estando em questão se elas são descrições mais ou menos adequadas de algo que pertence à dimensão do real.

Mas os autores mencionados, que criticam o essencialismo, com exceção de Rorty, não aderem tão plenamente às propostas instrumentalistas. A crítica de maior relevo, feita por Popper, a essa concepção é, mais uma vez, quanto ao caráter obscurantista decorrente da tese de que as teorias científicas nada mais são do que regras de inferência. Do seu ponto de vista, isso reduz a ciência à ciência aplicada, ficando o instrumentalismo incapaz de explicar a diferença entre as teorias, e entre elas e as regras tecnológicas de computação ou de cálculo. As consequências são um reforço na aplicação e uma atitude de complacência para com as teorias ante o sucesso das suas predições.

Popper, defendendo a rigorosa testagem das teorias científicas – mediante tentativas de refutá-las –, considera que a interpretação instrumentalista negligencia o falseamento, uma vez que não é possível refutar um instrumento, mas, apenas, apontar os limites de sua aplicação. Dessa forma, eles, também, não podem explicar o progresso científico. Isso só é possível quando se pode distinguir entre teorias melhores e piores, o que fica inviabilizado no instrumentalismo, pois toda tentativa de refutação se transforma numa cláusula adicional sobre os domínios de aplicabilidade do instrumento. O máximo que lhes é possível é afirmar que teorias diferentes possuem diferentes domínios de aplicação.

Reflexões similares às apresentadas por Popper reaparecerão na análise elaborada por Umberto Eco, quanto à questão da superinterpretação dos textos. Essas leituras decorrem do uso das referências instrumentalistas/pragmatistas, que funcionam como alicerce da deriva ilimitada proposta por Derrida e da crítica americana nele inspirada – denominada desconstrução. De certa forma, como no caso da deriva hermética, "é no próprio cerne de uma metafísica da correspondência entre ordem da representação e ordem do cosmos que se assiste a uma espécie de teatro da desconstrução e da deriva infinita" (Eco, 1999b, p. 49). Embora também partilhem com a deriva hermética dos mesmos excessos e assumam que os textos podem ser infinitamente interpretados, o que é igualmente questionado por Eco, elas diferem num ponto importante: não propõem a busca de nenhum significado universal e transcendental que poria um fim à remissão de signo para signo. Não há a coisa mesma; e, por isso, Rorty também os considera pragmatistas.

Resumindo: de um lado, temos a filosofia instrumentalista/pragmatista sustentando "que as teorias *nada mais* são *do que* instrumentos" e, de outro, a concepção galileana, afirmando que "elas não somente são instrumentos, mas também – e principalmente – descrições do mundo, ou de alguns aspectos do mundo" (Popper, 1975, p. 389). Apesar das diferenças entre os autores consultados, encontramos um certo grau de concordância quando se trata de descartar a busca da verdade última.

Propostas: Popper e Eco

Tendo criticado tanto o essencialismo quanto o instrumentalismo, Popper elaborará uma terceira posição, que mantém alguma similaridade com a concepção de Galileu, porém modificada pela absorção de algumas críticas instrumentalistas. Sua proposta considera as teorias científicas como conjecturas genuínas; tentativas sérias de descobrir a verdade (preservação da doutrina galileana), embora o cientista saiba que não a alcançará (concepção não galileana), obtendo, no máximo, uma convicção razoável de que a teoria é falsa. Esse falseamento é obtido através de testes preparados com o objetivo de rejeitá-la, pois está implicado no bojo de uma teoria testável que eventos de um certo tipo não poderão acontecer.

Popper, diferenciando sua proposta das do essencialismo, advoga que devemos descartar a idéia de que o mundo cotidiano é aparência por trás da qual existe um mundo real. Argumenta que as teorias, sejam elas novas ou antigas, são conjecturas, hipóteses que descrevem aspectos ou camadas de uma coisa, todos igualmente reais. Por isso, também considera que as qualidades secundárias (p. ex. cor) são tão reais quanto as primárias (p. ex. forma geométrica).

Assim, os diferentes mundos apresentados pelas teorias decorrem dos seus variados graus de abstração, universalidade e testabilidade, não existindo uma realidade essencial ou última.

Embora aceite que as teorias são instrumentos de pensamento criados por nós mesmos, que algumas podem ser mais conjecturais que outras, não abre mão de que elas, tanto podem se chocar com a realidade, quanto serem capazes de descobrir coisas reais (discordando, neste ponto, do instrumentalismo). Realidade cuja existência é reforçada quando uma teoria é falseada: "Nossos falseamentos indicam, portanto, os pontos em que tocamos a realidade, por assim dizer. E nossa última e melhor teoria sempre é uma tentativa de incorporar todos os falseamentos já encontrados no campo, explicando-os da maneira mais simples" (Popper, 1975, p. 406).

Popper também não aceita o argumento instrumentalista, que nega realidade (função descritiva) às palavras abstratas e disposicionais por elas não serem diretamente observáveis. Pensa que a diferença entre eventos diretamente observáveis (termos não teóricos) e outros, indiretamente observáveis (termos teóricos), está errada e não leva a nenhum lugar.

Umberto Eco (1999b), por sua vez, também possui uma posição matizada. Não aceitará o essencialismo e, com ele, a idéia da existência de uma verdade indubitável a ser apreendida num texto ou mensagem; mas também não adotará nenhuma das múltiplas propostas de deriva. Considera as duas atitudes em relação aos textos como exemplos de fanatismo epistemológico. Ele chama a atenção para que, após um período em que predominou um enfoque gerativo[3] do exame dos textos, atualmente, "o funcionamento de um texto (mesmo não verbal) explica-se levando em consideração, além ou em lugar do momento gerativo, o papel desempenhado pelo destinatário na sua compreensão, atualização, interpretação, bem como o modo com que o próprio texto prevê essa participação" (p. 2).

Do seu ponto de vista, há limites para a interpretação, sob pena de ela passar a ser considerada uma superinterpretação. Suas proposições irão apoiar-se no conceito de semiose ilimitada de Pierce. Para Pierce, a passagem de um interpretante para outro não é equivalente a um deslocamento de termo para termo, nem a secretos jogos de palavras; implica a aquisição de um conhecimento novo, que amplia a determinação do signo, e é nesse sentido que a cadeia interpretativa pode ser pensada como infinita.

Essa formulação permitirá a Eco considerar tanto a deriva hermética quanto a deriva celebrada pela desconstrução como produções anômalas. Para não

3 Enfoque gerativo: aquele "que prevê as regras de produção de um objeto textual indagável, independente dos efeitos que provoca" (Eco, 1999b, p. 6).

cair nos excesso da deriva, nem no de afirmar a existência de um sentido verdadeiro do texto, ele defenderá um princípio de interpretância, em oposição ao livre uso do texto pelo destinatário. Partilha com Rorty (1997) a idéia de que múltiplas interpretações de um texto são possíveis, pois assume que toda propriedade que imputamos é relacional e não intrínseca. Mas não concorda que sejam todas igualmente pertinentes ou aceitáveis. Admite, mesmo, que algumas são abusos, excessos. Pensa, adotando o critério popperiano de falseamento, que, se não podemos apontar a boa interpretação de um texto, poderemos afastar as inaceitáveis.

Para isso, propõe alguns parâmetros. Sugere que tomemos as propriedades do próprio texto como limites para que se admita uma interpretação como legítima; é um critério de coerência interna. Isso significa tomar o texto (ou conjunto deles) como um todo, de modo que a interpretação de uma parte, para ser aceita, deverá ser confirmada por outra parte do texto ou da obra de um autor.

Considera também que o plano cultural e lingüístico do autor devam ser utilizados como um paradigma, pois, levar em conta o contexto aumenta as chances de uma interpretação. Nessa perspectiva cultural, Eco também admite que se recorra ao consenso da comunidade, que, estabelecendo limites balizadores para o alcance das interpretações admissíveis, decidirá aquelas que não são pertinentes. Respondendo às objeções quanto ao tipo de garantia oferecida pelo consenso de uma comunidade, ele propõe compreendê-la enquanto graus de aceitabilidade de interpretações, já que "constituímos hábitos filológicos segundo os quais certas testemunhas, certos documentos, certos testes cruzados precisam merecer confiança" (Eco, 1997, p. 176).

Propõe também um critério de simplicidade e economia textual da interpretação, que o leva a afirmar, por exemplo, que a hipótese de um texto arquetípico só deveria ser aceita quando as pistas disponíveis não pudessem ser explicadas de outro modo. E, utilizando-se de um critério negativo, reconhece uma interpretação como mal-sucedida quando é incapaz de produzir novas interpretações e de ser confrontada com interpretações anteriores:

> A força da revolução copernicana não se deve apenas ao fato de explicar alguns fenômenos astronômicos melhor que a tradição ptolomaica, mas também pelo fato de que, em vez de representar Ptolomeu como um louco mentiroso, explica porque e com que base justificava-se que ela delineasse sua própria interpretação. (Eco,1997, p. 177)

Manifesto-latente

Podemos nos perguntar, a partir dessas idéias, não só que concepção sobre o conhecimento estamos adotando quando tratamos da interpretação do conteúdo manifesto para a obtenção das idéias latente, mas também qual é a concepção de interpretação imbuída nas nossas teorias. Pois tanto os sonhos como as associações livres do paciente na sessão podem, a meu ver, ser considerados textos à procura de um leitor.

Dado que o campo privilegiado para o estudo da interpretação foram os sonhos, tomarei as idéias de Freud sobre eles como guia no exame dessas questões; daí porque passarei a citá-lo mais longamente. No artigo de 1925, "Os limites da interpretabilidade dos sonhos", ao lermos o que Freud escreveu, temos a impressão de que ele está posicionado numa perspectiva popperiana, dado que considera o manifesto e o latente como expressões mentais de mesma valorização, apenas diferenciadas por serem produtos de distintas atividades mentais:

> O problema de se cada um dos produtos que nos oferece a vida onírica pode ser traduzido completa e inequivocamente para a modalidade de expressão da vida diurna (interpretação) não deve ser tratado de forma abstrata (...) *Nossas atividades mentais tendem a um fim útil ou a um imediato benefício prazeroso.* No primeiro caso, trata-se de decisões intelectuais, de preparativos para a ação ou de comunicação com outras pessoas; no segundo, estão os "jogos" ou "fantasias". (...) Pois bem, o sonhar é uma atividade da segunda ordem, que filogeneticamente é a mais primitiva. (p. 2890 – grifos meus)

Nesse mesmo ano, acrescentou uma nota de rodapé à "Interpretação dos sonhos", reforçando ser o sonho uma forma peculiar de pensamento:

> Houve uma época em que achava extraordinariamente difícil acostumar os leitores à distinção entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes (...) Mas agora, quando os analistas concordaram em substituir o sonho manifesto por seu significado revelado pela interpretação, há vários deles culpados de incidir numa *outra confusão*, à qual se apegam com igual obstinação. *Procuram encontrar a essência dos sonhos em seu conteúdo latente* e ao agirem dessa forma desprezam a distinção entre os pensamentos oníricos latentes e o trabalho onírico. *No fundo, os sonhos nada mais são do que uma forma particular de pensamento, tornada possível pelas condições do dormir. É a elaboração onírica que cria esta forma e só ela é a essência do sonho – a explicação de sua peculiar natureza.* (p. 655 – grifos meus)

Nesses textos, o latente é tratado como um tipo de idioma, uma versão possível, uma modalidade de expressão e, finalmente, uma forma particular de pensamento. Freud enfatiza a elaboração onírica. Ou seja, se quisermos pensar em termos de essência, iremos encontrá-la nas regras de codificação/decodificação, não no conteúdo. Isso evoca um comentário de Popper (1975):

> Se olhando (o mundo) através de um microscópio mudamos seu aumento, então podemos ver vários aspectos ou camadas completamente diferentes da mesma coisa, todas igualmente reais. É portanto errado dizer que (...) a teoria atômica mostra que o piano (instrumento musical) de meu mundo cotidiano é apenas uma aparência... (p. 404)

Ou seja, são as condições de acesso ao material que modificam a leitura que dele podemos fazer.

Mas as características do contexto também afetam a elaboração do texto, não só a sua interpretação. Isso está claramente afirmado na citação acima. Freud pensa o sonho como uma mensagem elaborada numa situação fisiológica particular: as condições do dormir. Sob sua influência, surge uma condição mental específica, que instrumentaliza os sonhos, caracterizada pela regressão tópica (e com ela a possibilidade de métodos de trabalhos mais antigos) e pelo relaxamento da função crítica repressora (que permite a emergência de conteúdos até então afastados). A codificação final dependerá, também, do grau dos deslocamentos e das condensações necessários para tratar do conteúdo e, ao mesmo tempo, respeitar a função crítica. É do jogo cruzado desses elementos que surgirá a mensagem/sonho.

Como as condições mentais do sujeito desperto são outras, o sonho, enquanto mensagem-significante se apresenta, de início, como portador de vários sentidos. Eles só se reduzirão quando, pela ação de certos subcódigos escolhidos e utilizados pelo destinatário, ela se tornar uma mensagem-sentido ou, em outros termos, uma interpretação.

Assim compreendida, uma interpretação é um recorte possível dentre muitos, o que nos remete à semiose ilimitada (Pierce), mas, também, à problemática da deriva. Antes, porém, consideremos outras posições de Freud, que nem sempre vão numa única direção, ganhando matizes a depender do texto considerado. Vejamos o que, em 1900, escreveu no trabalho "A interpretação dos sonhos":

> As idéias latentes e o conteúdo manifesto se apresentam para nós como *duas versões do mesmo conteúdo*, em dois idiomas distintos, ou, melhor dito, o conteúdo manifesto parece uma versão das idéias latentes numa forma expressiva diferente, cujos sinais e regras de construção temos de aprender *pela comparação do original com a tradução.* As idéias latentes são perfeitamente compreensíveis quando as descobrimos. Ao contrário, o conteúdo manifesto nos é dado como um hieróglifo, cuja solução implica a tradução de cada um de seus signos para a linguagem das idéias latentes. (Freud, 1973a, p. 516)

O que chama a atenção, de imediato, é a forma explícita com que, neste trecho, Freud se refere ao sonho como um texto. Mais uma vez, logo no início, ele trata o manifesto e o latente como dois idiomas distintos. Ou seja, dois sistemas semânticos que têm como ponto de contato entre si o fato de serem

duas formas de expressão para o mesmo conteúdo. Aqui também não há realidade última a ser descoberta; estamos transitando por dimensões distintas, mas igualmente reais, na visão de Popper.

Porém, na seqüência, Freud faz uma pequena mudança; estabelece que a relação entre as versões é similar àquela pertencente aos códigos. Donde, o conteúdo manifesto passa a ser visto como a dimensão codificada (hieróglifo) e as idéias latentes como a informação vertida. Ocorreu uma categorização; pois, de dois idiomas, portanto duas línguas, passamos para uma relação tipo código, ou seja, saímos de uma relação de simetria para uma relação de subordinação. Pois a característica da relação de código é que as unidades de um sistemas tornam-se, por correspondência estabelecida através de uma regra, os significantes dos elementos do outro. Temos, portanto, de um lado, o texto original e, de outro, o codificado, ininteligível para quem não possui a chave semântica. Nesse caso, passamos a conviver com algo da dimensão do oculto, que um pragmatista como Rorty (1997) não estaria disposto a aceitar. Mas não estamos necessariamente adotando uma perspectiva essencialista.

A situação se altera, de novo, quando fica estabelecida a equivalência latente = inconsciente = realização de desejo = conteúdo recalcado da sexualidade infantil. Concomitante a essa equivalência, Freud passa a se referir ao manifesto como falsificação, deformação e ao latente como o conteúdo verdadeiro. Acresça-se, ainda, a forma como trabalha com a fantasia de uma criança que é espancada (1973b): nesse momento, ele está tão convicto do conteúdo inconsciente que, embora o paciente não confirme um dos elos da fantasia necessários para as transformações do conteúdo manifesto no latente, ele reafirma-o, ressalvando não compreender por que, em todos os casos, esse elemento não se evidencia, necessitando ser construído pelo analista.

O cotejamento desses últimos dados nos inclina a pensar que estamos, neste momento, tratando com algo da ordem da "natureza última" do inconsciente. Perspectiva que fica claramente evidenciada, e reforçada, no estruturalismo ontológico de Lacan. Já não assistimos a diferentes dimensões serem tratadas como igualmente reais; nesse caso, o conteúdo manifesto é entendido como aparência lacunar e mentirosa, enquanto as idéias latentes são tidas como a verdade a ser revelada pela interpretação. Nessa circunstância, ficam preenchidos alguns dos requisitos epistemológicos do essencialismo, especialmente aqueles que apontam na direção da deriva hermética. Isso gera algumas conseqüências para o analista, dado que ocorre um reforço da atitude de suspeita em relação a toda expressão consciente, ao mesmo tempo em que ele fica colocado numa condição de iniciado, que detém a chave de acesso ao segredo.

Neste último caso, quando o analista, desconsiderando o aviso freudiano sobre a necessidade absoluta das associações do paciente aos elementos do sonho, passa a interpretar uma mensagem (sonho, poema, filme... qualquer que ela seja) por conta própria, podemos identificar o exercício da deriva ilimitada, a busca do gozo do passar de termo a termo, que segundo as considerações de Eco equivale ao uso de um texto, não mais sua interpretação. Porém, esta atividade está em sintonia com as concepções de Rorty, (1997) sobre a interpretação, para quem nada mais há para se fazer com um texto do que utilizá-lo segundo nossos propósitos.

Levar em conta o aviso metodológico de Freud (às vezes por ele mesmo não observado) faz a diferença entre deriva e semiose ilimitada. O conjunto de elementos formadores da teia associativa obtida funcionaria, de um lado, como uma referência – tendo em vista a coerência interna do próprio texto – e, de outro, limitaria os impulsos interpretativos apressados do analista. Depender das associações do dono da mensagem para interpretá-la é considerar que não há uma verdade a priori, e reconhecer que

Referências

ASLAN, C. M. (1989). Common graound in psychoanalysis. Aims and clinical process as I see it. *Int. Jour. Psycho-Anal, 70*, 12-16.

ECO, U. (1997). *Interpretação e superinterpretação.* São Paulo: Perspectiva.

____ (1999a). *As formas do conteúdo.* São Paulo: Perspectiva. (Orig. 1973.)

____ (1999b). *Os limites da interpretação.* São Paulo: Perspectiva.

COLLINI, S. (1997). Introdução: interpretação terminável e interminável. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação.* São Paulo: Perspectiva.

FREUD, S. (1973a). La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas de Sigmund Freud,* vol I. Madrid: Biblioteca Nueva.

____ (1973b). Pegan a um niño. In: *Obras Completas de Sigmund Freud,* vol III. Madrid: Biblioteca Nueva.

____ (1973c). Los límites de la interpretabilidad de los sueños. In: *Obras Completas de Sigmund Freud,* vol. III. Madrid: Biblioteca Nueva.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J-B. (1977). *Vocabulário da Psicanálise.* Santos: Martins Fontes.

POPPER, K. (1975). *Três concepções acerca do conhecimento humano.* São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

RORTY, R. (1997). A trajetória do pragmatista. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação.* São Paulo: Perspectiva.

SANDLER, J. e SANDLER, A-M. (1984). The past unconscious, the present unconscious and interpretation of the transference. *Psychoanalitic Inquiry. 4,* 367-399.

WALLERSTEIN (1988). One psychoanalysis or many? *Int. Jour. Psycho-Anal. 69,* 5-21.

Restaurando o espelho

Fabiana Haddad Kurbhi**

RESUMO. O conto *"Branca de Neve e os sete anões"* é utilizado neste trabalho para mostrar como se produz uma concepção cruel de velhice que será recuperada em um momento específico da vida do indivíduo que se encontra sem referenciais para viver as suas transformações físicas e mentais. O trabalho em grupo com idosos surge como uma das alternativas possíveis para criar um espaço de referência para o idoso conseguir apropriar-se das suas transformações de forma saudável e desestereotipada.

Palavras-chave: envelhecimento; transformações; imagem corporal; crise; institucionalização.

ABSTRACT. The fairy tale "*Snow White and the Seven Dwarfs*" has been used in this essay to demonstrate how a cruel concept of old age is produced and recovered in a specific moment during the life of someone who has no references to come to terms with their physical and mental transformations. Group work with aged persons arises as one of the possible alternatives to create a reference space for older persons to assume their transformations in a healthy and non-stereotypical manner.

Key-words: aging; transformations; body image; crisis; institutionalization.

"A história da madrasta da Branca da Neve"

Era uma vez um Rei bondoso e uma bela Rainha, que tiveram uma filha linda que tinha a pele tão branca como a neve, os lábios tão vermelhos quanto o sangue e os cabelos tão negros como o ébano. Deram a ela o estranho nome de Branca de Neve.

No dia do nascimento da menina, uma tragédia aconteceu: a Rainha adoeceu e morreu. O Rei, ainda jovem, casou-se com uma outra mulher, cujo nome se desconhece, mas sabe-se que sua segunda esposa era tão linda quanto a sua primeira mulher e que seria, agora, a madrasta de Branca de Neve. E, por falta de um nome, as crianças costumam chamá-la de Madrasta mesmo.

A Madrasta tinha um espelho mágico que só dizia a verdade. Mal sabem as pessoas que mesmo não sendo mágicos os espelhos só dizem a verdade.

* A primeira parte deste trabalho foi apresentada como exigência da conclusão do curso "O psicólogo frente ao envelhecimento no Brasil: aspectos éticos culturais e sociais" ministrado pela Prof. Dra. Ruth G. da C. Lopes, na PUC-SP, em 1999.

** Estudante de Graduação em Psicologia da PUC-SP, bacharel e licenciada em Filosofia pela mesma instituição. e-mail: fabi.hk@bol.com.br

E todos os dias a Madrasta se olhava no espelho e se perguntava: "Espelho, espelho meu... há neste reino alguém mais bela do que eu?". E todos os dias o seu espelho lhe respondia: "Não, Majestade, és a mais linda deste reino!".

Fico me perguntando se não é essa a resposta que nós, mulheres, não esperamos a vida inteira ao nos olharmos no espelho... Impossível! Mas, ao que parece, a Rainha jamais tinha imaginado que o espelho algum dia pudesse lhe dar outra resposta. E a nova rainha vivia muito feliz em seu reino.

Alguns anos mais tarde, o Rei também morreu. Dezesseis anos se passaram desde que a Madrasta havia chegado e Branca de Neve tornara-se uma moça belíssima. O que muita gente esquece é que, naquele tempo, aos dezesseis anos, uma menina já estava em idade de se casar. Então, quando a Madrasta se perguntou diante do seu espelho mágico: "Espelho, espelho meu... há neste reino alguém mais bela do que eu?", qual não foi a sua surpresa quando o espelho lhe deu uma resposta diferente da habitual: "Sim, Majestade, Branca de Neve é a mais bela do reino agora!".

Quantos anos a Rainha devia ter? Uns trinta, trinta e cinco talvez. Talvez ela apenas tivesse visto em seu espelho os primeiros sinais do seu corpo envelhecendo: "pés de galinha", celulites, rugas, estrias, enfim... o que todas nós, mulheres, vemos ou veremos um dia como as marcas do nosso envelhecimento.

Apavorada, a Madrasta chamou o seu mais valente caçador e mandou-o levar a sua enteada para o meio da floresta, deu-lhe ordens para que ele a matasse e pediu como prova o coração da menina. Mal sabia a rainha que Branca de Neve era uma mulher tão bela que conseguiu seduzir o caçador, saindo ilesa da armadilha. Depois, o que aconteceu a Branca de Neve todos sabemos há muito tempo...

Quando a Rainha se convenceu da morte de sua enteada, fraudada pelo caçador, essa jovem senhora procurou novamente o seu espelho mágico, que continuava a lhe responder: "Branca de Neve é a mais bela do reino!". Não que o caçador tenha cumprido mal o seu dever, não. Mesmo que ele tivesse matado realmente Branca de Neve, talvez a Rainha continuasse a ouvir do seu espelho que Branca de Neve era ainda a mais bela, pois, na verdade, a imagem da beleza estonteante da moça estava de tal forma gravada na mente da Madrasta que a sua voz interior e o seu ideal de beleza jovem falaria sempre mais alto do que aquilo que o espelho tinha realmente a dizer sobre a beleza dessa jovem senhora.

A Madrasta ficou tão desapontada com as coisas que o seu espelho mágico lhe denunciava sobre si mesma que, ainda corroída pela imagem de Branca de Neve, descobriu o paradeiro da menina, tomou uma poção mágica e virou uma bruxa, com direito a verruga no nariz e tudo, só para tentar, inutilmente,

envenenar a enteada. Satisfeita com a sua empreitada, a Madrasta se surpreendeu novamente quando o espelho disse: "Branca de Neve é a mais bela do reino". De raiva, essa senhora, que não conseguiu aceitar bem o seu envelhecimento, quebrou o espelho, ficou louca e morreu.

Talvez de mágico esse espelho não tivesse nada, talvez todo espelho diga coisas que nem sempre queremos ou gostamos de ouvir sobre o nosso corpo e, talvez, a nossa vontade de sermos outra pessoa, um pouco mais novas ou, quem sabe, mais bonitas, mais magras, mais isso ou mais aquilo.

O mesmo acontece com a tal poção mágica, que talvez tenha sido um modo de a história nos alertar sobre o tempo que passara como num toque de mágica. Tempo esse que a Madrasta havia perdido com a idéia fixa em Branca de Neve, sem se dar conta das coisas que poderia ter feito para se perceber enquanto uma mulher que envelhece e, quem sabe, ter melhorado ou facilitado esse processo, mas, quando se deu conta, ela se via como uma bruxa!

Alguns psicanalistas (Messy, 1993) chamam de "espelho quebrado" o momento em que os modelos com os quais uma pessoa se identifica desaparecem e, assim, a pessoa não vê mais sentido em estar viva. Tais modelos podem ser amigos, parentes, companheiros com os quais a pessoa estabelece uma relação verdadeira de troca afetiva, de troca de conhecimentos e se sente alguém realmente importante. São pessoas nas quais ela se espelha e para as quais quer espelhar alguma coisa.

Geralmente, na idade avançada, algumas pessoas se dão conta de que perderam relações importantes e que as faziam se sentir vivas por dentro, essas pessoas podem se sentir como que postas de lado ou por circunstâncias da vida, ou pela falta de tempo dos familiares, ou por acreditarem que não podem mais aprender nem ensinar nada, sentindo-se incapazes de desejar e de ser desejadas por outros.

As alternativas são muitas: algumas dessas pessoas podem hostilizar os mais jovens, como a Madrasta fez com Branca de Neve, outros podem não querer mais se ligar afetivamente a uma outra pessoa porque a sua perda seria insuportável para elas, como se já não bastassem a ela as perdas já sofridas até então. Em outras ocasiões, a dor da perda de relacionamentos próximos é tão grande para o idoso que não resta outra saída senão a loucura ou o desejo inconsciente da morte, que se manifesta muitas vezes em esquecimentos sutis, como o de tomar o remédio para o coração, o de usar a bombinha de asma, entre outros, que conhecemos bem e que o fariam morrer mais rápido.

Fico pensando que as histórias infantis servem de modelos para as nossas crianças, que desde cedo aprendem que a madrasta da Branca de Neve é má. Por que? Só porque desejava ser desejada pelos outros? E não é isso que todos nós queremos? O que seria de uma pessoa qualquer, boa ou má, feia ou

bonita, gorda ou magra, que fosse esquecida porque há alguém mais bonita, mais interessante e mais atraente do que ela? Certamente, o fim dessa pessoa não seria mais belo do que o da terrível madrasta da história.

Nossos velhos não têm o mesmo corpo que tinham há dez ou vinte anos atrás. É preciso respeitar esses limites físicos e ver se há algo neles que pode nos servir de modelo, porque, certamente, esse "algo" vai servir para que eles se sintam desejados enquanto seres humanos que podem se vincular a outros.

Contar as histórias em que velhos são esquecidos numa bela casinha na floresta e esperam doentes pela netinha ou em que não são convidados para as maravilhosas festas nos castelos a ponto de rogarem pragas terríveis às gerações futuras, ou ainda histórias em que estão morrendo de fome em casinhas doces é apenas reproduzir para as nossas crianças aquilo que acontece na realidade, basta lermos os jornais para sabermos das crueldades dirigidas aos idosos diariamente.

Talvez todas essas terríveis histórias precisem ser contadas como elas são, não enquanto reprodutoras do que acontece na realidade, mas como possibilidade de refletir sobre o bem e o mal nos contos de fadas. Quantas casinhas não são doces por fora e cruéis por dentro? Quantas vovozinhas não são confinadas em asilos longe de casa por estarem insuportavelmente doentes, preferindo ser devoradas pelos lobos a depender de caridade alheia? Será que se eu fosse esquecida de ser convidada para uma festa em um castelo, à qual todo o reino tivesse sido convidado pessoalmente, eu também não ficaria furiosa e esbravejaria?

Afinal, quem é cruel nos contos de fadas? Talvez, assim, possamos pensar melhor sobre os velhos que seremos um dia.

"Espelho, espelho meu..." ou "Da economia do desejo"

A história da Branca de Neve é reveladora de um grande conflito psicológico que se instaura na idade madura: a falta de referências pessoais e a dificuldade do convívio intergeracional, vividas intensamente pela madrasta dessa história.

Quem ouve tal história sem questioná-la vai, aos poucos, constituindo na sua psique uma imagem dicotômica e equivocada da juventude e da velhice. Nem toda juventude é boa e cheia de possibilidades, nem toda velhice é ruim e monótona.

O referencial teórico psicanalítico pode nos ajudar a entender como essa crise se instaura na idade madura, e, para isso, devemos lembrar como a psicanálise concebe a formação da identidade do sujeito.

Na psicanálise, o processo de formação do Ego, instância psíquica consciente que confere identidade ao ser humano, é complexo. Quando somos bebês, ainda não diferenciamos o nosso corpo dos demais objetos do mundo, não temos noção de tempo e espaço e percebemos o mundo de forma muito precária e parcial através dos órgãos sensoriais. Portanto, o nosso inconsciente atemporal, povoado de pulsões, desejos e fantasias está ainda livre para interagir com o mundo indiferenciado através do princípio do prazer.

Fazem parte desse longo processo de formação do Ego a diferenciação mãe-bebê e as primeiras identificações com os objetos do mundo.

Aqui, o olhar do outro tem uma importância fundamental: é através dele que nos tornamos sujeitos dos nossos próprios desejos, que queremos ter ou ser como os demais objetos do mundo que estão à nossa disposição (Goldfarb, 1998), e o mundo vai nos dando dicas sobre os nossos limites físicos e sobre as nossas possibilidades psíquicas, vai estabelecendo semelhanças e diferenças entre o eu e o outro, entre o mundo interno e o mundo externo. Tal olhar nos serve como um espelho, que reflete, de um lado, os desejos dos pais em relação ao que se espera da criança, como se houvesse um "lugar" simbólico que ela deverá preencher ao corresponder às expectativas parentais; e, de outro, os desejos (ainda incontroláveis) da criança que, de maneira voraz, procura realizá-los no mundo. Assim, a imagem narcísica projetada na criança e o investimento libidinal que isso requer são os elementos constitutivos da subjetividade do indivíduo.

Os pais têm o duro papel de limitar essa voracidade infantil e começam a impor restrições ao mundo pulsional da criança. Ela já não pode mais fazer o que quer e quando quer, as normas morais e a censura vão sendo introjetadas, e começa a se configurar uma noção mais clara do esquema corporal, assim como a idéia do antes e do depois, do igual e do diferente.

A protagonista da história, Branca de Neve, é jovem, bondosa e bela, representa o ideal de beleza que vai sendo construído socialmente desde a infância. Ela sintetiza tudo aquilo que gostaríamos de ser, assim como a jovem madrasta que consulta o seu espelho todos os dias. E muitas são as menininhas nas escolas que concorrem ao papel de Branca de Neve nas brincadeiras do recreio. Branca de Neve é cheia de vida, onde ela passa tudo floresce e o ambiente se enche de alegria. A Madrasta também deveria ter sido assim, alegre, sorridente e feliz, se não o bondoso Rei não teria se casado com ela, se não ela não teria sido capaz de servir como espelho à sua enteada, de cuidar dela e educá-la tão bem.

A psicanálise usa o termo pulsão de vida para designar essa energia psíquica positiva, que liga o sujeito ao mundo e que lhe confere um sentimento de satisfação, de integridade e de acolhimento.

Mas o que aconteceu com a jovem madrasta, que entrou em crise porque um dia se olhou no espelho e este lhe deu outra resposta?

O espelho quebrado

Velhice
é um modo de sentir frio que me assalta
e uma certa acidez.
O modo de um cachorro enrodilhar-se
quando a casa se apaga e as pessoas se deitam.
Divido o dia em três partes:
a primeira para olhar retratos,
a segunda para olhar espelhos,
a última e maior delas, para chorar.
Eu que fui loira e lírica,
não estou pictural.
Peço a Deus,
em socorro de minha fraqueza,
abrevie meus dias e me conceda um rosto
da velha mãe cansada, de avó boa,
não me importo. Aspiro mesmo
com impaciência e dor.
Porque há sempre quem diga no meio da minha alegria:
'põe o agasalho'
'tens coragem?'
'por que não vais de óculos?'
Mesmo rosa sequíssima e seu perfume de pó,
quero o que desse modo é doce,
o que de mim diga: assim é.
Pra eu parar de temer e pousar para um retrato,
ganhar uma poesia em pergaminho.

(Adélia Prado. "Páscoa")

Messy (1993) entende o envelhecimento tanto como aquisição quanto como perda. Para esse autor, *desde que nascemos estamos envelhecendo* (p. 12). Nos primeiros anos de nossas vidas é desejável que as transformações do nosso corpo e da nossa mente sejam rápidas, pois só assim conseguimos nos tornar seres independentes e autônomos. Nessa fase da vida somos investidos de uma enorme quantidade de libido e de desejo das figuras parentais. Aqui, o autor entende o processo de envelhecimento como uma forma de aquisição, pois tais transformações significam conquistas para a pessoa. Segundo Messy, até a idade madura experimenta-se um sentimento de pertencimento, pois, de alguma forma, o sujeito ainda é investido de uma grande quantidade

de energia (da família, dos amigos, do trabalho), e ele aproveita tal investimento como modo de elaborar a sua identidade, adaptando-se aos papéis sociais conquistados.

Mas há um momento da vida em que o investimento libidinal das pessoas que nos cercam não é mais tão intenso, às vezes é minimamente realizado sendo qualitativamente diferente, o que nos causa medo e angústia. É quando a família sofre grandes modificações, os amigos morrem ou ficam doentes, quando nos aposentamos ou sofremos perdas físicas e o corpo não nos obedece como antes.

A imagem que o outro tem de nós não é mais positiva, e, com isso, mudam as expectativas do outro em relação ao que somos e em relação às nossas possibilidades.

A Madrasta da história era uma recém-viúva. Ela tinha acabado de sofrer uma grande perda emocional: a perda do seu companheiro. Branca de Neve já não era uma menina que precisava dos seus cuidados, ela era agora uma mulher que poderia tomar o seu lugar no castelo, não só como herdeira legítima do Rei, mas como uma outra mulher em idade de se casar e que podia mais facilmente receber o amor dos homens que passassem por lá, era uma concorrente em potencial.

Para uma mulher que se reconhece como sendo madrasta em tempo integral, tanto é que nem sabemos o seu nome, o que fazer quando esse papel social lhe é furtado pela transformação inevitável das relações familiares? Talvez Branca de Neve precisasse de um outro tipo de madrasta agora, não de uma senhora que resolvesse as coisas por ela e que cultivasse a beleza estética, mas de uma companheira que lhe explicasse os segredos e mistérios da transformação da vida e visse beleza nisso.

A poção mágica que a Madrasta toma é uma metáfora para o reconhecimento repentino das suas transformações físicas mais radicais e pela sua mudança de comportamento, a ira contra Branca da Neve. Só nesse momento que ela se reconhece efetivamente como uma velha. O tempo que deveria continuar a construir a história da sua subjetividade é visto como inimigo, como um concorrente indesejável que deve ser driblado.

Instala-se nessa jovem senhora o horror do envelhecimento. Ela servirá de modelo para quem, se todos só têm olhos para Branca de Neve? Ela mesma tem introjetada dentro de si a imagem da beleza que agora pertence à moça, tanto é que o espelho lhe diz incansavelmente que Branca de Neve é a mais bela. Quem lhe servirá de modelo, se ela perdeu as suas relações mais importantes? Ela estava feia. Ficou rancorosa, maquiavélica, invejosa. É o que sentem muitos idosos que passam por esse brusco processo em nossa cultura.

A Madrasta é tomada pela pulsão de morte, a energia psíquica responsável pelo desligamento da pessoa do mundo. É comum que esse tipo de energia se manifeste na angústia, na melancolia e no desejo inconsciente da morte. "O velho não se sente, não se vê mais como objeto de desejo, impressão confirmada pela sociedade, que lhe sinaliza o quanto ele é agora improdutivo, inútil" (Messy, 1993, p. 22). Isso porque, nas sociedades ditas capitalistas, o idoso não é entendido como produtor ou reprodutor de vida e de riquezas (Goldfarb, 1998).

A imagem do espelho que se quebra é usado por Messy, em sua obra, para designar a velhice, representada simbolicamente na fragmentação do esquema corporal, na consciência da finitude, na perda dos modelos objetais que serviram de referência até então e no desinvestimento narcísico. Goldfarb (idem, p. 54) refere-se à reação de estranheza com a própria imagem projetada como espelho negativo, em contraposição ao espelho positivo, que serviu como constitutivo da personalidade do indivíduo.

Na história, a Madrasta não suporta ver no espelho as suas transformações físicas e quebra o espelho que só diz a verdade. Com ele quebra-se também o espelho simbólico ao qual Messy se refere, constitutivo da personalidade dessa jovem senhora que não tinha à sua disposição os recursos estéticos dos quais dispomos hoje. A angústia de não ter mais referências positivas e de ter sido violentamente furtada nos seus vários papéis fizeram-na hostilizar Branca de Neve e enlouquecer pelas impossibilidades que se impuseram a ela repentinamente.

O mecanismo de projeção, que acomete a madrasta num nível pessoal e desencadeia nela a crise da terceira idade, encontra reflexos profundos na nossa sociedade, tanto é que a Madrasta recebe o ódio incondicional e a repulsa das crianças que ouvem a história e torcem pela bela menina.

Buena Vista Social Club: um exemplo dos velhos que nos faltam

Ao que parece, o filme *Buena Vista Social Club* foi um fenômeno cultural que levou milhares de paulistanos aos cinemas. Fiquei me perguntando o porquê, afinal de contas não somos os maiores admiradores de música cubana, muito menos de documentários musicais, ainda que dirigidos por um dos mais renomados diretores de cinema da atualidade.

Os velhos que aparecem nesse filme são como aqueles avôs sábios que têm muitas histórias para contar, e quem ouve essas mesmas histórias durante anos, se não os netos sedentos de vida e de experiência? Ao entrarmos no cinema nós queremos ser esses netos que ouvem, que aprendem, que olham admirados. Não importa se o *Buena Vista Social Club* existiu no passado ou se

não passa de fantasia. Não importa se aqueles velhos faziam mesmo sucesso nas noites cubanas ou se cantaram e tocaram uma única noite no Buena Vista, nem se foi tudo uma grande "sacada" de *marketing* para promover a música cubana no país. O que realmente importa é que aqueles velhos têm boas histórias, capazes de nos fascinar e emocionar, histórias pessoais de migração, de insucessos e de tentativas, que se confundem com a história de qualquer camponês cubano, com a história da música cubana.

Percebi que eu mesma veria o filme infinitas vezes. Aqueles velhos têm uma vitalidade e um prazer de existir, mesmo na simplicidade, que não encontramos mais entre nós.

Todos eles começaram a desafiar os seus limites ainda cedo, pelo simples prazer de tocar. Nenhum deles pensava em ser um grande músico, mesmo porque essa possibilidade de vir a fazer sucesso era muito remota para simples camponeses. Alguns deles tinham somente um tipo de dom familiar, pois em todas as gerações das suas famílias havia um músico. E, o mais importante, todos eles referem-se às coisas que conseguiram e que conseguem ainda fazer, no tempo presente.

Lembro-me de um senhor do filme, de 90 anos, que diz que cura as suas ressacas com canja de galinha. Esse mesmo senhor disse que está tentando ter o seu sexto filho. Lembro de uma senhora que foi cantarolando músicas que ouvia desde pequena, e com as quais fez sucesso na sua juventude, pelas ruas da Havana, vi as pessoas do povo seguindo-a e cantando junto com ela porque essas músicas faziam parte também do imaginário cubano. Lembro de um outro senhor, que tinha reumatismo e estava impossibilitado de tocar, mas quando ressurgiu a oportunidade de apresentar seu talento numa banda que jamais existira, os sintomas desapareceram, diz o guitarrista americano, produtor do espetáculo, "era mentira", mas talvez fosse verdade diante de tantas outras impossibilidades que se impunham mesmo com os amuletos e oferendas desse senhor aos santos. Vi um velho que dança maravilhosamente, mesmo com as suas limitações físicas, e um outro, que toca em aulas de ginástica para meninas que, talvez, nem saibam quem foi aquele senhor que guarda as suas memórias em fotos num saco plástico, mas que sentem que ele tem algo a lhes oferecer: a melhor música cubana. Vi o entusiasmo dos jovens em aprender o que aqueles velhos músicos podiam lhes ensinar.

Um espetáculo musical no Carnegie Hall colocou esses senhores diante de novas possibilidades, como a vontade de aprender inglês, a satisfação de ensinar um jovem percursionista e um guitarrista americano fascinados com o ritmo cubano e com os segredos da sua música, a retomada de uma memória coletiva cubana através de músicas cantadas por muitas gerações, a reconstrução de uma história pessoal que quase se perdeu...

Dizia o produtor do filme no contato com os músicos: "É sempre importante perguntar quem compôs a música. Se ainda está vivo e onde podemos encontrá-lo. Pois só assim se tem acesso ao material vivo". Sem saber, ele dava a oportunidade de esses velhos lembrarem seu percurso e retomarem seus laços de afinidade feitos através da música. Estes velhos produziam sons que um guitarrista americano não poderia produzir sem um longo processo de aprendizagem, sem o convívio com eles e sem ouvir as suas fantásticas histórias.

A possibilidade de lembrar. Revisitar o prédio demolido do Buena Vista. Refazer a própria história. Reconstruir um tempo da música cubana que havia sido esquecido. Reencontrar amigos que não se sabia se estavam vivos ou mortos. Retomar as suas atividades musicais. Ter um público grandioso para ouvir e admirar as histórias e a música que nunca tinham encontrado o seu espaço anteriormente. Transformar essas experiências em filme e em espetáculo. Essas coisas devolveram a esses velhos, antes esquecidos e recolhidos às suas vidas simples, a possibilidade de servir de modelo e de alvos de investimento de energia que lhes conferiu uma razão de viver a sua velhice, produtivamente e com dignidade.

O que diferencia a Madrasta da história de Branca de Neve e os velhos do Buena Vista é que, ao envelhecer, a Madrasta perde o seu lugar simbólico na sociedade, deixa de ser produtiva, deixa de ser modelo e é colocada longe dos olhos de quem possa ver as suas terríveis mudanças. Isso porque ela não conseguiu introjetar uma figura idosa boa, que lhe desse sustentação nessa fase da vida. Talvez esse rancor e essa mágoa que vieram à tona com toda a sua força na velhice já se manifestassem em crises anteriores, em outras fases da sua vida, como na adolescência, por exemplo. Ora, se ela não conseguiu ter um modelo ideal de velhice, como ela mesma poderia dar esse suporte psíquico para a enteada? Como ela poderia conscientizar Branca de Neve sobre as transformações que estariam por acontecer na sua vida, no seu corpo? Se a história continuasse, poderíamos esperar o mesmo fim cruel para a bela Branca de Neve.

No caso dos velhos do *Buena Vista Social Club*, parece que o lugar simbólico que eles ocupam foi conquistado como um lugar de possibilidades, e não de marginalização. Esse lugar, provavelmente, foi percorrido de maneira saudável por todos os outros idosos que viveram antes deles e pelos jovens que eles foram um dia, vivendo as transformações do corpo e da mente como algo natural, inevitável e bom. Foram criados percebendo as suas possibilidades e as suas limitações, percebendo as transformações da natureza no campo, a diferença entre a vida na cidade e a vida no campo, as mudanças dos seus próprios corpos.

Grupo de vivência: uma possibilidade de trabalho com idosos institucionalizados

Desenvolvi com uma colega de faculdade um trabalho em grupo com idosos institucionalizados, que relatarei aqui como uma alternativa possível para os nossos velhos, já que não podemos fazê-los voltar no tempo e refazer uma história de modelos bons a serem introjetados desde a infância, mas podemos trabalhar com a imagem que têm de si e da velhice.

Nossa ação, enquanto estagiárias de psicologia, restringia-se a lidar com o material que aparecia em cada sessão e em elaborar para a sessão subseqüente uma atividade que fizesse alusão aos temas que eram trazidos pelo grupo, e dessa forma fomos nos aproximando do universo do idoso, que nos aparecia nas suas preocupações com a família, com a finitude, com a realização dos filhos e netos, na religiosidade patente, nas impossibilidades que lhes eram impostas por normas da instituição, na falta de um espaço privado, nos limites físicos, no sentimento de impotência, no medo de enlouquecer, na dificuldade de convívio com pessoas estranhas, entre outras preocupações.

O nosso trabalho foi realizado em treze sessões semanais, de uma hora de duração, com sete idosos de uma clínica geriátrica particular, cujas idades variavam entre 70 e 90 anos, e que estavam preservados do ponto de vista físico e mental. Demos preferência aos pacientes que já haviam participado de trabalhos semelhantes ao nosso, anteriormente.

Compunham o grupo:

- Um senhor muito culto e cético, que tem interesses científicos. Foi acompanhar a esposa na sua internação e teve que vender todos os seus bens para isso. Sem herdeiros e sem ter para onde ir depois da morte da sua companheira, resolveu ficar na clínica como paciente. Casado recentemente com uma das participantes do grupo.
- Uma senhora estrangeira que chegou à clínica em estado de coma e, ao retornar do coma, estava viúva e uma filha havia se suicidado. Vem de uma família de intelectuais e é casada recentemente com um dos participantes do grupo.
- Uma senhora totalmente surda de um ouvido e parcialmente, do outro, que tinha muitos bens. Foi internada antes da morte do marido pela impossibilidade de a família poder cuidar dela e cuja maior tristeza era não ter acompanhado o velório do marido. Exalta a infância e diz que só lhe resta esperar a morte chegar.

- Uma senhora que queria ser médica, mas teve que parar a faculdade para se casar. Chegou à clínica com boa parte do corpo paralisado e agora anda com a ajuda de uma bengala. Tem sempre uma visão positiva das coisas. Gosta muito da família (filhos, netos e bisnetos).
- Uma senhora simples, que tem dois netos, um deles é deficiente mental. Chegou à clínica pela impossibilidade de os filhos poderem cuidar dela e parte da sua renda vai para o tratamento do neto. Seu maior desejo é voltar para o convívio familiar.
- Uma senhora muito triste e religiosa. Tem um problema intestinal e dificuldades para andar, e por isso precisa de um andador e da ajuda de alguém para se locomover. Chora em todos os encontros.
- Uma senhora que relutou em comparecer nos primeiros encontros e que demorou para falar nas sessões, preferindo só observar.

A idéia inicial e estereotipada que tínhamos desses idosos era que não lhes restavam muitas alternativas, já que as suas limitações eram muito grandes e que a internação numa casa de repouso lhes privava da liberdade de sair quando quisessem, de telefonar, de ter o próprio espaço e do convívio com os familiares.

Nas primeiras sessões, pudemos perceber que os idosos que freqüentavam o grupo de vivência eram muito intelectualizados e tinham uma outra expectativa em relação aos encontros: estavam interessados em aprender, chamando-nos muitas vezes de professoras, ainda que tenhamos colocado na primeira sessão que éramos estagiárias de psicologia e que estaríamos desenvolvendo um trabalho vivencial de troca de experiências; também referiam-se ao grupo como "grupo de reflexão".

Inicialmente, os idosos nos interrogaram sobre o tipo de experiência que poderíamos estar trazendo para as discussões, já que nós éramos muito mais jovens do que eles, e eles, devido à sua grande experiência de vida, é que poderiam nos ensinar coisas. Colocamos que estávamos entendendo que, dentro das possibilidades de cada um, experiências em geral poderiam contribuir para o esclarecimento de alguma questão, e que o grupo era um espaço para que eles mesmos colocassem as suas preocupações. Dessa forma, o nosso objetivo não era responder questões, mas tentar encaminhá-las para que a discussão fosse produtiva para todos e, nesse sentido, nós estaríamos também aprendendo com eles.

O trabalho em grupo se constitui como um espaço em que o idoso pode se livrar da marginalização social a que está submetido, encontrando em seus iguais uma via de acesso à recuperação do sentido da própria existência. Nele, o idoso encontra um lugar em que poderá ser alvo de interesse de pessoas que sofrem problemas e angústias semelhantes aos seus. O grupo serve, des-

sa forma, como um espelho, outrora perdido. Aqui, o papel do coordenador é fazer com que o idoso consiga encontrar no grupo de iguais o respaldo necessário para ele colocar as suas preocupações e as suas aflições, sem o medo de ser excuído, porque, certamente, a maioria das pessoas que participam do grupo enfrenta problemas semelhantes e tem maneiras de lidar com eles.

Podemos dizer que o primeiro conflito que se colocou para nós, estagiárias, no grupo de vivência, foi a dificuldade de chamar os idosos pelo nome. Pois achávamos que, por educação, deveríamos chamá-los de "senhor" ou "senhora". Depois, com a leitura de textos selecionados do livro *Images, women in transito* (Grana, 1977), percebemos a importância de chamar os velhos pelos seus nomes ou apelidos, pois dessa forma deixa-se de lado a identificação da pessoa com o papel social que ela desempenha e passa-se a recuperar o sentido perdido da própria identidade. Até uma certa idade nos reconhecemos como alguém cuja identidade é definida pelo nome, "Fulano" ou "Fulana". Depois, passa-se a ser o "avô", "o pai de Fulana", "aquele senhor de meia idade", a "bisavó", a "madrasta", "aquela velha", "a vovozinha" ou "o sogrinho querido". A nossa proposta de sermos chamadas pelos nossos nomes e de chamá-los também pelos seus nomes foi muito bem aceita entre os participantes do grupo, de modo que deixávamos também de ser "as estagiárias", "as professoras" ou "as meninas" e passamos a conquistar um espaço de igualdade e uma identidade diante daquelas pessoas.

Uma outra dificuldade que se impôs foi a impossibilidade de o grupo de vivência se constituir inicialmente como um lugar de inclusão e de troca. A marginalização do idoso, entendido como incapaz e improdutivo, reproduzia-se também nas relações dentro da clínica, de modo que o que diferenciava os idosos com os quais trabalhávamos dos demais idosos da clínica era a atividade intelectual, que lhes servia como um elo com a sociedade e os distanciava da decadência física e mental que constatavam nos outros pacientes. Algo semelhante aconteceu também dentro do grupo, pois os pacientes com dificuldades para acompanhar o raciocínio mais rápido de alguns companheiros, seja pelo nível apurado da discussão, seja por dificuldades físicas, como no caso da senhora surda, eram excluídos das discussões e cabia a nós, coordenadoras, incluí-los novamente no grupo.

Ao colocar no grupo de vivência somente as pessoas que estavam preservadas física e mentalmente contribuímos para essa dinâmica de inclusão/exclusão que acontecia na clínica. Por trás da marginalização, da intelectualização e do interesse dos participantes do grupo por temas abstratos estava o medo de se exporem denunciando os seus limites e a sua inabilidade no trabalho com

materiais lúdicos e expressivos, o medo de sofrer perdas semelhantes às dos demais pacientes, que pudessem ser constatadas pelos participantes do grupo e o legado quase certo à marginalização.

Percebemos que a equipe de profissionais da clínica tinha uma imagem da velhice que identificava a dependência física do idoso à dependência física e à falta de autonomia da criança, o que os fazia cantarolar músicas como "Marcha soldado" ou "Um, dois, feijão com arroz..." para as pessoas que tinham dificuldade para andar. O medo de ser infantilizado foi um tema recorrente em nossas discussões: aqueles velhos estavam esperando uma oportunidade e um espaço para poder colocar em discussão as suas preocupações sem serem ridicularizados.

Até a sexta sessão, aproximadamente, notamos que os idosos resistiam muito em trazer temas e experiências próprias para as discussões em grupo, de modo que os encontros estavam ainda superficiais e no nível das aparências, ainda que essas atitudes falassem de como eles se viam e dos medos de cada um deles. Como já estávamos quase na metade dos encontros, utilizamos um recurso que consistia em sortear temas que, no nosso entender, deveriam estar aparecendo nas sessões, mas que não haviam aparecido ainda. Nós escrevemos previamente os temas que imaginávamos que deveriam aparecer, assim como pensamentos, as reflexões e os ditados populares em pequenos papéis e os colocamos dobrados dentro de uma caixinha para serem sorteados na sessão. Cada paciente deveria retirar um papel, lê-lo em voz alta para os outros participantes e completar o pensamento ou falar alguma coisa sobre o tema.

Nessa sessão, notamos uma diferença qualitativa das discussões, que se manteve durante os outros sete encontros que tivemos. Esse recurso colocou os pacientes diante de assuntos que eram considerados tabu para eles e que eram evitados no seu cotidiano, como a morte dos companheiros, a doença dos outros pacientes, a rejeição familiar, entre outros. Nesse encontro nos foi perguntado se os próprios pacientes poderiam estar trazendo problemas para serem discutidos ali, pergunta a que respondemos afirmativamente.

Percebemos que o grupo começava a se tornar uma referência para os seus participantes, que encontravam nele um espaço para colocar as suas angústias e os seus desejos. Notamos também que o tratamento entre os idosos estava mudando. Ao invés de hostilizar e excluir os companheiros de raciocínio mais lento e com problemas físicos mais aparentes, o movimento foi de acolher as diferenças, de ajudar essas pessoas a entrar na discussão e a dar o seu depoimento, ainda que isso despendesse muito tempo de todos os participantes.

O casamento entre dois idosos que integravam o grupo de vivência, e que antes era discutido fora do *setting* como algo impróprio para dois velhos, já podia ser comentado nas sessões como uma relação saudável e como uma possibilidade para encarar o fim da vida com felicidade. Uma das pacientes que chorava em todas as sessões pôde fazê-lo sem ser discriminada e pôde ouvir os conselhos dos demais participantes.

O grupo se mostrou tão acolhedor que duas das suas participantes, nas últimas sessões, compareceram desorientadas, com o discurso desorganizado e impossibilitadas de participar e, ainda assim, o medo da loucura não apareceu como fator de exclusão. O grupo serviu nesse momento como um continente acolhedor e compreensivo para essas pessoas, de modo que, aos poucos, elas podiam participar coerentemente com as propostas do dia.

Com isso, os participantes do grupo podiam experimentar novamente o sentimento de pertencimento, sem depender exclusivamente das relações sociais (perdidas) para que isso acontecesse; podiam recuperar nos outros participantes do grupo uma parte do investimento libidinal que haviam perdido através de um objetivo comum, da possibilidade de trazer um tema, da possibilidade de ser o foco ou o enunciador de uma preocupação comum; podiam descobrir novas possibilidades de convívio com os outros pacientes; podiam conquistar desejos antes esquecidos; podiam sonhar com o futuro, que não é mais um projeto para daqui a vinte anos, é um projeto para esta semana, para este mês... para amanhã.

Certamente, essas mudanças não circunscreveram aquele pequeno universo do grupo de vivência em uma hora de encontro semanal, elas devem ter criado um campo de mudanças significativas em todos os níveis de relações dos seus participantes. As atividades que propúnhamos buscavam fortalecer essas pessoas para que elas pudessem reformular a sua noção de velhice enquanto estagnação e improdutividade. Constatamos um movimento de subjetividades mal-investidas narcisicamente, que estavam agora em busca de novas respostas e de novos anseios diante da vida e do amanhã. Pessoas que viram novos caminhos, em lugar da velhice decrépita e enlouquecedora, aspectos constantemente presentes entre os outros velhos que conheciam e os quais tinham como um fim certo e inevitável.

Ora, se o grupo de vivência é capaz de constituir um modelo de identificação e de investimento já perdidos – e que antes cabiam às relações pessoais mais próximas e às pessoas que não estão mais disponíveis, seja porque já morreram, porque não querem ver a decadência do ente querido ou por falta de tempo – é possível que os pacientes do grupo tenham tomado o lugar dessas projeções e das introjeções que não têm mais ecos na família, no trabalho e entre os amigos, pois todos os participantes estão na situação de perda.

Ainda que a proposta do grupo de vivência não tenha sido constituí-lo como um grupo psicoterapêutico, os efeitos transformadores e reformuladores a que a nossa proposta levou podem ser entendidos como aspectos terapêuticos em seus fins. Isso porque, ao mudar o próprio conceito de velhice, ao conquistar coisas, por menores que sejam, ao serem chamados pelos nomes, ao terem a possibilidade de desejar e de serem desejados, pois as ausências nos encontros eram sempre notadas e comentadas longamente, esses idosos recuperam um sentido para a vida e estão ainda na posição de sujeitos (e não de meros objetos) na construção da sua identidade e da sua história pessoal, sendo capazes de se apropriar da própria existência.

Essa postura de busca ativa diante da vida pode ainda colocá-los como modelos, ainda escassos na nossa sociedade, de uma velhice boa e saudável, tanto para os filhos, como para os netos e os bisnetos desses idosos, para os enfermeiros, os fisioterapeutas, os psicólogos... pessoas ainda jovens que carecem de modelos de velhice.

Acredito que enquanto não se constroem novos modelos sociais para a velhice; enquanto as mães continuarem a dar de presente às suas filhas as mais jovens, bonitas, famosas e ricas bonecas; enquanto a operação plástica servir como um paliativo para uma velhice indesejada; enquanto não se pensar em questionar os valores embutidos nos contos de fadas; enquanto ainda não se olhar para a velhice como uma forma de aquisição, faz-se necessário um trabalho com o que nos aparece dessa relação ainda perversa com a velhice.

Acredito que o trabalho em grupo com idosos institucionalizados seja apenas uma alternativa possível – entre tantas outras capazes de transformar, de uma forma direta, a visão dos próprios idosos sobre si mesmos e, indiretamente, no contato desses idosos com pessoas mais jovens – a visão que nós todos temos da velhice e dos asilos como depósitos de velhos inválidos. Essa transformação pode nos aparecer daqui a algum tempo como uma apropriação saudável da velhice como uma das fases da vida que vale a pena ser vivida e investida, e na reformulação do conceito de instituição asilar, que deverá servir aos velhos que seremos de formas diferentes.

Referências

GOLDFARB, D. (1998). *Corpo, tempo e envelhecimento.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

GRANA, J. (1977). *Images, women in transito.* Minessota, Marys College Press.

MESSY, J. (1993). *A pessoa idosa não existe – uma abordagem psicanalítica da velhice.* São Paulo: Aleph.

Filmografia

Buena Vista Social Club (1999) (dir.). Wim Wenders. Alemanha, EUA, França, Cuba.

Trabalho, família e a mulher na meia idade: velhos dilemas em novos contextos

Ida Kublikowski
Rosa Maria S. de Macedo*

RESUMO. O discurso de mulheres entre 40 e 52 anos, com nível universitário e oriundas das camadas médias populacionais urbanas, perguntadas sobre como se percebiam nessa fase de vida, evidenciou estarem os significados atribuídos à experiência profissional atrelados aos significados atribuídos à família. Essa geração de mulheres reconstruiu as relações de gênero, de forma a incluir suas necessidades de autonomia e satisfação pessoal em um contexto mais flexível. Mas, na passagem para a paternidade e a maternidade, essa democracia das relações pessoais evidencia assimetrias. A leitura das relações de gênero, co-construídas com as atrizes deste trabalho, permitiu-nos perceber essas desigualdades nas relações entre os sexos, em significados que indicam que as responsabilidades tradicionais não foram eliminadas, apesar das novas aspirações profissionais, revistas nessa fase do ciclo vital. Espaços de autonomia se constituem convivendo e conflitando com os padrões tradicionais, evidentes através da lente de gênero.

Palavras-chave: meia idade feminina; gênero; profissão; família; autonomia.

ABSTRACT. The discourse of nine middle-class women, aged between 40 and 52 years, with high level education, who were asked how they perceived themselves in this period of life, made clear that the meanings ascribed to the professional experience were tied to the meanings ascribed to the family. That generation of women reconstructed gender relationships in a way that included their autonomy necessities in a more flexible context. But in the passage to maternity and paternity the personal relationships between men and women brought out asymmetries. The reading of the gender relationships, co-constructed with the actresses of this research, allowed us to perceive inequalities in these meanings that indicated that the traditional responsibilities have not been eliminated with the emergence of new professional aspirations, revised in this period of life. Autonomy spaces are constituted side-by-side and conflicting with traditional gender patterns, and this could be seen through the gender lenses.

Key-words: feminine middle age; gender; work; family; autonomy.

Partindo-se do discurso de nove mulheres, entre 40 e 52 anos, oriundas das camadas populacionais médias urbanas, com formação universitária, perguntadas sobre como se percebiam nessa fase de vida, procuramos evidenciar o significado por elas atribuído ao trabalho.

Essas mulheres compunham famílias de primeira união conjugal, com filhos adolescentes e adultos jovens residindo no mesmo domicílio. Por muitos anos, centraram-se nos filhos e nas relações familiares, trabalhando ou não. Nessa

* Professoras doutoras do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mails: kubli.i@terra.com.br e romacedo@pucsp.br e psiclini@pucsp.br.

etapa, considerada a mais longa do ciclo de vida familiar, filhos menos dependentes permitiram-lhes uma maior dedicação a novos objetivos de vida relacionados à profissão.

Faziam parte da geração nascida por volta dos anos 1950, que revolucionou os costumes em 1968, iludida pela perspectiva de inventar um mundo inteiramente novo para viver. Como aponta Vaitsman (1994), o contexto socioeconômico era de rápida modernização e novas oportunidades. A educação superior tornou-se acessível às classes média alta e baixa. Uma rápida transformação cultural estava em andamento, traduzida em uma redefinição das práticas e discursos da geração anterior, permitindo às mulheres se constituírem como indivíduos e buscarem a satisfação pessoal através de novas possibilidades fora do casamento. Modificar as normas estabelecidas em relação aos padrões de divisão social do trabalho, às relações de gênero e à intimidade fez com que as dicotomias de papéis, ditados pelas relações de gênero, fossem substituídas pela livre escolha de oportunidades, em um contexto de normas plurais, cujas margens indeterminadas permitiam um curso de ação heterogêneo.

Mas romper a dicotomia entre o público e o privado segundo o gênero não significou igualdade entre homens e mulheres no casamento e na família. A democratização da vida pessoal e as mudanças na intimidade transformaram o casamento "de uma carta de direitos que formalizava essencialmente a natureza separada mais desigual do vínculo", em um "contrato móvel para os quais ambos os parceiros poderiam apelar (...) aberto à negociação" (Giddens, 1993, p. 210), na geração de um modelo de relacionamento homem/mulher que podia operar sem maiores tensões. Mas, na passagem para o exercício dos papéis maternos e paternos surgia uma assimetria na família. A dinâmica pós-moderna da emancipação feminina, apesar dessa liberdade de escolhas, não fez desaparecerem normas e papéis diferenciados para homens e mulheres.

Assim, esse século, "que proclamou incessantemente a igualdade dos sexos, reescrevendo-a em letras de ouro nas leis, mascara a desigualdade que continua a reproduzir-se" (Lagrave, 1991, p. 515). Quando a livre concorrência profissional entre homens e mulheres começa a funcionar, a ordem sexual intervém implacável para manter a distância que o jogo econômico não pode por si só regular.

A ideologia da igualdade coloca os cônjuges, por definição, como iguais, ocupando o mesmo nível de poder na hierarquia familiar. Esse pressuposto acaba por neutralizar a persistência das hierarquias de gênero, ao abordarmos o trabalho feminino das mulheres casadas e com filhos. Nesse sentido, optamos por fazer uma leitura desses discursos, não só através da descrição dos paradoxos da circularidade, mas também através das relações de gênero, constitutivas das relações familiares (Goldner, 1991).

Essa perspectiva acabou por revelar algumas noções falaciosas quanto a perseguir objetivos no trabalho, para mulheres que tentam conciliá-los com papéis na esfera doméstica e:

- acreditam ser possível interromper uma carreira para ter e criar filhos e poder retornar, após vários anos, em pé de igualdade com os homens;
- esperam ingenuamente manter duas carreiras em tempo integral;
- pressupõem que o *status* feminino permanece o mesmo após a maternidade (Movius, 1976).

Mas considerar a realidade co-construída através de uma interação dialógica entre atores sociais e sua cultura, que produz significados negociados na intersubjetividade, leva a reconhecer serem esses significados pessoalmente cunhados e socialmente legitimados em determinado espaço e tempo histórico. Assim, se o lugar contemporâneo das mulheres no mundo do trabalho e da família ilustra a figura feminina entre um avanço igualitário e uma continuidade não igualitária, esses significados são sustentados, negociados e constantemente renovados em um contexto de ação; essas ações modificam-se em diferentes situações de vida, evidenciando uma heterogeneidade de comportamentos em um mundo fragmentado e flexível, impedindo explicações gerais e normativas (Vaitsman, 1994).

Cabe então observar que não estamos nos referindo à mulher brasileira de modo geral; diferenças quanto ao acesso a recursos econômicos e culturais acabam por resultar em trajetórias díspares. A aceitação da pluralidade social articulada ao reconhecimento da complexidade das situações de vida acaba por gerar investigações locais, com aspirações mais delimitadas.

Diferenciar-se enquanto indivíduo e obter satisfação pessoal passam a significar articular com sucesso o mundo público e o privado. Procuramos então destacar as soluções encontradas por essas mulheres ao estabelecerem um outro cotidiano, em um contexto de mudanças das quais recursivamente foram agentes, na reinvenção de novas formas de negociação da convivência familiar. Longe de inventar um mundo novo para viver, as experiências dessas atrizes revelaram uma reconstrução dos discursos dominantes sobre homens e mulheres que a lente de gênero nos permitiu perceber. Vestígios da tradição continuam presentes, evidenciados pela não eliminação das responsabilidades tradicionais, apesar das novas aspirações.

O contexto

Para Rago (1997), o discurso que emerge do passado sobre a mulher trabalhadora evidencia uma freqüente associação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. A industrialização acabou por absorver várias atividades outrora exercidas na unidade de produção auto-suficiente que era o lar. Os serviços domésticos foram então desvalorizados e a ideologia da maternidade reforçada pelo discurso masculino, através da medicina higienista e da psicanálise. Ser mãe era a principal missão da mulher em um mundo com rígidas fronteiras entre a esfera pública, essencialmente masculina, e a esfera privada, reduto feminino.

Assim, "a família nuclear, higienicamente tratada, e regulada, tornou-se sinônimo histórico da família burguesa, uma instituição idealizada como característica de nossos tempos" (Costa, 1983, p. 13). Postulava-se então o homem como provedor e a mulher com a função de esteio da família, o que acabou por embargar a carreira emancipatória feminina.

As mães das atrizes deste trabalho viveram nos anos 1950 um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, com maior oportunidade de empregos em profissões que exigiam maior qualificação. Mas preconceitos com grande força no imaginário social mantiveram a idéia de incompatibilidade entre casamento e vida pública, mulher culta e mulher do lar, em conformidade com o ideal burguês.

Era prática comum entre as mulheres interromper as atividades com o casamento ou a chegada do primeiro filho, para dedicar-se ao lar, ser sustentada pelo marido e ser preservada das ruas. Nesse sentido, apesar da atração e das possibilidades abertas por uma nova realidade, a esposa ideal era, antes de tudo, o complemento do marido no cotidiano doméstico (Bassanezi, 1997).

As meninas nascidas durante os anos dourados, que agora focamos na meia idade, apresentam traços desses anos que definem homens e mulheres. O estudo para elas era menos valorizado do que para os homens, sendo esperado que fizessem o curso normal; para os rapazes, a carreira significava um bom desempenho de papéis públicos, que lhes permitia suprir as necessidades familiares.

Mas as meninas foram além do curso normal; como aponta Vaitsman (1994), a entrada para a universidade plantou as bases para projetos de individuação que reconstruíram o significado do masculino e do feminino predominante até então, rearticulando as relações de gênero e os comportamentos no casamento e na família.

> Socializadas para serem mães, mas ao mesmo tempo estimuladas a estudar e desenvolvendo aspirações de autonomia e igualdade, a maternidade deixou necessariamente de ser seu des-

> tino. Ser esposa e mãe tornou-se por demais limitado (apesar de não haver perdido a importância) para constituir-se no único projeto de vida diante de um mundo cheio de possibilidades. (p. 131)

A autora continua, apontando que papéis mais flexíveis acabaram por gerar um intercâmbio entre homens e mulheres no desempenho das atividades domésticas. Apesar dessas diferenças haverem sido ressignificadas, não foram eliminadas. E sobrevivem enquanto desigualdades no que se refere ao acesso a oportunidades de trabalho para as mulheres. A experiência feminina revela escassez de dois bens: tempo e espaço. Já para os homens, conquistar o privado significa um ganho ou uma perda, quando ausente; mas não ambigüidade (Vaitsman, 1994).

Entrevistadas e entrevistas

Foram entrevistadas nove mulheres paulistanas, provindas das camadas médias urbanas da população, com nível universitário e idade variando entre 40 e 52 anos. Todas as mulheres eram casadas em primeira união, e compunham famílias com filhos adolescentes e adultos jovens, e em um caso uma criança, residindo no mesmo domicílio. Dentre elas, sete trabalhavam por ocasião da realização da entrevista.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, cujo objetivo era compreender a forma através da qual essas mulheres se percebiam nessa fase do ciclo da vida familiar, através dos significados atribuídos à experiência, co-construídos com os investigadores.

A temática do presente trabalho foi então delimitada, à medida que, através de análise qualitativa dos dados, pudemos observar que, de forma geral, o significado atribuído ao trabalho vinha atrelado ao significado atribuído à família. Os dados apresentados no Quadro 1 (anexo) foram recortados das entrevistas para focar os discursos em suas referências ao trabalho.

Co-construindo significados: o trabalho e a família

Através desses fragmentos de entrevista nos foi possível evidenciar que oito, entre nove mulheres, referindo-se e significando o trabalho, fazem-no em relação ao significado atribuído à família. Nesse sentido, acabaram por reproduzir o discurso de gênero, socialmente construído, que atribui às mulheres o papel de cuidadoras. Mas as narrativas das experiências vividas refletem a pluralidade e a heterogeneidade vigentes em nossa cultura; os significados atribuídos

ao trabalho e à família assumem as cores de diferentes situações de vida que se modificam pragmaticamente, de acordo com diferentes necessidades e aspirações pessoais.

Entre as mulheres que sempre trabalharam, a participante 5 (P5) coloca que filhos menos dependentes lhe permitiram priorizar o trabalho; P6, apesar do orgulho que sente por "trabalhos sociais", prioriza os filhos, "centro de sua vida". P8, executiva em banco, apesar do sucesso profissional alcançado e do envolvimento do marido no cotidiano doméstico, reproduz o discurso tradicional ao afirmar dar menos ao filho em função do trabalho. Assim, trabalhar muito significa prejuízo para o filho, mas não trabalhar teria a mesma conseqüência. Para P7, o significado do trabalho reside naquilo que o mesmo possa proporcionar para o bem-estar da família, principalmente dos filhos, que, agora, "praticamente criados", estão realizando tudo que essa participante sonhou para eles. O discurso de P8 é o único que não aborda o trabalho em relação à família. Aponta dificuldades, que surgem em função do processo de envelhecimento. Nesse sentido, devemos lembrar que as construções de gênero modificam-se em função de raça, idade, e nível socioeconômico. Assim, mulheres mais velhas podem ser duplamente discriminadas.

Entre as mulheres que pararam de trabalhar e retornaram, P1 trabalha no momento para prover a casa em tempos de crise. Mas reafirma não ter sido criada para isso, pois esse papel é masculino. P3, com filhos mais crescidos, retomou o trabalho, como havia planejado desde sempre. Ao perceber não poder dar conta de duas carreiras, dedicou-se à família e agora retornou em busca de satisfação pessoal.

Entre as mulheres que não trabalhavam por ocasião da pesquisa, P4 afirma que filhos menos dependentes significam mais tempo livre para si mesma. Já P9 continua a priorizar a formação dos filhos e o cuidado com os pais.

Assim, as noções falaciosas apontadas por Movius (1976), que se revelaram através dos discursos femininos aqui expostos, em um contexto diferente do americano, geram conseqüências semelhantes: a desigualdade acaba por reproduzir-se, encoberta pelos discursos que pregam a igualdade entre os sexos. Como aponta Lagrave (1991), se os homens entrassem nos jogos doméstico das mulheres, perderiam como elas em suas carreiras.

Apesar da presença no mercado de trabalho, a relação com o companheiro e a maternidade não perderam a importância para as mulheres aqui focadas. Ao lhes ser permitido transitar entre o público e o privado, essas mulheres, representantes de um modelo familiar mais tradicional, evidenciaram a crença de que trabalhar pode causar algum tipo de prejuízo aos filhos, sua responsabilida-

de. Em geral, o trabalho acabou ficando em um segundo plano, até o momento em que lhes foi possível retornar outros projetos de vida privatizados com a maternidade.

A leitura desses dados poderia ser feita como uma reafirmação pós-moderna dos papéis femininos tradicionais; mas são indicativos de uma tentativa de subvertê-los, pois o trabalho se transforma em um aspecto importante na experiência desse grupo de mulheres.

Elas continuam responsáveis pelos papéis domésticos, reproduzindo e transmitindo um programa de feminização (Papp, 1998): são encarregadas de intermediar os conflitos dos demais, amoldando-se aos interesses familiares, mas esses papéis coexistem e conflitam com outros. A grande diferença em relação à geração anterior reside na negociação, que é realizada no sentido de que haja respeito pelas necessidades de autonomia e de satisfação pessoal (Vaitsman, 1994). Essas negociações, além de evidenciarem a impossibilidade de soluções predeterminadas, permitem vislumbrar espaços de autonomia convivendo e conflitando com padrões de relações familiares tradicionais, tornados visíveis através da lente de gênero.

A leitura das relações de gênero, co-construídas com as atrizes deste trabalho, permitiu-nos perceber desigualdades nas relações entre os sexos. Apesar das normas tradicionais haverem sido reconstruídas, o horizonte pós-moderno aponta para uma imbricação entre o antigo e o novo, em relações de gênero recicladas, através das quais as mulheres buscam espaços de autonomia. Essa reconstrução inclui os papéis maternos, que continuam sendo importantes para essas mulheres, e as dificuldades de coordená-los com o trabalho fora de casa, o que poderia explicar oportunidades restritas ao sucesso, se o pensarmos de um ponto de vista masculino.

Faz-se então necessário ressaltar a forma através da qual esses mecanismos funcionam em diferentes fases do ciclo vital e para diferentes cortes geracionais. Filhos mais independentes devolvem à mulher seu tempo e espaço e permitem que desigualdades sejam ressignificadas, permitindo a constituição de espaços de autonomia.

Lipovetsky (2000) pressupõe uma dicotomia entre homens e mulheres referente a papéis maternos. Esses, mesmo reciclados, associam a mulher ao domínio privado da vida. Essa condição a impediria de valorizar o sucesso e a ambição da mesma forma que os homens. Projetando essa concepção ao futuro, o papel feminino tradicional se reafirmaria. Tal visão implica uma concepção de ser humano que, como uma máquina trivial, reproduz normas culturais. Do nosso ponto de vista, concebê-lo, como Morin (1999), virtualmente autônomo, permite pensar a mudança e, ao invés de limites, prescrever a liberdade.

Referências

BASSANEZI, C. (1997). Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. e BASSANEZI, C. (orgs.), *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto.

COSTA, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal.

GIDDENS, A. (1993). *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.* São Paulo: Ed. Unesp.

GOLDNER, V. (1991). Generation and gender: Normative and covert hierarchies. In: MCGOLDRICK, M.; ANDERSON, C. M. e WALSH, F. (orgs.), *Women in families: A framework for family therapy.* New York: Norton.

LAGRAVE, R. (1991). Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G. e PERROT, M. (orgs.). *História das mulheres no ocidente: o século XX.* São Paulo: Ebradil.

LIPOVETSKY, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminismo.* São Paulo: Companhia das Letras.

MORIN, E. (1999). Antropologia da liberdade. *Margem – Ética e o Futuro da Ciência, 9*, 13-25.

MOVIUS, M. (1976). Voluntary childless – The ultimate liberation. *Family Coordinator, 25* (1), 57-63.

RAGO, M. (1997). Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. e BASSANEZI, C. (orgs.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto.

VAITSMAN, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.* Rio de Janeiro: Rocco.

WALTER, M.; CARTER, B. e SILVERSTEIN, P. P. O. (1996). Las Reds invisible. Pautas vinculadas al genero en las relaciones familiares. In: *Mujeres solas: Los años tempranos e intermídios.* Barcelona: Paidós.

Anexo

Quadro 1 – Os significados atribuídos ao trabalho e à família

PARTICIPANTES/IDADE	
P 1-45	Nesta fase de minha vida, está tudo difícil; fui criada para ir para a universidade, não para prover a casa, papel dos homens, e a educação era por conta da mãe. Os papéis eram bem separados e definidos, mas, com a crise, a gente tem que participar. Agora tenho que pagar as contas. Eu fiquei no camarim para ele brilhar. Agora ele me joga no centro do palco e me manda dançar. Como dançar, se eu não ensaiei?
P 2-46	Fase rica que amedronta; fase que a gente se renova através dos filhos. Caminhando para uma fase mais madura, na nossa sociedade com menos possibilidades. Apesar de trabalhar muito, o campo de trabalho é mais difícil; a velhice amedronta.
P 3-48	O que eu idealizei quando criança está se realizando. Tive opção de parar de trabalhar para criar meus filhos e, quando eles cresceram, eu quis voltar. Não dava para fazer tudo.
P 4-45	Como os filhos não dependem tanto, você pode voltar a preocupar-se com você, ter mais tempo para si. É bom, você pode voltar a ter a sua vida, uma atividade, o que você gosta sem ter aquele compromisso de horário.
P 5-46	No trabalho deixava o barco rolar, sem compromisso. Agora o trabalho é prioridade e coincide com o fato de já ter feito o papel de mãe.
P 6-52	Sinto-me feliz e orgulhosa de meus trabalhos sociais. Mas meus filhos estão no centro de minha vida, embora eu nunca tenha deixado de trabalhar.
P 7-47	Hoje eu me sinto bem porque temos estabilidade financeira e filhos criados. Conseguimos construir nossa casa, pagar a faculdade, dar de tudo. Hoje eu e meu marido podemos curtir mais um ao outro sem a preocupação excessiva com dinheiro. Fico tranqüila, pois meus filhos estão praticamente criados ... tudo que sonhei para eles está se realizando.
P 8-40	Trabalho é realização pessoal desde pequena. A mulher precisa ser melhor que o homem, reflexo do preconceito. Meu sucesso foi estranho até para minha família. Meu marido sabe lidar com sucesso. Penso que dou menos para o meu filho, mas, se não trabalhasse, seria uma pessoa incompleta e acabaria pondo a culpa nele. Curto ele, mas amo trabalhar e meu marido ajuda.
P 9-47	Sinto-me responsável pela formação de minhas filhas e pelo bem-estar de meus pais. São prioridades em minha vida.

Normas para apresentação e publicação

A **PSICOLOGIA REVISTA** é um periódico indexado pelo LILACS e que publica artigos originais de autores, tanto nacionais, quanto estrangeiros. Os trabalhos enviados devem se inserir em uma das categorias abaixo:

1. Relatos de pesquisa
2. Artigos teóricos
3. Revisões de literatura
4. Relatos de experiências de ensino, serviço e extensão na formação do psicólogo e/ou contribuições de ensino de Psicologia em áreas afins.

Apresentação e envio de proposta para publicação

As propostas de artigo devem ser enviadas para a secretaria da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, sala T 53, Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo-SP, CEP 05014-001, contendo endereço completo do autor e telefone(s) para contato. Em caso de dúvida ou informações complementares, pode-se entrar em contato com os editores pelo telefone 55 11 3670-8155 ou por e-mail: noely@teknobank.com.br e marlise@pucsp.br.

Os originais devem ser apresentados em duas vias, acompanhados de cópia em disquete em qualquer versão Word (a partir de 2.0).

Normas de redação

O trabalho completo deve ter um mínimo de 10 e um máximo de 30 laudas. Deve estar digitado em texto corrido (teclando ENTER apenas para mudança de parágrafo), em letra Arial 12, espaço duplo. Em caso de apresentação de figuras e tabelas, estas devem ser enviadas em arquivo separado. Notas de rodapé somente explicativas também devem ser enviadas em arquivo separado.

O texto deve conter:

1. Título completo em português e inglês;
2. Nome(s) do(s) autor(es);
3. Nota de rodapé, com as seguintes informações:
   3.1 Titulação, cargo e/ou função na instituição a que pertence;
   3.2 Nome completo da instituição e/ou departamento;

3.3 Indicações breves sobre o texto: apresentado em encontro científico, reelaborado a partir de dissertação ou tese, agência financiadora ou outra informação pertinente;

3.4 E-mail.

4. Resumos em português e inglês entre 150 e 200 palavras ou 15 linhas;

5. Palavras-chave em português e inglês: no mínimo três, no máximo cinco;

6. Referências bibliográficas conforme instruções abaixo, sintetizadas a partir da normatização da American Psychological Association (APA), 4ª edição:

6.1 As referências no corpo do texto devem apresentar o sobrenome do(s) autor(es) seguido do ano de publicação. A primeira vez que se apresentar a referência, devem constar todos os sobrenomes dos autores em número igual ou inferior a quatro e apresentar-se-á somente o sobrenome do primeiro autor seguido por et alii em caso de número superior a quatro autores; se a mesma referência for mencionada mais de uma vez, usar-se-á a forma abreviada com o sobrenome do primeiro autor seguida por et alii, no caso de a referência ter mais de um autor. Se um trabalho tiver dois autores sempre serão mencionados os dois.

6.2 As referências bibliográficas ao final do artigo (enviadas em arquivo separado) serão apresentadas em ordem alfabética, constando sempre todos os autores. Serão usadas letras maiúsculas na primeira letra dos títulos (de livros, capítulo de livro ou artigos) e dos sobrenomes dos autores. Diretrizes para as referências bibliográficas:

6.2.1 *para livros*: sobrenome(s) do(s) autor(es) ou organizador (org.) e iniciais do nome, ano de publicação (entre parênteses), título do livro (em itálico, negrito ou sublinhado), cidade de edição seguida por dois pontos e editora. Exemplo:
Severino, A. J. (2000). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.

6.2.2 *para capítulos de livros*: sobrenome(s) do(s) autor(es) e iniciais do nome, ano de publicação (entre parênteses), título do capítulo, iniciais do nome e sobrenome do(s) autor(es) ou organizador(es) do livro, título do livro (em itálico, negrito ou sublinhado), páginas inicial e final, cidade de edição e editora. Exemplo:
Bock, A. M. B. (1993). Eu caçador de mim: pensando a profissão de psicólogo. In: M. J. P. Spink (org.). *O conhecimento do cotidiano* (pp. 280-291). São Paulo: Brasiliense.

6.2.3 *para artigos de periódicos*: sobrenome(s) do(s) autor(es) e iniciais do nome, ano de publicação (entre parênteses), título do artigo, nome do periódico (em itálico, negrito ou sublinhado), volume (itálico, negrito ou sublinhado), número (entre parênteses, se houver), páginas inicial e final. Exemplo:
De Antoni, C. e Kohler, S. H. (2000). A visão da família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia, 5* (2), 347-381.

6.2.4 *para publicações em congressos*: sobrenome(s) do(s) autor(es) e iniciais do nome, ano e mês do evento (entre parênteses), título da comunicação (em itálico, negrito ou sublinhado), nome do congresso e cidade onde ocorreu. Exemplo:
Rezende, A . S. e Magalhães, C. M. C. (1997, julho). *Brincadeiras populares e suas contribuições para o desenvolvimento infantil.* Comunicação apresentada no XXVI Congresso Interamericano de Psicologia. São Paulo: Brasil.

Procedimento de Análise

Primeira etapa: seleção dos artigos segundo critério de relevância e adequação às diretrizes editoriais.

Segunda etapa: parecer de qualidade a ser elaborado por consultores científicos.

Os pareceres comportam três possibilidades:

a) aceitação integral;
b) aceitação com alterações;
c) recusa integral.

O(s) autor(s) receberá(ão) informações sobre o parecer do consultor.

Após selecionados, os artigos ainda passarão por um processo de preparação editorial especializada, reservando-se o direito de publicar os trabalhos com modificações necessárias para adaptá-los às normas adotadas. Os originais não serão devolvidos.

Projeto Editorial

1. OBJETIVOS:

1.1 Contribuir com a produção de conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos, tanto de pesquisadores e pensadores da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica.

1.2 Estimular o intercâmbio entre pesquisadores na área da Psicologia.

1.3 Favorecer o debate e o confronto entre idéias, técnicas, teorias e pressupostos presentes nas diferentes abordagens psicológicas, acolhendo para publicação trabalhos das diferentes linhas teóricas.

1.4 Permitir a divulgação de posições originais, de novas propostas teóricas e práticas que, por sua qualidade, tragam a contribuição relevante para a ciência psicológica.

1.5 Dar espaço para a articulação da produção em Psicologia com as questões trazidas pela contemporaneidade, especialmente as que digam respeito à realidade brasileira.

2. PERIODICIDADE:

Semestral (um volume anual, com dois números)

3. SEÇÕES DA REVISTA:

Total de artigos por número: **seis**, procurando preferencialmente garantir a seguinte composição:

3.1 relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, ligados à PUC-SP e/ou a outras instituições do país, num total de quatro artigos;

3.2 um artigo de autor estrangeiro ou de instituições do exterior;

3.3 um artigo de relatos de experiências de ensino, serviço ou extensão.

4. IDIOMAS

Português e espanhol

5. CONSELHO EXECUTIVO

É formado pelos editores (dois), representantes (no máximo de dois) de cada Departamento da Faculdade e a Direção da Faculdade de Psicologia.

É de responsabilidade do Conselho Departamental da Faculdade de Psicologia a indicação e nomeação dos editores da Revista.

Funções:

5.1. captar artigos para publicação;
5.2. garantir o cumprimento do Projeto Editorial e das normas para publicação;
5.3. tomar decisões administrativas, financeiras e técnicas.

Período de permanência: 4 anos, simultâneo ao mandato da Direção da Faculdade.

Funções dos Editores:

5.4. acompanhar o processo editorial dos periódicos: recepção do artigo; avaliação ante as normas editoriais; encaminhamento para parecerista; preparação editorial; acompanhamento junto à editora;
5.5. cuidar da distribuição, permuta e doação;
5.6. responder pela parte financeira;
5.7. responder pela revista onde se fizer necessário;
5.8. solicitar auxílio editorial junto às agências financiadoras.

6. CONSELHO EDITORIAL

É formado por representantes de notório saber, cuja função é emitir pareceres sobre artigos encaminhados para publicação, garantindo a qualidade do periódico e sua adequação às normas pela comunidade científica.

7. FUNÇÕES DA SECRETARIA

7.1 efetivar as inscrições de novos assinantes;
7.2 controlar o vencimento das assinaturas e enviar proposta de renovação;
7.3 enviar os números da Revista aos assinantes e às instituições com as quais a Revista mantém regime de permuta ou doação;
7.4 garantir o envio dos números da Revista aos indexadores;
7.5 enviar e receber correspondências referentes aos procedimentos editoriais e aos contatos entre editores, autores, pareceristas, indexadores e editora;
7.6 manter arquivo das correspondências enviadas e recebidas;

7.7 manter arquivo dos artigos recebidos e respectivos pareceres;
7.8 controlar o fluxo financeiro: receber pagamentos de assinatura e venda avulsa, emitir recibos, prestar contas dos números consignados.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE ARTIGOS

8.1. o artigo é encaminhado para os editores;
8.2. verifica-se se o artigo se enquadra no Projeto Editorial;
8.3. verifica-se se o artigo obedece às normas de publicação (anexas);
8.4. cumprindo os critérios acima, o artigo é encaminhado a um dos membros do Conselho Editorial, para apreciação do conteúdo;
Obs.: Excepcionalmente, se não houver disponibilidade por parte de nenhum membro do Conselho, poderá ser indicado um parecerista *ad hoc.*
8.5. obtidos seis artigos qualificados, revistos e aprovados, procede-se à preparação editorial;
8.6. encaminha-se o volume para editora.



Impressão de miolo e acabamento:

Gráfica da PUC-SP

Rua Ministro Godói, 965 – Perdizes – SP

Tel.: 3670-8366